

Universidade Estadual de Campinas
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-graduação em Antropologia Social

Taniele Cristina Rui

**usos de “drogas”, marcadores sociais e corporalidades:
uma perspectiva comparada**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Antropologia Social do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas sob a orientação da Profa. Dra. Heloísa Pontes e co-orientação da Dra. Simone Mizziara Frangella

Campinas
Abril de 2007

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP

R858u **Rui, Taniele Cristina**
Usos de “drogas”, marcadores sociais e corporalidades: uma perspectiva comparada / Taniele Cristina Rui. - - Campinas, SP : [s. n.], 2007.

Orientador: Heloísa André Pontes.
Co-orientador: Simone Miziara Frangella.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Drogas utilização. 2. Drogas – Aspectos sociais. 3. Corpo. 4. Antropologia urbana. 5. Etnografia – Trabalhos de campo. I. Pontes, Heloísa André. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Título em inglês: Use of “drugs”, social markers, embodiment: a comparative perspective

*Palavras – chave em inglês (Keywords): Drug utilization
Drug – Social aspects
Body
Urban anthropology
Ethnography – Field work*

Área de concentração : Antropologia

Titulação : Mestre em Antropologia

Banca examinadora : Heloísa André Pontes, Gilberto Velho, Maria Filomena Gregori

Data da defesa : 26-04-2007

Programa de Pós-Graduação :- Antropologia

TANIELE CRISTINA RUI

“usos de “drogas” marcadores sociais e corporalidades: uma perspectiva comparada”

Dissertação apresentada para obtenção do grau de Mestre em Antropologia Social do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas sob a orientação da Profa. Dra. Heloisa André Pontes e co-orientação da Profa. Dra. Simone Miziara Frangella.

Este exemplar corresponde à redação final da Dissertação defendida e aprovada pela Comissão Julgadora em 26/04/2007

Banca Examinadora:


Profa. Dra. Heloisa André Pontes (Presidente)


Prof. Dr. Gilberto Cardoso Alves Velho


Profa. Dra. Maria Filomena Gregori

Profa. Dra. Guita Grin Debert – Suplente

Profa. Dra. Heloisa Buarque de Almeida - Suplente

Campinas

Abril 2007

5152827009

Resumo

Esta pesquisa pretende descrever e apreender distintas concepções e práticas do uso de “drogas”. Para tanto, são descritos e analisados três grupos: ex-usuários que passam por tratamento de recuperação de “drogas”, “meninos de rua” e estudantes universitários. Proponho que as diferenças entre os modos de conceber esses usos podem nos indicar caminhos para complexificar a questão das “drogas” na contemporaneidade; para o entendimento das classificações sociais e dos processos sociais envolvidos no consumo de “drogas” e na relação entre os grupos consumidores, bem como para o modo que o tema é abordado pelas ciências sociais. Temáticas essas que ganham em profundidade quando a materialidade do corpo e das “drogas” adquirem lugar nesta discussão.

Palavras-chave: Drogas – utilização; Drogas – Aspectos sociais; Corpo; Antropologia urbana; Etnografia – Trabalhos de campo.

Abstract

This research aims to describe and to apprehend distinct practical and conceptions of the "drugs"’s uses. For this, they are analyzing three groups: former-users who pass for treatment of recovery of “drugs”, “street boys” and students. I propose that the differences between the ways to conceive these uses can place in question the drugs’ problems nowadays. Also can help us for the establishment of social classifications that involve the consumption of “drugs” and the relation between the consuming groups. We can also analyze the way that the subject is worked by social sciences. Those thematic earn in depth when the body and the “drugs” (while materia) is taken how the point in the quarrel.

Word-key: Drug – utilization; Drug – Social aspects; Body; Urban anthropology; Ethnography – Field work

Para Rubens, que aos 12 anos estava internado em situação de abrigo numa clínica de recuperação de "drogas". Quando soube que eu escreveria um trabalho, me pediu: "coloca meu nome?" Promessa cumprida, Rubens. Esse trabalho é para você.

Agradecimentos

Agradeço à CAPES pelos 25 meses de bolsa que possibilitaram a minha dedicação exclusiva ao mestrado e aos meus colegas de turma, Camila Sobral Barra e Guilherme Mansur Dias por me deixarem “passar na frente” e receber a bolsa antes deles. Agradeço também ao Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS) da Unicamp por viabilizar financeiramente a apresentação desse trabalho na 25^a Reunião da Associação Brasileira de Antropologia e no 11^o Congresso Mundial de Saúde Coletiva. Agradeço à Maria José, secretária do PPGAS, pelo cuidado e pela disposição em me ajudar.

À Heloísa Pontes, orientadora desta pesquisa, agradeço pelo compromisso com a Universidade Pública e com o ensino; por confiar em mim, por incentivar meu modo torto de pensar e de escrever e por me ter dado a liberdade de trilhar meu próprio caminho. Ao fim desse trabalho, me sinto mais segura e me reconheço autora dele. Devo isso a você, “Helô”.

À Simone Mizziara Frangella, que aceitou co-orientar este trabalho, mesmo sem saber se poderíamos institucionalmente concretizar a co-orientação. Agradeço a você por acompanhar desde o início a pesquisa, por me fazer ver que ela tinha sentido e por encontrar tempo para mim na sua tumultuada rotina. Simone também me atentou para uma das possibilidades fantásticas da tecnologia: aproximar pessoas e continentes. Da Europa, você conseguiu ser presente.

Gostaria de agradecer aos professores Maria Filomena Gregori e Júlio Simões por lerem os meus “dados” etnográficos. Obrigada por me ajudarem a olhar. Aos professores Maria Filomena Gregori, Gilberto Velho, Guita Grin Debert e Heloísa Buarque de Almeida pela generosidade com que aceitaram avaliar o trabalho desta aprendiz de antropóloga. Agradeço também ao professor Eduardo Viana Vargas por me fornecer seus textos e por ter, humildemente, ido assistir à exposição desta pesquisa (na época em andamento) na ABA; e aos professores Mauro Almeida e Suely Kofes por sempre me lembrarem que a antropologia é um compromisso com as pessoas e os problemas que estudamos, além de um compromisso com as nossas próprias inquietações.

À psicóloga Laura Fracasso, agradeço por permitir que eu adentrasse na “clínica” mesmo sem saber o meu intuito. Mais que crítica, espero que a etnografia realizada possa ajudá-los a enfrentar alguns de seus problemas. Aos funcionários da Casa Gudalupana sou extremamente grata, em especial ao Roberto, Rafael (Égon) e Sandro por me deixarem mais livre e à vontade para circular num espaço que não era o meu. Ao manoamano, obrigada por me apresentar os “meninos de rua”, suas vidas e suas andanças por Campinas.

Agradeço à Bia Labate, Maurício Fiore, Felipe Dietrich Ferreira e minha turma de mestrado (André Martini, Camila S. Barra, Guilherme Aderaldo, Emanuela de Oliveira, Amanda Marques, Carlos Aquino, Artur Rodovida, Luciane Muniz e Mariane Vecchia)

pela leitura dos meus textos em vários momentos e versões desta pesquisa. À Andréa Tochio, Daniela Araújo Silva e Guilherme Mansur Dias agradeço mais que a leitura, o interesse que sempre demonstraram por mim e por esse trabalho.

À Patrícia Curi Gimeno, pela participação em todas as etapas desta pesquisa. Principalmente por me ensinar que para os bons amigos, a gente não precisa dar satisfações – simplesmente porque eles entendem. À Mariana Chaguri, pelos ouvidos, pelo respeito, pelo dia-a-dia e pela inteligência, sempre tão inspiradora. À Thaís, Ana Maria, Rachel, Arlete, Ana Martha e André por me mostrarem que “estar também é dar”. Ao Rodrigo, Vitor, Luciana e Marcelo, pelas risadas e pela preocupação discreta...Queria agradecer a cada um, pessoalmente, o modo como me fizeram ter a certeza de que este é o meu lugar.

E se os amigos nos ajudam na pesquisa, a pesquisa também nos ajuda a conquistar amigos. Sinceramente, agradeço a todos os estudantes entrevistados por aceitarem compartilhar um pouco das suas vidas comigo; a todos os internos da clínica por me ensinarem a viver um dia de cada vez e aos meninos de rua por me mostrarem que ter coragem e esperança é o que verdadeiramente nos resta. Esse tempo todo, vocês foram as figuras centrais do meu pensamento, das minhas palavras e dos meus sonhos.

Agradeço à minha família. Pai, mãe e Si, por nunca me deixarem esquecer de onde vim e quem sou. Devo a vocês os valores que tenho e que, mesmo nas épocas difíceis, me fazem gostar do caminho que escolhi pra mim.

E ao Léo, por me inspirar a querer “tudo outra vez”. À você, agradeço com o silêncio cômodo e cúmplice que tudo diz.

"As personagens do drama sociológico do desvio parecem ser, mais ainda que os personagens de outros processos sociais, ou heróis ou vilões. Ou os expomos à depravação dos desviados, ou os expomos à depravação daqueles que impõem as regras aos desviados. Mas ambas posições devem ser evitadas. Essa situação é muito parecida a das palavras obscenas. Algumas pessoas pensam que elas nunca deverão ser usadas. Outras gostam de escrevê-las nos muros. Em quaisquer dos dois casos, as palavras são consideradas como algo especial, como um tipo especial de fluído. Mas é seguramente melhor considerá-las simplesmente como palavras, palavras que escandalizam certas pessoas e fazem gozar outras. O mesmo ocorre com a conduta desviada. Não deveremos considerá-la como algo especial, ou como algo depravado ou como algo magicamente melhor que outros tipos de conduta. Devemos vê-la simplesmente como um tipo de conduta desaprovado por uns e valorado por outros, e estudar os processos pelos quais quaisquer das duas perspectivas se constroem e se mantêm. Talvez a melhor defesa contra qualquer dos extremos seja o íntimo contato com as pessoas que estudamos".

Howard Becker, Outsiders

Sumário

Introdução.....	1
Capítulo 1: Ponto de partida terminológico e teórico.....	9
<i>Drogas: uma (in) definição.....</i>	<i>9</i>
<i>De problema social a problema sociológico/antropológico.....</i>	<i>17</i>
<i>Howard Becker e a teoria do desvio.....</i>	<i>23</i>
<i>Na esteira do pensamento de Becker... Nobres e Anjos.....</i>	<i>26</i>
<i>Na esteira de Nobres e Anjos.....</i>	<i>32</i>
<i>Ainda na esteira, mas em outra direção.....</i>	<i>36</i>
<i>Intercruzando perspectivas.....</i>	<i>42</i>
Capítulo 2: Os cenários e os atores.....	49
<i>O método.....</i>	<i>49</i>
<i>Cenário I: A Instituição-Clínica- “Comunidade Terapêutica”.....</i>	<i>53</i>
<i>Cenário II: A rua.....</i>	<i>60</i>
<i>Cenário III: A Unicamp.....</i>	<i>69</i>
<i>Os fluxos e os (des)encontros.....</i>	<i>76</i>
Capítulo 3: Concepções sobre “drogas”.....	83
<i>Nas reuniões.....</i>	<i>87</i>
<i>Nas cantinas.....</i>	<i>97</i>
<i>Nas ruas.....</i>	<i>103</i>
<i>Racionalizando a experiência.....</i>	<i>111</i>
Capítulo 4: Sobre a materialidade.....	117
<i>As “drogas”.....</i>	<i>119</i>
<i>Corpos, corpos, corpos.....</i>	<i>127</i>
<i>Dor, prazer.....</i>	<i>132</i>
(In)Conclusão.....	137
Bibliografia citada.....	145

Introdução

“É sempre melhor o texto que se tem na cabeça do que aquele que se consegue por no papel”. Essa máxima, tão conhecida entre aqueles que dedicam parte de sua vida ao exercício da escrita, também, de alguma forma, pode ser transportada para o trabalho que agora se apresenta. Mas não como justificativa para possíveis conclusões apressadas e comentários equivocados e sim como uma feliz constatação de que os pensamentos são, na maioria das vezes, mais ricos e vigorosos do que as próprias palavras. E por tentar transformar um pensamento em texto, já valeu a pena escrever esta dissertação. É verdade, como diz Weber (1996[1967]), que as idéias nos acodem mais quando não as esperamos do que quando sentamos à nossa mesa de trabalho procurando-as. Entretanto, segue ele, as idéias “não nos ocorreriam se, anteriormente, não tivéssemos refletido longamente em nossa mesa de estudos e não houvéssimos, com devoção apaixonada, buscado uma resposta” (Weber, 1996[1967]:26). É nesse sentido que esta pesquisa, mesmo que originada de um pensamento, só foi possível de concretizar-se em função dos dois anos de trabalho dedicados a uma mesma temática, que para mim era nova.

Em novembro de 2004, quando recebi a notícia de que fora aprovada no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Unicamp, um certo pesar me acometeu porque o projeto com o qual participei da seleção do mestrado – fruto de pesquisas de iniciação científica realizadas ao longo do curso de graduação em Ciências Sociais¹ -- já

¹ Durante a graduação, realizei duas pesquisas de iniciação científica. A primeira, financiada pelo CNPq e sob orientação do Prof. Dr. Eliézer Rizzo de Oliveira, intitulada “*Políticas de Segurança Pública: a Guarda Municipal de Campinas*”, de junho de 2002 a julho de 2003; e a segunda, financiada pela FAPESP e sob orientação da Prof. Dra Heloísa Pontes, intitulada: “*Aprendizes de Soldados: dia-a-dia no interior de uma escola preparatória da Polícia Militar*”, de janeiro a dezembro de 2004. Esta última resultou na monografia intitulada “*Polícia de verdade: só na prática?*”, defendida em abril de 2005.

não mais me agradava pessoalmente, e intelectualmente não provocava em mim o rebuliço interno necessário para continuar. Precisava “inventar” um tema de pesquisa, lidar minimamente com uma bibliografia específica desconhecida, formular hipóteses e perseguir objetivos que nem sabia quais eram. Foi então que, em janeiro de 2005, percorrendo várias possibilidades de pesquisa, fui visitar Antônio², um ex-“menino de rua”³ que estava internado em uma clínica de recuperação de “drogas”⁴. Nessa visita, assisti a uma palestra proferida aos pais e familiares de outros internos – já que dos familiares de Antônio não se tem notícia há muito tempo – sobre o uso de “drogas”, sobre como a família devia agir com um filho nesta “situação”, e sobre a metodologia terapêutica da instituição. Assistindo à palestra, tive a confirmação empírica de que tinha diante de mim uma pesquisa – e um “campo” e assim a iniciei.

Evans-Pritchard, ao tecer considerações sobre o trabalho de campo, escreveu:

“Eu não tinha interesse por bruxaria quando fui para o país zande, mas os Azande tinham; e assim tive de me deixar guiar por eles. Não me interessava particularmente por vacas quando fui aos Nuer, mas os Nuer, sim; e assim tive aos poucos, querendo ou não, que me tornar um especialista em gado.” (Evans- Pritchard, 2005 [1976]:245)

Essa era também a minha situação. Eu teria de me tornar uma “especialista” em “drogas”, já que era por “drogas” que meus “objetos” de estudo se interessavam, embora

² Todos os nomes utilizados nesta dissertação são fictícios, visando preservar a identidade das pessoas.

³ Segundo Gregori, a partir da expressão “meninos de rua” foi identificado e nomeado um segmento social que, “mais do que a mera familiaridade ou o convívio esporádico com a rua, faz dela o lugar que ordena seu cotidiano, suas relações e sua identidade” (Gregori, 2000:15).

⁴ Sobre as controvérsias acerca do vocábulo “droga”, falo mais adiante.

antes disso eu não demonstrasse qualquer interesse pelo assunto. Desse modo, dei início a uma incursão ao universo das “drogas” e comecei a ler vorazmente tudo que fora escrito sobre o assunto, principalmente nas ciências sociais brasileira. Nesse contexto é que li, pela primeira vez, *Nobres e Anjos*, de Gilberto Velho. Foi este livro – uma etnografia de dois grupos da Zona Sul do Rio de Janeiro que consumiam tóxicos⁵ na década de 70 – que me inspirou no sentido de ampliar meu campo investigativo e na realização de uma pesquisa comparativa.

Junto com o levantamento bibliográfico, comecei então a procurar outros grupos que também se interessavam por “drogas”, pois ficava cada vez mais claro que o cotidiano da clínica me restringia a apenas um discurso sobre “drogas”: o discurso – com o perdão da palavra – “viciado”. Explico melhor: o discurso de pessoas que tiveram experiências mal sucedidas com “drogas”, enfático em afirmar a dor, a deriva e o sofrimento provocado pelo uso. Sabe-se que essas experiências não são representativas do total de usos e conseqüências possíveis que a ingestão freqüente de uma determinada substância pode ocasionar. De outro, “viciado” porque moldado e produzido a partir dos limites institucionais da clínica. Embora essa opção metodológica fosse interessante para perceber, na esteira do trabalho de Mary Douglas (1998), como os indivíduos no interior das instituições compartilham pensamentos e harmonizam preferências; ela não abarcava a questão que começava a me instigar e que se referia à afirmativa de Gilberto Velho, segundo a qual seriam “as diferenças em termos do tipo de tóxico utilizado, faixa etária,

⁵ A palavra *tóxico* é utilizada pelo autor em todo o livro para referir-se ao sentido comum da palavra usada no Rio de Janeiro da época e se refere basicamente a maconha, cocaína, heroína, ácido, ópio, haxixe e alguns remédios como Mandrix.

características de estrato social [que] vão marcar fronteiras bastante distintas” (Velho, 1998:15). Que fronteiras eram essas? Como captá-las?

Ainda que Gilberto Velho não se refira diretamente à questão de identidade, é ela que se apresenta. Isto porque todo o seu trabalho vai no sentido de mostrar que o tóxico por si só não une pessoas, devendo ser entendido a partir de contextos mais amplos de identificação, distinção e hierarquia⁶. Buscando captar essas distinções é que, além da clínica de recuperação e do segmento do qual Antônio era egresso, os chamados “meninos de rua”, não foi difícil perceber que em um universo que me era bastante familiar – a universidade – havia também várias pessoas com um grande interesse por “drogas”. Recorrendo às etnografias sobre usos de “drogas”, percebi que não havia um trabalho que comparasse usos e contextos tão distintos e que tinha, pois, diante de mim, muita carne e sangue preenchendo o esqueleto de questões que se levantavam – e que se multiplicaram com o decorrer da pesquisa.

Este trabalho é, portanto, a etnografia de três cenários espaciais e sociais bastante distintos (a clínica de recuperação, a “rua” e a universidade), que possuem em comum o fato de congregarem pessoas que se interessam por “drogas”. Observados juntos, estes cenários colocam desafios com relação à definição de “drogas”, à abordagem metodológica utilizada, ao que tais experiências podem nos dizer em termos da “intenção cultural” que as produzem, sobre os processos sociais mais amplos de distinção de grupos, hierarquias, classificação e poder, bem como sobre a discussão em torno da materialidade dos corpos e

⁶ Nas palavras de Velho, “o tóxico só pode ser entendido contextualmente. Mas verifica-se que na nossa sociedade, de uma maneira ou de outra, ele é símbolo de diferenciação (...) Na medida em que se incorpora ou que é compreendido não isoladamente, mas como sendo um item de um estilo de vida, vai ser mais um elemento que contribuirá para o estabelecimento de hierarquias internas a uma classe, categoria ou estrato” (Velho, 1998: 205)

das “drogas”. Em suma, trata-se de investigar como determinados marcadores sociais operam na prática do consumo de “drogas”.

Portanto, ao tentar o método comparativo, não pretendo uma comparação simplista de usos classificados como “recreativos”, “leves”, “abusivos”, ou “dependentes”. É possível dizer, inclusive, que também essas classificações estão marcadas socialmente: por exemplo, a quem é permitida a afirmação de “uso recreativo”? Mas não é esse o foco do trabalho. A questão dos diferentes contextos e formas de uso e concepção das substâncias é importante primeiro porque se trata de uma questão clássica da antropologia, qual seja a que se refere à discussão em torno do particular/local versus o universal/global. Segundo porque, além de ser uma temática que permeia muitos trabalhos sobre usos de “drogas” produzidos no Brasil, a idéia de que se deve levar em conta os contextos onde tais usos se dão, bem como o ponto de vista dos usuários, é cada vez mais acionada para ações referentes ao âmbito das políticas públicas, como é o caso das propostas de redução de danos⁷ e das discussões sobre a legalização ou não das “drogas” no Brasil⁸.

⁷ “A Reduc [Rede Brasileira de Redução de Danos] considera necessário questionar a primazia freqüentemente atribuída ao saber médico. Assim, suas propostas sempre enfatizam, além da necessidade de combater a exclusão social, a importância do protagonismo dos usuários de drogas tanto através de sua participação quanto na implementação das ações. Consideramos também da maior importância envolver as comunidades usuárias neste trabalho, promovendo padrões de uso de menor risco. No decorrer dos anos a experiência da Redução de Danos vem demonstrando a importância de se estabelecer um diálogo verdadeiro com os usuários de drogas, evitando estabelecer uma posição de confronto com seus valores centrais (ou seja, evitando trazer mensagens puramente negativas ou repressivas sobre o uso de substâncias psicoativas). Devemos, ao invés, buscar contribuir para modificações pontuais em certos aspectos das práticas de uso, não deixando de reconhecer o valor geral de seu conhecimento empírico de questões relacionadas ao uso, lícito ou ilícito dessas substâncias.” (MacRae e Gorgulho, 2003)

⁸ Segundo Passeti, por exemplo, a legalidade/ilegalidade das drogas é uma resultante histórica do Estado Moderno. Por isso, o autor considera importante recuperar a história, uma vez que “pensar a ‘descriminalização’ das drogas é interceptar pela lei um uso milenar que atende a exigências culturais diversas” (Passeti, 1991:41). Embora não se refira diretamente à questão da legalidade/ilegalidade das drogas, um texto de Gilberto Velho de 1985 também é significativo de que estamos num momento político em que essa questão deve ser devidamente tratada. Para o antropólogo, “democracia política nos tempos modernos, na época contemporânea, passa necessariamente por um pluralismo sócio-cultural. O momento político brasileiro é um momento político privilegiado para discutirmos isso: é um momento privilegiado para discutirmos a situação das minorias étnicas, a situação dos grupos que tem comportamentos sexuais menos ortodoxos, o comportamento e o consumo da maconha e de, eventualmente, outro tóxico” (Velho, 1985: 47).

Frente a tais questões e diante de tal cenário político, decidi então investigar as diferenças desses usos – e, em alguma medida, suas semelhanças – buscando apreender o que só essa opção metodológica e *nenhuma outra* poderia me dizer sobre os usos contemporâneos de substâncias. A opção por explorar e comparar diferentes grupos que se interessam por “drogas” está, portanto, intimamente ligada com testar o que isso resulta em termos de teoria e metodologia antropológicas e de contribuição aos estudos urbanos sobre “drogas”.

* * * * *

A principal forma escolhida para perseguir estas questões e apresentar esta dissertação foi a etnografia. Recorrendo a um arcabouço teórico que me foi apresentado durante os anos de formação como antropóloga e discutindo com uma bibliografia sobre “drogas” que também utilizou-se da escrita etnográfica⁹, procurei recuperar: a heterogeneidade de representações e práticas presentes em cada um desses grupos e, inclusive, no interior de cada um deles; as visões que se tinha de “droga” e em que medida elas estavam relacionadas com o contexto espacial, social e institucional, a racionalização da experiência por parte dos agentes e suas relações com o tráfico de “drogas” e com a

⁹ São poucas as etnografias sobre usos de drogas realizadas no Brasil. Lendo esses trabalhos, é possível dizer que eles possuem em comum o fato de que foram muito inspirados e influenciados pelo clássico trabalho de Howard Becker (1971) com os “fumadores de marihuana” nos Estados Unidos. Gilberto Velho (1998[1971]), como já escrito acima, observou jovens de duas gerações da Zona Sul do Rio de Janeiro que consumiam “tóxicos” na década de 70. Janirza Lima (1990) trabalhou com “tomadores de liga de Alfacan da região metropolitana do Recife”. Edward MacRae e Júlio Simões (2000) acompanharam “setores socialmente integrados” que consomem maconha em Salvador e São Paulo. Fernanda Piccolo (2001) estudou usuários de drogas em “uma vila de Porto Alegre” e Tiago Coutinho (2005) trabalhou com frequentadores de festivais de música eletrônica. De uma perspectiva um pouco diferente (falo sobre isso ao longo do trabalho), Eduardo Viana Vargas (2001) pesquisou estudantes universitários usuários de “drogas ilícitas” na cidade de Juiz de Fora-MG. Esses trabalhos serão apresentados mais detalhadamente no primeiro capítulo.

ilegalidade. Por fim, procurei captar a problemática relacionada à corporalidade envolvida nestas práticas e, de maneira ainda tímida, como discursos mais amplos sobre “drogas”, entre eles os discursos conservador¹⁰ e libertário¹¹, aparecem e se relacionam com um ou outro contexto.

Como toda etnografia, esta também não é apenas uma descrição – embora a contenha. Seguindo Kofes (2000), a intenção foi também produzir a “etnografia de uma relação”¹²: a etnografia da relação entre consumo de “drogas” e contextos sociais específicos. Ao esforço descritivo, somam-se também a tentativa de análise e a interpretação do conjunto de etnografias realizadas, buscando conciliar as particularidades de cada contexto ao mesmo tempo que pretendendo uma reflexão mais geral. Busquei o contato com três grupos distintos que se relacionam com “drogas” a fim de verificar o que

¹⁰ Por discurso conservador entendo discursos que associam instantaneamente uso de drogas e tráfico de drogas à criminalidade, violência, autodestruição e vício. Como exemplo, é possível citar alguns trechos de um editorial do Estado de São Paulo do dia 23/10/2006: “De fato, o tráfico e o consumo de drogas estão na raiz dos roubos, das rebeliões nos presídios e da imensa maioria dos homicídios. (...) Afinal, todos sabem que, assim como não existe meia gravidez, também não há meia dependência. Embora alguns usuários possam imaginar que sejam capazes de controlar o consumo, cedo ou tarde descobrem que já não são senhores de si próprios. (...) Um cigarro de maconha pode ser o começo de um itinerário rumo ao desespero” (Di Franco, 2006, p.A2)

¹¹ Por discurso libertário, entendo discursos que enfatizam o caráter de experiência e expansão da consciência e da corporalidade envolvido no uso de “drogas”. Esse trecho de apresentação do NEIP, Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre Psicoativos, é um bom exemplo: “A quem pertencem nossas experiências, nossas buscas mentes, nossos desejos? Quem tem o poder de regular nossos trajetos, pautar nossas buscas interiores? Nossa vida e nossas questões são, de fato, nossas? (...) Os olhares de diversos estudiosos do tema das drogas têm aqui um solo compartilhado: a crítica feroz ao proibicionismo e a defesa ética das experiências individuais e coletivas com psicoativos, entendidas como atitudes humanas e sociais legítimas. O alvo do NEIP é a proibição e sua missão é problematizar o tema da ilegalidade das drogas, chamando a atenção para os efeitos políticos e sociais do combate a tais substâncias que é, de fato, um combate direcionado a grupos sociais, hábitos individuais, práticas seculares. Desse ataque nasce a posição da defesa de que homens e mulheres possam eleger suas pautas de utilização de psicoativos conforme suas necessidades existenciais”. In: www.neip.info, retirado em 25/10/2006 às 10:51hs.

¹² “Além das indagações teóricas (...) eu também questionava a idéia de que a tradição etnográfica na antropologia só seria possível de ser praticada tendo em vista um objeto com fronteiras empíricas bem demarcadas e com localização fixa, um espaço ou um grupo. O que eu então propunha, a etnografia de uma relação, não confinava o exercício etnográfico ao local e a pessoas passíveis de serem observados pelo pesquisador. Ao contrário, o exercício proposto era o de mover-me em busca de um objeto (...) onde quer que ele estivesse inscrito ou se expressasse, onde quer que dissesse sobre si mesmo” (Kofes, 2001:20)

esta perspectiva comparativa pode render em termos analíticos. Por agora, minha maior contribuição é trazer para debate o vigor e os limites de um trabalho comparativo com grupos tão distintos que nunca foram objetos de uma mesma investigação. Acredito que apenas a partir das diferenças, das semelhanças e das contradições é que a comparabilidade do material poderá ser testada e que daremos mais um passo rumo ao entendimento dos usos contemporâneos de substâncias.

* * * * *

Porém, antes de apresentar a etnografia, no capítulo 1, faço uma breve discussão a respeito da (in)definição do vocábulo “drogas” e marco minha opção de continuar usando tal termo, a despeito de sua generalidade e imprecisão. Mostro também as problemáticas sociológicas e antropológicas que comportam o tema, bem como discuto com a bibliografia específica o tipo de abordagem teórica proposto. No capítulo 2, apresento as características espaciais e institucionais de cada cenário, a origem social dos membros que circulam por cada espaço, bem como o contexto político mais amplo de ilegalidade das “drogas” que baliza historicamente todas essas experiências. No capítulo 3, apresento as narrativas e falas sobre “drogas” predominantes em cada cenário de pesquisa, além de procurar mostrar o que isso implica em termos de diferenciação e distinção entre os grupos consumidores. No capítulo 4, por sua vez, faço uma discussão acerca da materialidade das “drogas” e dos corpos que experenciam tais substâncias, com o intuito de discutir como essa materialidade encontra relação com os aspectos simbólicos dos espaços sociais. Ao final, retomo os pontos que considero principais e coloco questões que permanecerão em aberto, e que pretendo percorrer no doutorado.

Capítulo 1:

Ponto de Partida Terminológico e Teórico

“Portanto, o tóxico só pode ser entendido contextualmente. Mas verifica-se que na nossa sociedade, de uma maneira ou de outra, ele é símbolo de diferenciação (...) Na medida em que se incorpora ou que é compreendido não isoladamente, mas como sendo um item de um estilo de vida, vai ser mais um elemento que contribuirá para o estabelecimento de hierarquias internas a uma classe, categoria ou estrato”

*Gilberto Velho,
Nobres e Anjos*

“o que parece estar em jogo nessas alterações de percepção, quando se vira o ‘canal’ e se ‘dá um tempo’ nisso que a ‘gente é’, é a produção de outras maneiras de incorporação e subjetividade ou de subjetivação dos corpos”

*Eduardo Viana Vargas,
Entre a extensão e a intensidade*

- **“Drogas”:** *uma (in)definição*

“Uma noção complexa, polissêmica”. Assim escreveu Eduardo Viana Vargas (2001) a respeito da palavra “drogas”. De origem etimológica incerta¹³ e em meio aos vários significados¹⁴ atribuídos a esta palavra, há uma relativa concordância de que “drogas” são substâncias relacionadas com alterações físicas e mentais. No entanto, é

¹³ Não se sabe corretamente se a origem da palavra é bretã, grega, irlandesa ou francesa, mas a versão mais aceita a relaciona com o holandês (*droog* =seco), e refere-se “aos carregamentos de peixe seco que chegavam à Europa muitas vezes em mal estado, aplicando-se por extensão às mercadorias e substâncias químicas de gosto diferente e de proveniência estrangeira. Droga teria então um parentesco lingüístico com alimento e também com coisa má.” (Carneiro apud Fiore, 2004:56)

¹⁴ Segundo o dicionário Houaiss da língua portuguesa, a palavra “droga” significa: **1)** qualquer substância ou ingrediente usado em farmácia, tinturaria, laboratórios químicos, etc. **2)** drogaria. **3)** qualquer produto alucinógeno (ácido lisérgico, heroína, etc) que leve à dependência química e, por extensão, qualquer substância ou produto tóxico (fumo, álcool, etc) de uso excessivo; entorpecente. **4)** qualquer substância que leve a um estado satisfatório ou desejável (o que tira a dor, emagrece, etc). **5)** especiaria, planta medicinal e, por extensão, qualquer mercadoria de procedência oriental. **6)** designação genérica das ações (criminais, sociais, econômicas, etc) e dos efeitos de sua venda e consumo. **7)** bebida ou comida de má qualidade e que pode fazer mal ou remédio de gosto ruim. **8)** algo que atraia, apaixone, intoxique o espírito. **9)** o que não é confiável, falsidade, mentira. **10)** qualquer ato, produto ou objeto de pouco valor, insignificante. **11)** tecido grosseiro de lã, algodão, vindo do Ocidente. **12)** indivíduo que costuma proceder mal. **13)** diabo. **14)** manifestação de impaciência, irritação. Dicionário Houaiss, 2001, p.1085.

preciso ter em mente que nenhuma substância considerada isoladamente é “droga”. Ou seja, ela só se torna “droga” na medida em que entra em contato com corpos vivos – o que também só pode ser feito dependendo da dose utilizada, do organismo que a consome e da cultura ou sociedade considerada.

Assim, numa perspectiva mais ampla, “droga” se refere a qualquer substância que, em contato com os corpos vivos, altera seu modo de funcionamento. Mas esta definição, aparentemente objetiva, é recortada por juízos de valor. E são esses juízos de valor que importam para uma discussão sobre as “drogas” no âmbito das Ciências Humanas. Isto porque, de acordo com Vargas:

“é com relação às modalidades de uso e aos juízos de valor a ela agregados que se distingue uma classe de substâncias como ‘medicamentos’, outra como ‘alimentos’, outra como ‘condimentos’, outra como ‘cosméticos’, outra como ‘agrotóxicos’, outra como ‘venenos’, outra como ‘corantes’, outra como ‘drogas’ (mas aqui no sentido mais restrito do termo)...Entretanto, na medida em que uma substância química qualquer presta-se, real ou potencialmente, a uma multiplicidade de empregos pelos e nos corpos vivos, em vez de classes de substâncias, seria mais apropriado dizer que **o que está em jogo são usos socialmente definidos**, entre outros, como ‘terapêuticos’, ‘alimentares’, ‘gastronômicos’, ‘estéticos’, ‘recreativos’, ‘tóxicos’ e/ou ‘ilícitos’ **de substâncias genericamente nomeadas drogas**, agenciados inseparavelmente de esquemas nativos de avaliação (terapêutica, nutritiva, gustativa, estética, ética, etc) das composições e das doses requeridas e/ou toleradas” (Vargas, 2001:78, grifo meu).

Ainda que, como mostra a citação acima, exista uma “divisão do trabalho significativo”¹⁵ (Sahlins, 2003[1985]:10) no que se refere à atribuição de sentidos de uma palavra, o intuito de Vargas é mostrar que há uma visada terapêutica que serve de base para a restrição do sentido do vocábulo como uma classe específica de substâncias. Ou seja, uma restrição fundada em critérios terapêuticos que faz com que algumas substâncias sejam classificadas como “alimentos”, “medicamentos”, “drogas” (no sentido mais estrito), “venenos”. Segundo o autor, é esta visada terapêutica que dá origem tanto a esses recortes, quanto à normatividade que lhe é intrínseca – e que não é nada óbvia, nem natural¹⁶.

Assim, sob a categoria “drogas”, genericamente, estão envolvidas uma variedade de sentidos que apontam, de um lado, para um conjunto bastante vasto e diversificado de substâncias e de modalidades de uso e, de outro, para juízos de valor, na maior parte das vezes, depreciativos, cujos fundamentos devem ser buscados nos saberes e nas práticas biomédicas vigentes¹⁷. É, pois, contra um pano de fundo constituído pelos usos terapêuticos que se recorta uma classe de usos não terapêuticos e patológicos de “drogas”. Neste caso, a irracionalidade dos usos atua como o elemento utilizado para operar tal recorte, na medida em que ressoa, em termos técnicos, certa concepção vigente sobre o “humano” como ser

¹⁵ Para Sahlins, “qualquer uso real de um signo em referência, seja por uma pessoa, seja por um grupo, emprega apenas uma parte, uma pequena fração, do sentido coletivo. Afora as influências do contexto, essa divisão do trabalho significativo é, de um modo geral, função das diferenças de experiência social e dos interesses entre as pessoas,” (Sahlins, 2003 [1985]:10)

¹⁶ Howard Becker (1977) também se perguntou quanto às diferentes rotulações das substâncias: “quais as conseqüências de se rotular diferencialmente alimentos, drogas e poluentes? quais as diferenças? como elas afetam a distribuição de conhecimento e poder com relação à ingestão desses materiais e, portanto, da distribuição das várias experiências entre aqueles que as ingerem?”(Becker, 1977: 203)

¹⁷ É importante dizer que não se trata de um fenômeno que se restringe apenas ao caso das “drogas”. Pelo contrário, a noção de “sociedade medicalizada” ou de “medicalização da sociedade” traduz o fato de que o “modelo biomédico” impôs-se na definição e no tratamento de numerosos problemas públicos contemporâneos (Adam, 2001).

“racional”. Em outras palavras, o que define o uso terapêutico de uma droga qualquer, para Vargas, é o cálculo racional que valoriza os “benefícios” e censura os “riscos” envolvidos em tais usos, sendo as drogas valorizadas conforme produzam efeitos clinicamente desejados.

São os nomes antigos, que segundo Sahlins, “adquirem novas conotações, muito distantes de seus sentidos originais” (Sahlins,2003:10). Em um contexto histórico e sociológico em que a medicina ganha centralidade no interior deste debate, “drogas” ganha seu significado “restrito”, ou seja, passa a se aplicar apenas a um certo número de substâncias (ou a certas modalidades de uso) classificadas como “estupefacientes”, “narcóticas”, “estimulantes”, “alucinógenas” ou “tóxicas”, etc. De um modo geral, é a este significado “restrito” e histórico que recorro ao longo desta dissertação. A tais substâncias é dado o nome de “psicoativas”, porque atuariam diretamente sobre o cérebro¹⁸.

Partindo também do mesmo pressuposto – o de que a questão das “drogas”, desde sua instituição nas sociedades contemporâneas, foi erigida sob um estatuto medicalizado – Maurício Fiore (2004) discorre acerca das “controvérsias médicas e a questão do uso de ‘drogas’”. Buscando analisar discursos médicos (tanto através de como o tema é abordado na mídia e em textos médicos, quanto entrevistando os próprios médicos que ocupam cargos de direção de instituições relacionadas ao uso de “drogas” na USP e na Unifesp – as duas maiores escolas de medicina de São Paulo), o autor mostra controvérsias entre os médicos, inclusive na própria aceção do termo “drogas”.

¹⁸ Para Vargas, é sintomático que as “drogas” que suscitam especial atenção e controle sejam justamente aquelas que afetam diretamente o funcionamento do cérebro. Para o autor, “certamente isto está relacionado com um traço marcante do pensamento ocidental que consiste em reservar um lugar paradigmático ao cérebro nas representações acerca do corpo, da vida, e do humano difundidas entre nós” (Vargas, 2001:83).

Todos os médicos analisados estavam de acordo com o ponto de vista farmacológico, segundo o qual “drogas” se refere às substâncias que provocam transformações fisiológicas em um corpo sem serem fundamentais para a sua sobrevivência. Mas mesmo entre os médicos, há uma difícil relação entre a visão ampliada do termo e seu sentido mais restrito, do ponto de vista farmacológico e/ou medicinal. Fiore lembra também que:

“desde que as ‘drogas’ foram tomadas como um problema social, uma grande quantidade de termos, já existentes ou não, foi utilizada pela polícia, pela medicina, pelo Estado, enfim, por toda a gama de agentes e saberes que participam do fenômeno enquanto tal: tóxico, entorpecente, narcótico, estupefaciente, etc. Todos eles foram ou ainda são, de alguma forma, sinônimos do termo “drogas”. Alguns deles, como “narcótico” e “entorpecente”, ainda são muito utilizados na linguagem policial, mas foram abandonados pelos médicos e psicólogos em decorrência de sua grande imprecisão farmacológica” (Fiore,2004:57).

Ou seja, é preciso lembrar que a definição de “drogas” é contextual e dificilmente pode ser considerada uma qualidade intrínseca da substância. Em seu estudo, Fiore mostra como o uso do termo “drogas” entre os médicos torna possível a comunicação com os pacientes e com a mídia através de um significado publicamente compartilhado, o que não ocorreria com o uso de outros termos como “substâncias psicoativas”. Neste contexto, “o uso da palavra ‘droga’ possibilita que um campo semântico comum – entre os médicos e os ‘leigos’ possa ser compartilhado” (Fiore, 2004:60).

Mas o mais interessante é que, ainda segundo Fiore, a adoção desse termo não se dá apenas no sentido de instituir uma comunicação entre médicos e leigos. Segundo ele, a própria medicina teria incorporado em sua linguagem as definições cotidianas do termo

“drogas”. Definições essas que possuiriam uma carga de significados específicos que são formados pelos aspectos sociais e legais relacionados ao seu uso. Nesse sentido, a criminalização de substâncias hoje chamadas “drogas”, como a cocaína, a heroína, a maconha, etc, foi decisiva, uma vez que foram justamente essas as substâncias que se desvincularam do sentido farmacológico e passaram a ocupar o espaço proscrito e negativo que lhes foi reservado pela lei e pelo debate público.

Há, com isso, uma contraposição entre a complexa definição do termo “drogas” e a ausência de debate ou até mesmo de uma reflexão mais detida sobre o assunto na medicina – o que para Fiore parece revelar um fenômeno interessante: o fato de que mesmo que não haja definições precisas ou unânimes, muitos médicos e instituições assumiram que “drogas” podem ser consideradas, no geral, como um conjunto de substâncias específicas, justamente aquelas que foram, ao longo do século XX, consideradas como tal. Isto equivale a dizer que:

“por mais distante que o significado farmacológico do termo ‘drogas’ esteja do seu emprego mais comum, é a este último que se referem preferencialmente muitas das falas dos médicos, inclusive aquelas de caráter oficial. Se, por um lado, o emprego do termo “drogas” em seu sentido comum se configura numa opção, posto que os médicos, como foi verificado, percebem as diferenças entre o repertório farmacológico e a linguagem comum, por outro, tal opção está relacionada ao fato da medicina ser parte de um debate já bastante consolidado e com seus termos muito bem definidos.” (Fiore, 2004:63)

Mas só a definição médica não basta, na medida em que ela é insuficiente para explicar, por exemplo, os juízos valorativos que comportam as “drogas”. É preciso também lembrar que a ilegalidade e a criminalização destas substâncias contribuíram

significativamente para que elas se tornassem alvo de debate público, perseguição policial e julgamento moral. Portanto, medicalização e criminalização estão na base da restrição do vocábulo, tal como o compreendemos hoje. Ao adentrar um tema espinhoso, como o das “drogas”, creio ser preciso considerar que, tal como foi constituída historicamente, trata-se de uma questão que não escapa desta discussão política – e que já está politizada. A esse duplo processo, Vargas deu o nome de “dispositivo da droga” num sentido muito próximo ao que Foucault estabeleceu para o “dispositivo da sexualidade”: “problema de repressão e de incitação, a ‘droga’, (...) não existiu desde sempre, sendo invenção social recente. De fato, mais do que se apropriar da experiência do consumo de ‘drogas’, o que as sociedades contemporâneas parecem ter feito foi criar literalmente o próprio fenômeno das ‘drogas’” (Vargas, 2001:211), produzindo-as em laboratório e/ou escala industrial, medicalizando e/ou criminalizando as experiências de consumo¹⁹.

Diante disso, é preciso, pois, problematizar a própria noção de “drogas” – o que não significa abandoná-la. Num estudo como o que se apresenta, que não se fixa em uma substância em particular, é bastante difícil (em referência à generalidade das substâncias) recorrer a um outro termo que não “drogas”, embora eu esteja ciente de que tal termo é impreciso e depreciativo. A utilização do termo “substâncias psicoativas”, de um lado, é eficaz no sentido de combater os juízos de valor agregados ao termo “drogas”, mas de outro lado, continua mantendo uma forte carga medicalizante. A mesma carga que justamente

¹⁹ Argumento parecido com o proposto por Serra, para quem “a nossa sociedade abriu espaços para que a drogas fossem utilizadas, mesmo criminalizando-as porque a criminalização de certas práticas é também uma forma de incitamento a essas práticas. É uma maneira de estimulá-las e ao mesmo tempo mantê-las sob controle.” (Serra, 1985:24).

contribuiu para a restrição do vocábulo “drogas”²⁰. Ainda que optasse por falar em “substâncias psicoativas de caráter ilícito no Brasil” cairia em equívoco uma vez que, no universo dos “meninos de rua”, por exemplo, presenciei uso de substâncias que não são consideradas ilegais tais como cola e tinner. Para complicar ainda mais a questão, é preciso dizer que, no vocabulário “nativo”, “drogas” foi o termo mais usado pelos meus informantes para se referirem genericamente tanto às substâncias (“eu uso drogas”) quanto às suas experiências com elas (“quando estou drogado”).

Assim, nenhum outro termo parece ser tão amplamente empregado como “droga”. Segundo Fiore, “termo capaz de representar por si só todo o debate contemporâneo e que é empregado universalmente” (Fiore, 2004: 57). Além disso, uma preocupação da pesquisa é justamente entender como esta palavra – que ganhou significação inteligível apenas através de um conceito médico-legal – alimenta julgamentos morais que, de acordo com o contexto em que a “droga” é concebida e vivenciada, pode ganhar representações muito díspares. Em outras palavras, significa saber o que a categoria “drogas” aciona em termos de representação e comportamento por parte de diferentes sujeitos em distintos segmentos sociais.

Estando, pois, ciente de todos esses dilemas e cuidando de sua (im)precisão terminológica, faço a opção de continuar usando o termo “drogas” com aspas para indicar uma tentativa de problematizá-lo. Quando citar o trabalho de outros autores ou falas literais dos sujeitos pesquisados, utilizarei o termo empregado por eles. Na medida do possível, utilizarei o próprio nome da substância: maconha, cocaína, ácido lisérgico, êxtase, crack,

²⁰Alguns autores, como Fernanda Eugênio que estuda o consumo de drogas em festas *raves* no Rio de Janeiro, optam por utilizar apenas o termo “substâncias”. No entanto, considero o termo isoladamente ainda mais impreciso que “drogas”.

cola, chá de cogumelo, tinner, heroína e algumas misturas destas substâncias, bem como as gírias que lhes foram conferidas em cada contexto, também cuidando de traduzi-las.

Já disse Sahlins que “a comunicação social é um risco tão grande quanto as referências materiais” e que “os efeitos desses riscos podem ser inovações radicais”. Para o antropólogo,

“metáforas, analogias, abstrações, especializações: todos os tipos de improvisações semânticas são circunstanciais, tendo as atualizações cotidianas da cultura oportunidade de se tornarem gerais ou consensuais, da maneira como forem retomadas pela ordem sociológica corrente. Os significados são, em última instância, submetidos a riscos subjetivos, quando pessoas socialmente capazes deixam de ser escravos dos seus conceitos para se tornarem seus senhores” (Sahlins, 2003:10-11)

Ao fazer a opção de seguir usando o termo “drogas”, escolhi permanecer na categoria dos escravos dos conceitos, deixando para outros a tarefa de seus senhores, bem como o risco das “inovações radicais”(Sahlins,2003).

- ***De problema social a problema sociológico/ antropológico***

Pobreza. Lares desfeitos. Más companhias. Tráfico de drogas. Violência. Falta de diálogo entre pais e filhos. Curiosidade. Valorização do proibido e do risco. “Coisas da Juventude”. Fuga da Realidade. Busca de identidade. Poucas perspectivas de futuro. Prazer da transgressão. Políticas públicas precárias. Criminalidade organizada. Individualismo. Modernidade.

Muitas são as tentativas de explicação para o uso de “drogas” na contemporaneidade e mais impressionantes ainda são os efeitos imputados a esse uso. Por causa das “drogas”, economias são devastadas, famílias se desestruturam, vidas são perdidas, aumenta-se a violência e a criminalidade organizada, o sistema carcerário está superlotado, o serviço público sobrecarregado. No entanto, a política proibicionista²¹ vigente para o controle dessas substâncias não parece adequada, e seu consumo não para de crescer. Há diferentes graus de envolvimento com as “drogas”. Diferentes “drogas”. Diferentes usuários. No cenário atual, as “drogas” – movimentando uma das indústrias mais rentáveis do planeta²² – não parecem ser outra coisa senão, nas palavras de Alba Zaluar, o “reencantamento do mal”.

Parto do princípio de que uma reflexão relevante sobre o assunto tem que romper com estereótipos que dificultam a análise de um tema tão complexo. De partida, não foi difícil constatar que há muitas informações frutos de embates ideológicos, morais e políticos que, embora sejam importantes para nos mostrar como as “drogas” se tornaram

²¹ Entre a prevenção e a repressão, é fácil perceber que, no Brasil, a segunda tem se sobressaído à primeira como alternativa mais acionada. No contexto atual de “guerra às drogas”, oficialmente decretada na década de 80, a repressão à produção, ao tráfico e ao uso alcançou escala sem precedentes. Repressão esta que não tem impedido de que esses três elos da cadeia e os problemas a eles relacionados aumentem a cada dia. (Andrade, 2003). Há um movimento teórico, liderado por pesquisadores especialistas no assunto, que clama pela necessidade de questionar o modelo proibicionista. Segundo Andrade, questionar esse “modelo” implica em procurar: “os mecanismos sociais que fizeram dessas substâncias o motivo de uma ameaça real às sociedades contemporâneas e, mais intensamente, à sociabilidade urbana (...) Assim, partimos do pressuposto de que a criminalidade e a violência observadas em torno das drogas não decorrem de qualquer característica intrínseca a elas, mas sim da forma como foram e estão sendo agenciadas pelo modelo proibicionista” (Andrade, 2003: 84)

²² A revista *Ciência Hoje* publicou um número (n.18, vol.31), em abril de 2002, intitulado “Drogas: uma reflexão sobre uma indústria altamente rentável”, que contou com textos de vários especialistas no assunto, em diversas áreas do conhecimento: Alba Zaluar, Alexandre Moura Dumans, Ib Teixeira, Adolfo Borges Filho e Ana Regina Noto.

centro de um debate público²³, nos ajudam muito pouco na compreensão do fenômeno. É fato que a “droga”²⁴ hoje é um problema social que exige atenção e cuidado, sobretudo das instâncias políticas especializadas na questão. E é fato também que é bastante difícil travar uma discussão teórica em um cenário tão politicamente marcado. Todavia, a temática das “drogas” me interessou, sobretudo, em função das problemáticas sociológicas e antropológicas que a comportam e que se referem à apreensão dos marcadores sociais envolvidos nestas práticas, a partir das diferenças e semelhanças de cada contexto observado.

Remi Lenoir (1996), em seu artigo “Objeto sociológico e problema social”, faz uma distinção entre esses dois termos tantas vezes confundidos. Segundo Lenoir, uma das particularidades dos problemas sociais é que, em geral, estes se encarnam, de forma bastante realista, nas “populações” que apresentam problemas a serem solucionados. No entanto, é inútil defini-los como tais, uma vez que “o que é constituído como ‘problemas sociais’ varia segundo as épocas e as regiões e pode desaparecer enquanto tal” (Lenoir, 1996:63). Além disso, o mesmo problema social pode ser constituído por diversos motivos.

Para Lenoir, o sociólogo não deve tomar partido nas lutas simbólicas que constitui o seu objeto de pesquisa, mas analisar os agentes que as travam, as armas utilizadas e as estratégias postas em práticas porque a “realidade social” é o resultado de todas essas lutas.

²³ É interessante verificar a mudança de cena referente à questão. Gilberto Velho, por exemplo, quando escreveu sua tese de doutorado defendida na USP em 1975 – *Nobres e Anjos*, optou por não publicá-la na época, uma vez que tal iniciativa, em pleno regime militar, poderia colocar em risco não só a privacidade e segurança dos grupos investigados, como até mesmo a do próprio autor. Com o fim da ditadura e a progressiva redemocratização da sociedade brasileira, optou-se pela publicação do trabalho, que se deu em 1998.

²⁴ O uso da palavra no singular é bastante representativo do movimento em que as “drogas” (no plural) deixam de ser o conjunto de substâncias, e tornam-se uma questão em si. “O singular parece indicar que o peso do significado de ‘droga’ é superior à especificidade da substância em questão. (...)A droga singularizada pode representar todo o complexo universo que envolve sua produção, distribuição e consumo” (Fiore, 2004: 62), bem como suas conseqüências individuais e/ou sociais.

Assim, ainda que se trate de um problema social, o objeto de pesquisa do sociólogo consiste, antes de tudo, em analisar o processo pelo qual se constrói e se institucionaliza o que, em determinado momento histórico, é constituído enquanto tal. Para isso, o sociólogo tem de enfrentar, sobretudo, os discursos que tendem a configurar, como especialidade, o fenômeno que estuda.

Foi o que fez, por exemplo, Janirza Lima (1990) ao analisar a legislação brasileira de tóxico de 1890 até 1976, na primeira parte do seu livro *Passageiros da fantasia*. A autora mostra como a conversão do uso de “drogas” em um problema público remonta às últimas décadas do século XIX e se articula de forma inequívoca ao processo de intervenção médica, implementado por agentes praticantes da medicina social no tratamento de saúde; tal questão é retomada nas primeiras décadas do século XX pelo movimento da Psiquiatria Organicista. De lá pra cá, todo um aparato médico-jurídico-policiaI foi montado para combater a disseminação social das “drogas” (Lima, 1990: 55).

Tratando-se, pois, de prática antiga no tempo e no espaço, mas que só recentemente se tornou objeto caloroso de debate público, é possível dizer que o uso de “drogas”, entre outras possibilidades de análise é, como o totemismo, “bom para pensar”. E aqui não me refiro ao fato de que essas experiências são boas para pensar porque provocam alterações no modo de funcionamento ordinário do cérebro, mas ao fato de que o uso de “drogas” pode trazer um desafio para a apreensão antropológica. Tratando-se de substâncias materiais e simbólicas, constituem aqueles fenômenos aos quais Mauss deu o nome de “fenômenos de totalidade”, “dos quais participam não apenas o grupo, mas também por ele, todas as personalidades, todos os indivíduos em sua integridade moral, social, mental e, sobretudo, corporal e material” (Mauss, 2003b[1924]:336). Fenômenos que, pela sua complexidade, ainda escapam – ou são arredios – à análise.

Diante de tal complexidade e em meio a tantas possibilidades de pesquisa, foi necessário um recorte. Seguindo o movimento já explicitado na introdução desta dissertação, optei por estudar o uso “drogas” a partir de três contextos sociais bastante distintos com o intuito de verificar a comparabilidade do material e questionar a viabilidade teórica e metodológica desse empreendimento. Além das justificativas já apresentadas, também é preciso dizer que este recorte se deu levando em conta as diferentes possibilidades de abordagem teórica, no interior das ciências sociais brasileira²⁵, que podem servir como guias para a análise da questão das “drogas na contemporaneidade”.

No Brasil, a primeira via, certamente uma das mais empregadas no que se refere aos estudos sobre uso de “drogas”, foi aberta por Gilberto Velho em seu trabalho pioneiro, *Nobres e Anjos*, escrito em 1975. Nele, a questão foi tratada através de um contexto sócio-cultural, como parte de um estilo de vida e de uma visão de mundo que estariam associados a esse comportamento considerado, em princípio, como desviante. Seu trabalho iniciou uma série de outros interessados na apreensão do contexto de uso, no conhecimento dos usuários e no entendimento de suas práticas.

Outra grande ênfase pode ser dada focando os seus aspectos legais e as polêmicas em torno de sua criminalização e/ou descriminalização a partir do estudo sistemático do que veio a se tornar o Tráfico de Drogas²⁶. Ainda um outro leque de questões pode ser aberto se considerarmos o advento do processo de medicalização dos corpos e da vida e o

²⁵ Em função do tempo restrito do mestrado e da opção por centrar-me, principalmente, no trabalho de campo, não pude fazer um levantamento exaustivo da bibliografia internacional a respeito de “drogas”. Esse levantamento é um dos objetivos da minha pesquisa de doutorado.

²⁶ Para essas questões ver os trabalhos de Serra (1985), Carneiro (2002), Andrade (2003), Rodrigues(2003), Zaluar (2004).

aparato de repressão/incitação que, como indica Vargas (2001), talvez seja a grande chave para entender como as sociedades ocidentais criaram o próprio fenômeno das “drogas”.

Há ainda, na literatura brasileira, uma bibliografia²⁷, mais ligada à etnologia, que trata do uso de “drogas” em contextos rituais. Por último, o uso de “drogas” torna-se também intelectualmente relevante por tratar-se de um fenômeno simultaneamente de ordem material e simbólica que coloca em jogo formas socialmente constituídas de agenciar modos intensivos ou extensivos de engajamento com o mundo (Viana Vargas, 2001). É sobretudo no inter cruzamento desta última abordagem com a iniciada por Gilberto Velho que construí minhas principais questões de pesquisa. As outras abordagens, ainda que essenciais para o entendimento da temática, não serão o principal foco deste trabalho.

Essa opção teórica deveu-se, primeiramente, tanto ao fato de eu estar em contato com usuários de “drogas” as mais distintas e nos mais diferentes contextos, quanto ao fato de que eu imaginei que esse inter cruzamento pudesse ser uma boa via para abordagem contemporânea da questão das “drogas”. Acredito que, juntas, as duas perspectivas (a que enfatiza o contexto social de uso e a que leva em conta a problemática da corporalidade a ele equacionada) podem fazer o “contexto social” e o “corpo” ganharem força explicativa para o entendimento de um fenômeno tão complexo. Ou seja, fazer essas duas categorias se encontrarem em um mesmo trabalho com o firme propósito de caminhar em direção a uma melhor compreensão analítica do tema. A seguir, pretendo detalhar um pouco mais de onde partiu teoricamente este inter cruzamento e como ele foi pensado e elaborado, com o intuito de me ajudar a olhar os “dados etnográficos”.

²⁷ Entre os principais trabalhos estão Araújo, (1999), Goulart (2004), Labate e Araújo (2004)

- *Howard Becker e a teoria do desvio*

Os estudos sobre uso de “drogas” em antropologia, de uma maneira geral, tematizam suas propriedades simbólicas e as influências e efeitos da cultura sobre tais experiências. A preocupação em descrever o contexto social onde tal uso é praticado e concebido foi certamente uma das principais contribuições desses estudos para o entendimento da questão. Os trabalhos pioneiros de Howard Becker (1971[1963]; 1977) inspiraram e ainda inspiram muitos estudos realizados no Brasil no assunto. Para Becker, “na medida em que as drogas têm tantos efeitos, esses podem ser interpretados de várias maneiras e assim refletem influências contextuais extremamente sutis” (Becker, 1977: 182).

Segundo ele, se as experiências com as drogas de alguma forma refletem ou estão relacionadas com cenários sociais²⁸, cabe ao cientista social especificar os cenários nos quais as drogas são experienciadas e os efeitos específicos desses cenários nessas experiências, bem como entender o processo pelo qual alguém faz uso de drogas continuamente. Estudando o uso de maconha entre músicos nos Estados Unidos, o autor considera que o consumo de drogas é sobretudo interessante para uma “teoria do desvio”²⁹

²⁸ O próprio Lévi-Strauss tem uma observação bastante parecida a respeito das substâncias alucinógenas: “nas sociedades que, ao contrário das nossas, institucionalizaram os alucinógenos, pode-se esperar que eles engendrem, não um tipo determinado de delírio que seja inscrito na sua natureza físico-química, mas um delírio almejado pelo grupo, por razões conscientes e inconscientes, e que diferem em cada um. Os alucinógenos não contêm uma mensagem natural cuja noção mesma seria contraditória; são detonadoras e amplificadoras de um discurso latente que cada cultura conserva, e cuja elaboração as drogas permitem ou facilitam” (Lévi-Strauss, 1993: 238).

²⁹ É importante dizer que Becker não inaugura uma teoria do desvio. Ao contrário, a preocupação com questões relacionadas ao desvio e à normalidade figura como resultado de um processo histórico de tentativa de compreensão de um cenário social, recorrente nas grandes cidades européias e americanas em fins do século XIX, caracterizado por criminalidade, prostituição e suicídio e, conseqüentemente, projetos de saneamento médico e higienização. Sobre esse assunto é interessante o texto de Miskolci (2005) que desenvolve, a maneira de Foucault, uma história das formas de como as questões de normalidade e desvio foram estudadas desde o século XIX, permitindo ao leitor apreender as origens do tema, as primeiras

e para entender as “regras verdadeiramente operante dos grupos”.

Becker (1971) critica as idéias de desvio tais como propostas pelos estatísticos (algo que foge ao padrão de normalidade), pelos médicos (algo patológico) ou por alguns sociólogos (que trabalham com termos como “funcional” e “disfuncional”) por achar que essas idéias limitam nossas possibilidades de visão, ao localizarem o desvio no indivíduo e não no fenômeno que classifica o indivíduo enquanto tal. Para Becker, esta é uma questão antes de tudo política, uma vez que o desvio é criado pela sociedade e pelos grupos no interior de uma sociedade:

“os grupos sociais criam o desvio ao fazer as regras cuja infração constitui o desvio e ao aplicar tais regras a certas pessoas em particular, qualificam-nas de *outsiders*. Deste ponto de vista, o desvio não é uma qualidade do ato cometido pela pessoa, mas uma consequência da aplicação que outros fazem (...) O desvio é, entre outras coisas, uma consequência das respostas dos outros aos atos de uma pessoa” (Becker, 1971:19, tradução minha)

Ou seja, o desvio não é uma característica específica de certas categorias de pessoas; ele depende da maneira pela qual os outros reagem a uma acusação. Em outras palavras, o desvio traduz uma fuga às normas fixadas pelos grupos sociais, mas para se tornar um desviante é necessário também se tornar objeto de uma acusação. Considerando o desvio como uma transação que tem lugar entre um grupo social e um indivíduo que é considerado por tal grupo como um transgressor das regras, o foco principal do autor é investigar o processo pelo qual os desviantes são definidos pelo resto da sociedade. Ser

maneiras de compreendê-lo (baseadas na naturalização do fenômeno) e as tentativas de desenvolvimento de abordagens propriamente sociológicas, como a de Becker, para uma teoria para o “desvio”.

designado como desviante resulta de uma variedade de contingências sociais influenciadas por aqueles que detêm o poder de impor essa classificação.

Como mostra a citação, para o autor, todos os grupos criam regras e tentam impô-las. Tais regras, por sua vez, definem certas situações e os tipos de comportamentos apropriados para as mesmas, prescrevendo alguns atos como “corretos”, outros como “incorretos”. Quando se impõe uma regra, a pessoa que se imagina ter quebrado esta regra, pode ser vista como um tipo especial de indivíduo, alguém de quem não se pode esperar que viva de acordo com as regras do grupo – ela é considerada *outsider*. Mas o interessante de sua teoria é mostrar como a pessoa considerada *outsider* pode ter uma visão diferente do assunto, pode não aceitar a regra segundo a qual está sendo julgada e considerar que os seus juízes estão errados.

No caso, por exemplo, dos usuários de drogas, eles desenvolvem amplas racionalizações e explicam por que eles têm razão e por que aqueles que os criticam estão equivocados. É no interior desta preocupação mais geral que o uso de maconha se tornou, para o autor, um caso de interesse para a teoria do desvio, na medida em que permite apreender como a concepção que um indivíduo tem da maconha e do seu uso é conseqüência da experiência do indivíduo com a droga – o que ilustra seu argumento de que as motivações desviadas se desenvolvem no curso da experiência com a atividade desviada.

No caso específico do uso de maconha, o autor mostra que não há um motivo desviante para que alguém use a substância, mas que há uma carreira³⁰ que se faz no

³⁰ Segundo Miskolci (2005), Becker teria estendido a noção de carreira que empregava em seus estudos da sociologia das profissões aos seus estudos sobre o desvio. A noção de carreira lhe dá a idéia de uma evolução por etapas em que o resultado final nunca é certo: cada tipo de desvio consiste em uma carreira específica,

contato com outros usuários; um aprendizado que passa por uma redefinição de seus efeitos como algo agradável. Assim, aprender a gostar de maconha é uma condição necessária para o consumo estável da droga. Nesse sentido, Becker e sua abordagem convidam à compreensão do desvio como um processo em constante elaboração, no qual o indivíduo pode ou não se engajar. Sua teoria inaugura uma abordagem em que não apenas os comportamentos rotulados como desviantes são o foco de investigação, mas também as relações entre os pólos complementares da normalidade e desvio. No caso dos usuários de maconha, o grande ganho do autor é mostrar como, embora sejam considerados desviantes em relação à sociedade mais ampla, entre eles são desenvolvidos códigos de sociabilidade e aprendizado dos efeitos e do gosto pela droga, capazes de promover uma modificação na concepção que se tinha antes do envolvimento com a droga. Os usuários, ao longo dessa experiência, também passam a ter uma outra concepção da sociedade mais ampla, e começam a criticar aqueles que os julgam.

- ***Na esteira do pensamento de Becker... Nobres e Anjos***

O trabalho de Gilberto Velho, *Nobres e Anjos*, foi bastante influenciado pelo trabalho de Becker, guardando com este muitas semelhanças. É possível dizer que essa dimensão de pesquisa classificada de interacionista-simbólica³¹ é a grande diretriz teórica dos trabalhos brasileiros que pretendem trazer à tona o ponto de vista e a perspectiva dos

mas o engajamento é singular: primeiro, há um ato primário (que pode permanecer secreto ou mesmo não ser intencional), depois a aquisição de uma identidade desviante e, finalmente, a adesão a um grupo desviante.

³¹ O termo “interacionismo simbólico” foi criado por Herbert Blumer em 1938. Sob este rótulo, Blumer teria unificado aspectos que considerava típicos dos trabalhos desenvolvidos na Universidade de Chicago. Ainda segundo Miskolci (2005: 17), a rotulação merece certa cautela, pois as pesquisas desenvolvidas em Chicago, eram bastante distintas entre si.

usuários de “drogas”, ressaltando “sua visão de seu mundo” e o contexto de uso que confere significado à sua experiência.

Em *Nobres e Anjos*, a questão do uso de tóxicos – como já visto antes – foi compreendida a partir de um contexto sócio-cultural, como parte de um estilo de vida e de uma visão de mundo. Ao decidir pela publicação do trabalho quase 25 anos depois de escrito, Velho diz ter feito isto por acreditar que esse tipo de abordagem poderia estar mais presente quando se discute a problemática das “drogas”. O seu estudo está centrado em dois grupos de habitantes da zona sul do Rio de Janeiro, que tinham em comum a utilização regular de tóxicos nos primeiros anos da década de 70.

O antropólogo parte da própria visão de mundo desses grupos que classifica as pessoas em função de sua relação com os tóxicos. No entanto, o autor declara que a utilização de tóxicos entre os membros dos grupos foi apenas um ponto de partida para tentar fazer uma análise sistemática de certos estilos de vida e visões de mundo que estariam associados a esse comportamento considerado, em princípio, como desviante. Sua preocupação principal, teoricamente, consistiu em aprofundar o conhecimento sobre as camadas médias brasileiras, bem como sobre a teoria do desvio³² em ciências sociais.

Além disso, o fato de lidar com um universo cuja atividade é inicialmente não só malvista, mas definida como ilegal e até mesmo criminosa traz uma série de problemas, principalmente metodológicos, para a realização da pesquisa. Desse modo, há uma dimensão política importante nessa problemática que não pode ser desconsiderada: a clandestinidade da obtenção e do consumo de tóxicos, devido ao caráter ilegal da

³² É interessante notar como a teoria do desvio foi escolhida em meio a outras discussões da época e que são explicitadas por Velho em seu livro, como é o caso das discussões sobre se esses grupos pertenciam ou não a uma subcultura, ou se faziam parte do movimento da contracultura. Velho recusa essas duas alternativas, pois para ele “o conceito de subcultura ou de contracultura está vinculado a essa perspectiva muito preocupada em traçar limites rígidos entre o normal e o anormal, o ajustado e o desviante, o típico e o atípico. (...) Não se trata de negar a existência de discontinuidades, mas de percebê-las dinamicamente” (Velho, 1998:18).

utilização. É nesse sentido que Velho considera que esses indivíduos assumem as características de indivíduos desviantes. Esse universo, no entanto, está longe de ser homogêneo ou monolítico e é problemática a afirmação de um sentimento de solidariedade existente entre as pessoas que usam tóxicos. São as diferenças internas, em termos do tipo de tóxico utilizado, faixa etária, características de estrato social, que vão marcar fronteiras bastante nítidas. Segundo Velho, não há uma fronteira única, “mas uma constelação de grupos que têm em comum uma atividade clandestina e ilegal” (Velho, 1998:16).

Uma vez não sendo possível dar conta dessa “constelação”, o autor, relativizando o próprio conceito de grupo, reduz seu foco a dois grupos que usam tóxicos, mas que possuem características diferenciadoras. Bastante semelhantes em termos econômicos, havia certas discontinuidades fundamentais em termos etários, ou seja, em termos de um determinado tipo de experiência marcado por certas vivências historicamente localizadas. Ou seja, embora vindos da mesma origem social, os *nobres* e os *anjos*³³ viveram momentos diferentes de ascensão das suas famílias. É comum que, por exemplo, o filho de 28 anos tenha vivido parte de sua infância no período mais duro da vida da família, ao passo que seu irmão de 18 anos cresceu na fase de maior abundância. São, portanto, dois momentos distintos do mesmo universo que, a medida em que a família consegue atingir uma certa posição em termos econômicos, passa a acentuar aspectos simbólicos, onde a educação é o grande trunfo. Um traço fundamental da ideologia dessas pessoas é a separação em relação a outros indivíduos ou grupos, marcando enfaticamente a especificidade de seu estilo de vida de “pessoas finas e educadas”.

³³ É importante dizer que, embora o autor tenha intitulado o livro de *Nobres e Anjos*, em nenhum momento ele utilizou-se dessa terminologia no decorrer do trabalho. Portanto, toda vez que esses dois termos aparecerem no interior desta dissertação, tenho inteira responsabilidade por isso.

Assim, pode-se estabelecer uma linha em que, na geração dos pais, o trabalho foi fundamental para atingir certos objetivos e símbolos culturais, para chegar a ter ou valorizar certas “marcas de distinção”. Os nobres levaram até as últimas conseqüências as preocupações de suas famílias em distinguirem-se, chegando, inclusive, a deixar o trabalho em segundo plano, enfatizando o consumo, o lazer e a criação descomprometida. Finalmente, os anjos desligaram-se de qualquer compromisso com uma ideologia de produtividade, construindo um estilo de vida em que o culto do lazer e do lúdico era assumido plenamente, rejeitando qualquer comportamento que pudesse adiar a obtenção do prazer, desprezando até mesmo a educação – que foi tão fundamental na ascensão social e na visão de mundo das famílias de origem. Em outras palavras, há um princípio hierarquizador que diferencia os grupos e que é fortemente manipulado pelo universo investigado, marcando posição fortemente elitista. A partir dessa herança e de experiências particulares é que são constituídos os tipos de *ethos*³⁴ dos dois grupos estudados.

Esses dois grupos, embora manipulem símbolos da cultura dominante, infringem regras e podem ser caracterizados, pelo uso de tóxicos, como desviantes³⁵. Todavia, seus estilos de vida e visões de mundo são bem diferentes, por exemplo, do contexto original de utilização da maconha na sociedade brasileira – o morro, a favela. Dessa forma, o tóxico tem significados distintos em função do grupo que o utiliza:

³⁴ Velho utiliza-se da idéia de *ethos* de Gregory Bateson: “um sistema padronizado de organizações dos instintos e das emoções dos indivíduos”(Velho, 1998:59).

³⁵ É interessante perceber ao longo do trabalho como esses indivíduos vêm de famílias que freqüentam ambientes em que o uso de tóxicos é condenado e temido como possível causador de loucura. Velho frisa que: “em se tratando de uma sociedade complexa, existem diferentes concepções e versões sobre o uso de tóxicos e as pessoas estudadas estão expostas a essa divergência de interpretação, podendo ter momentos de oscilação entre uma e outra. Por outro lado, não se trata de uma simples divergência, mas de um confronto entre uma visão do problema que tem a sustentá-la a lei, a polícia, o aparato do Estado em geral, e uma outra em situação de ilegalidade, clandestinidade, pelo menos parcial, e com as dificuldades de implementação daí decorrentes.” (Velho, 1998:81)

“Tendo realizado a pesquisa numa grande metrópole, numa sociedade estratificada, tive oportunidade de verificar que os tóxicos são utilizados e reprimidos de forma bastante diferenciada, basicamente em função da classe social, estrato ou grupo de status a que pertença o consumidor. Desta forma, o tóxico não só tem significados em função do grupo que o utiliza, como sua utilização pode ser interpretada por não consumidores, acusadores potenciais e autoridades de maneira diferente, provocando reações particulares. Mais ainda, embora possam ser estigmatizantes em termos de uma cultura dominante oficial, os tóxicos são manipulados como símbolos de prestígio não só internamente aos grupos estudados, mas como forma de marcar distâncias em termos de relacionamento entre grupos sociais distintos. (...) Na medida em que [o tóxico] se incorpora ou que é compreendido não isoladamente, mas como sendo um item de um estilo de vida, vai ser mais um elemento que contribuirá para o estabelecimento de hierarquias internas a uma classe”. (Velho, 1998: 204-205)

Como mostra a citação, é interessante pensar como esse mesmo item (o tóxico) posto em contexto pode ter significados díspares, ajudando a relativizar o problema dos tóxicos. O ambiente, a música, a comida, a forma “educada” de utilizar o tóxico mostram como os “vanguardistas-aristocratizantes” levaram ao limite certos traços característicos de sua classe social. Assim, mantêm uma imagem de pessoas talentosas, sensíveis, abertas ao mundo, porém sabendo o que é bom, o que vale a pena na vida. “Não é o tóxico em si, mas associado a outros símbolos que vai criar as ‘marcas de distinção’” (Velho, 1998:198). Já o grupo mais jovem (os “anjos”) esvazia quase todos os conteúdos significativos da visão de mundo dominante das famílias de origem. A obtenção do prazer e a “curtição” são seus objetivos permanentes, e o uso de tóxicos faz parte de um *ethos* lúdico-erótico que

estabelece distinção a partir de seus padrões de beleza física e dos seus interesses esportivos e musicais.

Nos dois casos, encontra-se um “aristocratismo” com formas diferentes e conteúdos específicos; um princípio hierarquizador ativo, estabelecendo as separações que, em última análise, referem-se a possibilidades dadas pela “situação de mercado”. Partindo-se das mesmas condições materiais de existência e vivendo lado a lado, elaboraram-se estilos de vida bastante diferenciados.

Em texto posterior, Velho (1985) afirma que o problema colocado pela teoria do desvio e que é interessante para se pensar a questão dos tóxicos é compreender quem pode ou não, quem tem legitimidade ou não, quem tem segurança ou não de exercer determinadas formas de interação social. Ou seja, é o dilema de como eles são percebidos e vivenciados por grupos sociais particulares. Segundo Velho, a antropologia deveria se preocupar mais pelo tema das “drogas”, bem como pela teoria do desvio, “porque a antropologia está interessada em perceber diferentes visões de mundo e diferentes estilos de vida que coexistem em uma sociedade e verificar como coexistem, com maior ou menor grau de conflito, com maior ou menor grau de harmonia ou articulação” (Velho, 1985: 47).

Trata-se, portanto, de perceber o uso de “drogas” como mais uma dentre outras práticas sociais que são marcadas socialmente e que estabelecem relações de identidade e pertencimento, mas também de distinção, de hierarquia e de poder. Esse tipo de análise foi bastante empregado nos estudos posteriores sobre a questão.

- *Na esteira de Nobres e Anjos...*

É preciso dizer que são poucos os trabalhos que se detêm sobre a questão do uso de “drogas” em contextos urbanos nas ciências sociais brasileira. Parte dessa relativa ausência pode ser explicada pela clandestinidade presente no uso de “drogas” que garante uma dificuldade prática de acesso a essas pessoas e que faz com que, mesmo quando temos uma certa idéia dos lugares onde tais usos se dão, há uma relativa resistência em falar sobre essas experiências. Muitas dessas pesquisas acabam recorrendo a redes conhecidas de usuários de “drogas” ou a instituições encarregadas de prestar serviço a essa população – o que pode ser um fator que envies a análise. A minha pesquisa também não foge dessa prescrição.

Somado a isso, estudar o assunto envolve, inclusive, uma seleção bastante atenta da bibliografia³⁶, que geralmente possui pouca consistência teórica e muitas vezes está ancorada em bandeiras conservadoras ou libertárias referentes a questão. Como já dito anteriormente, uma vez que se trata de um tema de forte apelo público, é quase impossível discutir o assunto sem as problematizações políticas e morais que o comportam. Tudo isso para dizer que tive bastante dificuldade em valer-me de alguns estudos como bibliografia de apoio para a dissertação – eles são mais interessantes como pólos de um discurso a ser investigado.

³⁶ Aqui refiro-me sobretudo ao fato de que são muitas e diversas as publicações sobre “drogas”, sob múltiplos olhares, aspectos e disciplinas. Portanto, é preciso atentar para o que é ou não interessante em meio a essa profusão de discursos.

Do levantamento realizado, além dos estudos de Becker e Velho, encontrei quatro trabalhos³⁷ que se dedicaram exaustivamente a estudar a questão do uso de “drogas” (em contextos urbanos) a partir de etnografia ou contato íntimo com os usuários. Há coletâneas organizadas que também foram de grande valia para a construção do problema dessa dissertação³⁸. Com a exceção do trabalho de Vargas (2001), que será discutido posteriormente, é possível dizer que todos os outros estão fortemente baseados na proposta de Becker e Velho, segundo a qual deve-se entender o uso de “drogas” relacionando-o com o contexto social específico e com os estilos de vida que o produzem e que são por ele produzidos.

O trabalho de Janirza Lima (1990), originalmente apresentado como dissertação de mestrado na Universidade Federal de Pernambuco, teve como objetivo central entender a construção social do “farmacodependente” através do estudo tanto da legislação brasileira de tóxico quanto do contato íntimo com usuários da liga de Algafan³⁹ no Recife em serviços especializados no atendimento a tal usuário. A autora aborda a trajetória da “dependência”⁴⁰ e os diversos estágios da afirmação desses indivíduos como desviantes – numa clara referência aos trabalhos de Becker e Velho.

³⁷ Lima (1990), MacRae e Simões (2000), Piccolo (2001), Vargas (2001).

³⁸ Entre as coletâneas, destacam-se as organizadas por Luiz Carlos Maciel (1985); Anthony Henman e Oswaldo Pessoa Jr. (1986); Odair Gonçalves Dias e Francisco Inácio Bastos (1992); Clara Lúcia Inem e Gilberta Acselrad (1993); Lígia Bittencourt (1994).

³⁹ Algafan é o nome comercial do Cloridrato de Dextropropoxifeno, cuja entrada no corpo se dá por meios intravenais. Todos os indivíduos entrevistados por Lima eram poliusuários que incorporaram o Algafan à lista de suas substâncias de “preferência”. Lima teve contato com os indivíduos que, uma vez presos, eram encaminhados à Delegacia de Entorpecentes para serem tratados e supostamente recuperados pela equipe da Divisão de Serviços Técnicos do Recife – instituição encarregada oficialmente de recuperar os “dependentes”.

⁴⁰ Lima enfrentou um problema bastante parecido com o meu e sobre o qual falo mais adiante: a dificuldade de conseguir imprimir uma abordagem antropológica ao conceito de dependência, sem cair no enfoque ou na terminologia médica, criminológica ou psicológica.

Na sua pesquisa, a questão do desvio se tornou ainda mais interessante, pois Lima trabalha com “dependentes” no interior de instituições que, por sua própria organização, tornam impossível ao desviante questionar as práticas as quais está submetido. Um dos seus objetivos é verificar, no dia-a-dia de atendimento desses usuários, até que ponto a condição de desviante é sancionada e reforçada pelo aparelho institucional. Para a autora, a instituição, mais que esclarecer o desvio, cria um processo de institucionalização do mesmo. Somado a isso, ela procura analisar as relações entre a categoria estudada e outros grupos com os quais convive.

Edward MacRae e Júlio Simões (2000) realizaram pesquisa com membros de círculos de usuários de maconha socialmente integrados, pertencentes às classes médias e inseridos no mercado de trabalho ou no sistema educacional nas cidades de São Paulo e Salvador. Os dois autores também procuraram ressaltar a importância do contexto social e a existência de uma subcultura da maconha que, segundo eles, é capaz de exercer uma influência marcante sobre os efeitos psicológicos e sociais decorrentes do uso da substância. Apesar das diferenças históricas e culturais entre as duas cidades, os autores encontraram grande similaridade entre os usuários pesquisados. Este trabalho tem caráter fortemente político, no sentido de que se propõe a dialogar com políticas públicas no intuito de mostrar um saber próprio dos usuários frente à substância utilizada, que se dá a partir do convívio em “rodas de fumo”. Os autores fazem críticas à política proibicionista de “drogas” e ao modelo biomédico que, geralmente, desconsidera o ponto de vista dos usuários.

Nessa mesma direção, há também o trabalho de Fernanda Piccolo (2001) sobre as trajetórias sociais de usuários de “drogas” em um bairro de Porto Alegre – um local assinalado e popularizado pela imprensa local como de elevado índice de criminalidade e

intenso tráfico e uso de “drogas”. A inovação de sua pesquisa consiste justamente em adicionar a esses trabalhos o estudo das trajetórias de sujeitos sociais que têm em comum o uso de substâncias psicoativas, buscando compreender o peso e o espaço do uso das substâncias nessas trajetórias, os valores acionados, as redes sociais das quais esses sujeitos participam, os atores sociais que marcaram a trajetória desses sujeitos, as experiências pelas quais passaram e se, com o advento da AIDS, houve alguma modificação no uso.

Piccollo frisa que tais trajetórias só são compreensíveis no interior do contexto em que elas são produzidas e vivenciadas. Isto porque, segundo a autora, há uma relação indissociável entre a configuração cultural em que as pessoas estão inseridas e aquilo que elas pensam, vivem e produzem. Assim, os usos, o entendimento sobre as “drogas”, as características e os efeitos sentidos variam conforme o grupo social, o contexto, a cultura e a sociedade nas quais os usuários estão imersos, pois implicam um aprendizado constante e formas particulares de sociabilidade⁴¹.

A apresentação resumida desses trabalhos visa mostrar a força desse tipo de abordagem nos estudos sobre “drogas”. É possível dizer que minha reflexão só ganhou vigor argumentativo quando comecei a ter contato com essa literatura, que me favoreceu no sentido de pesquisar discursos e práticas frutos de contextos nos quais prazer, dor, corpo – temáticas bastante acionadas – possuem significações específicas, construídas de acordo com a imagem que se tem da “droga” em cada um deles e que, de certa forma, estão relacionadas com estilos de vida e com visões de mundo também bastante específicos. A

⁴¹ Ainda se enquadrando nesta perspectiva, pode ser visto o trabalho de Selma Lima Silva (2000), apresentado como dissertação de mestrado na Faculdade de Saúde Pública da USP. Estudando mulheres usuárias de crack, a autora também chama a atenção para o entendimento do contexto sociocultural onde ocorre a utilização da droga. Segundo Lima, considerar este contexto significa mostrar que a busca dos efeitos desejados pode estar também vinculada ao circuito que os oferece e à forma de conduta apropriada para circulação neste espaço – o que implica a construção de um estilo e uma estética próprios que possibilitam a identificação com seus pares e pelos “outros”.

partir dessa visada teórica é que explorei os contextos, os discursos sobre “drogas” predominantes em cada um deles, e as práticas dos agentes frente a esses discursos.

Mas, fazendo parte dessa “ciência estranha” em que se discute muito pouco os “dados” encontrados e mais as interpretações a eles conferidas, também esta abordagem apresentou seus limites para o entendimento da questão. Estes serão expostos na seqüência.

- *Ainda na esteira, mas em outra direção...*

A tese de doutorado de Eduardo Viana Vargas (2001) é uma pesquisa bastante exhaustiva sobre o tema das “drogas”. Em 600 páginas, o autor discorre sobre vários aspectos que a problemática comporta. Seu principal objetivo é problematizar a partilha moral (médico-legal) entre usos lícitos e ilícitos de “drogas” e explicitar os critérios que fomentam tal partilha. Para tanto, o autor percorre a noção plurivalente de “drogas” e argumenta que uma investigação epistemologicamente positiva deve envolver uma análise das práticas e das representações socialmente constituídas dos corpos e dos sujeitos humanos, bem como subsidiar uma reavaliação crítica do estatuto dos sujeitos e dos corpos humanos na teoria social.

O autor inova juntando pesquisa quantitativa com qualitativa. Realiza *surveys* com amostras aleatórias de habitantes de Juiz Fora (MG), para mostrar que *todos* consomem “drogas” (que não são as mesmas, nem são usadas com a mesma freqüência) e faz etnografia com usuários de “drogas” de uso ilícito também de Juiz de Fora, com o intuito de descrever as redes de sociabilidade constituídas em torno dessa prática. Dessa etnografia, ele retira o argumento de que o consumo de “drogas” ilícitas, do ponto de vista dos usuários, coloca em jogo processos de alteração material e simbólica da percepção que

envolvem o agenciamento de modos singulares de incorporação⁴² e de subjetivação. Assim, esses diferentes usos de “drogas”, além de colocarem em questão a partilha entre a materialidade dos corpos e a imaterialidade dos espíritos também configuram dois “modos de produção de pessoas”: aquelas que privilegiaram a vida na extensão e aquelas que privilegiaram a intensidade dos instantes, nas palavras do autor, “modos extensivos ou intensivos de engajamento com o mundo”. Daí o título da tese: “Entre a extensão e a intensidade”.

Como o próprio autor afirma, ainda que misturar tantas possibilidades de pesquisa implique no risco de fazer tudo virar uma “intragável gororoba” (Vargas, 2001:8), seu objetivo é complexificar soluções tidas como evidentes, principalmente problematizando a partilha moral que classifica algumas drogas como de uso “lícito” e outras de uso “ilícito”. Segundo Vargas, tanto as práticas de uso lícitas quanto as ilícitas podem ser tomadas e reunidas num mesmo espaço porque fazem parte de um mesmo campo semântico, o das práticas corporais, “que é continuamente atravessado pelos modos como a vida e a morte são experimentadas e concebidas, histórica e culturalmente, pelos homens” (Vargas, 2001:34).

Para o que interessa a essa discussão, valho-me principalmente, do quarto capítulo e da conclusão da tese de Vargas⁴³. Este capítulo é constituído pela etnografia e por

⁴² Por falta de um termo específico em português para traduzir a idéia implícita no termo *embodiment*, muitos autores que trabalham com a questão recorreram ao neologismo *incorporação*, ao invés dos termos *incorporação* ou *encarnação* já existentes. Isto porque *incorporar* tem a ver com algo que existe antes ou fora do corpo e a ele se junta, ao passo que *incorporar* diz respeito a dar ou tomar corpo, corporificar, materializar e não supor o dualismo corpo/mente implícito nos vocábulos *incorporar* e *encarnar*. Para essa discussão, além de Vargas (2001), ver também Simone Frangela, 2004 e Daniela Silva, 2004.

⁴³ A tese de Vargas é composta por cinco capítulos, além da introdução e da conclusão. Resumidamente, no capítulo 1, o autor explora os sentidos e a etimologia da palavra “droga” – discussão por mim aproveitada no primeiro item deste capítulo. No capítulo 2, o autor esboça o que ele chama de “genealogia do consumo de ‘drogas’ no Ocidente”. No capítulo 3, descreve e analisa os resultados do *survey* realizado em Juiz de Fora. No capítulo 4, apresenta e discute o material etnográfico produzido entre usuários de “drogas” de uso ilícito

entrevistas realizadas com um número relativamente pequeno de pessoas usuárias de “drogas” ilícitas e a conclusão é a retomada dos principais argumentos do autor. A seleção desses entrevistados foi feita a partir do contato com outros usuários que se conheciam, ao mesmo tempo “que acarretou a exclusão de usuários com outros perfis sócio-demográficos (particularmente negros, pobres e pessoas com baixo nível de escolaridade) e/ou com outros perfis de consumo de ‘drogas’ (especialmente usuários freqüentes de ‘drogas’ tidas como ‘pesadas’ ou de ‘drogas’ utilizadas em contextos religiosos)” (Vargas, 2001: 442).

Atentando para a heterogeneidade presente num hipotético “mundo das drogas”, Vargas afirma que embora as “drogas” usadas não tenham sido sempre as mesmas, nem as mesmas as pessoas que usaram, é possível perceber alguns elementos comuns, entre eles o cálculo das circunstâncias propícias para o consumo (lugar, horário do dia, etc) e o fato de os “‘amigos’ serem os companheiros preferenciais para o uso de ‘drogas’ ‘ilícitas’”(Vargas, 2001:462).

Segundo o autor isso sugere o que já havia sido revelado por Becker e Velho a respeito da influência do meio social no início ou na continuidade do uso de “drogas” ilícitas. Mas para ele, a influência do meio social dá conta de apenas uma parte do fenômeno – e que diz respeito à prática propriamente dita. Uma vez que o uso de “drogas” é uma atividade que envolve riscos físicos e sociais, o recurso a esse “meio” e não a outros, coloca problemas específicos. Além disso, tudo pode funcionar ao revés, ou seja, as práticas podem ser produtoras de relações, em vez de produtos: muitos vínculos de amizade surgem e permanecem a partir do envolvimento com “drogas”, que aparecem assim como

em Juiz de Fora. No capítulo 5, desenvolve a partir de revisão bibliográfica, uma análise do estatuto dos sujeitos e dos corpos na teoria social. E, por fim, na conclusão, retoma os pontos levantados em cada capítulo com o intuito de desenvolver seu principal argumento, qual seja, que os usos de “drogas” lícitas ou ilícitas colocam em jogo são formas distintas de agenciar modos intensivos ou extensivos de engajamento com o mundo e diferentes maneiras de produção de pessoas.

um meio de aproximar pessoas e o importante é que isso não é dado apenas por seu caráter ilícito.

A crítica de Vargas é que se dá uma atenção especial aos aspectos prescritivos das práticas em questão, e muitas vezes se desconsidera o “meio” empregado – as “drogas”. Em suas palavras:

“se o uso ‘drogas’ de uso ‘ilícito’ se equacionasse somente dessa maneira, isto é, como um mecanismo a mais de afirmação de ‘identidades’ ou de marcação de distinções sociais, permaneceria inexplicável o ponto fundamental, a saber, a especificidade do ‘meio’ utilizado, isto é, das ‘drogas’ utilizadas, já que o mesmo objetivo poderia ser alcançado mediante o recurso a ‘meios’ menos arriscados” (Vargas, 2001: 475)

Ou seja, o uso de “drogas” não pode ser reduzido apenas ao plano das representações e dos sentidos, na medida em que não se pode perder de vista que o que tais experiências “efetivamente põem em risco são as divisões entre corpo e espírito, entre material e simbólico” (Vargas, 2001: 493). É nesse sentido que o problema concomitantemente material e simbólico do uso de “drogas” nos oferece um campo privilegiado para a agenda teórica da questão da corporalidade. Isto porque uma outra recorrência diz respeito à afirmação da existência de um efeito comum em todas as “drogas”: a alteração da percepção. Ou seja, distingue-se entre um estado tido como “normal” e os estados “alterados”. E o que está em jogo nessa alteração da percepção é a produção de outras maneiras de incorporação e subjetividade ou de subjetivação dos corpos; de outros modos de subjetivação e de incorporação.

Trata-se, portanto, de uma prática ambígua. As “drogas” são usadas porque, por meio delas, a percepção se altera, o usuário sai do “normal”, “foge da realidade”, descentra-

se, mas as alterações produzidas são variadas, relativas, embora intensas, implicando um movimento contínuo entre “sair de si” e “voltar a si”; um movimento ininterrupto e torto entre diferentes critérios éticos de avaliação quantitativa e qualitativa da vida, que se distribuem numa polaridade tão tensa quanto tênue. Daí não ser à toa que o tema do controle e da perda do controle perpassa constantemente o assunto. Daí também não ser aleatório que a questão com que o uso de “drogas” se defronta seja a questão da vida e da morte.

E o que parece ser crucial é o fato de que tal produção de pessoas só se faz, no caso do consumo de “drogas” ilícitas, mediante perda, destruição, no limite, morte, mas também – e sobretudo – mediante criação⁴⁴. Ou seja, em tal produção há a convergência de processos violentos de destruição e autodestruição, mas também de criação e êxtase:

“Pois que sejam essas experiências que constantemente roçam o ilusório, o alucinatório, a estupidez, a miséria e a morte, e que, desse roçar, possam (embora nem sempre isso ocorra) extrair uma potência afirmativa, sua embriaguez, seu êxtase, ou, ao contrário, que o êxtase e

⁴⁴ Aqui me parece relevante atentar para aquilo que Michael Taussig denominou “espaço da morte”. Para o antropólogo, embora tal espaço seja inefável, ele é importante na criação do significado e da consciência. Um espaço cheio de conflitos e contraditório – o domínio privilegiado da metamorfose; o espaço da incerteza e do terror, mas que, entretanto, revive e confere uma nova vida, podendo nele haver uma certa leveza. “É onde a imaginação social povoou suas imagens do Mal e do Além”, mas também “é proeminentemente um espaço de transformação: através de uma experiência de aproximação da morte poderá surgir um sentimento mais vívido da vida” (Taussig, 1993:29). O espaço da morte seria um momento privilegiado no arranjo da realidade do mundo, no seu fazer e desfazer. E aqui está o seu poder. Ainda que Taussig esteja falando da realidade da Colômbia – do terror e das práticas xamânicas existentes no território—não parece que o “espaço da morte” é o que estaria por trás das experiências do uso de drogas, tal como afirmado por Vargas? Um novo “arranjo da realidade do mundo”? “Momentos importantes para a criação do significado e da consciência”? Ou ainda, nas palavras de Mary Douglas, para quem também a ambigüidade possui potencialidades, simbolizando tanto perigo quanto poder: “uma aventura pelas regiões desordenadas da mente”? “uma aventura além dos limites da sociedade”? Lembremos da idéia de Vargas sobre o movimento ininterrupto entre “sair de si” e “voltar a si”. Esse ir e vir e essa busca parecem trazer consigo um poder inacessível àqueles que não o fizeram. Para Mary Douglas, é justamente nos estados de transição que estaria o perigo simplesmente porque a transição não é nem um estado nem o seguinte: é indefinível. E por ser indefinível estar em transição (ou nas margens) é estar não só em contato com o perigo, mas também com o poder. E aí então, voltamos à Taussig sobre o poder criativo do “espaço da morte”.

a embriaguez possam resultar em estupidez e morte, esse parece ser o que torna radicalmente singular esse tipo de experiência” (Vargas, 2001:557)

De acordo com o autor, caberia juntar o que estamos acostumados a separar e encarar de frente essa inquietante injunção que faz irem juntos a agonia e o êxtase. Isto posto, tais usos poderiam então ser interpretados como meios de produção de modos de subjetivação e de incorporação povoados por “ondas de euforia ou de contemplação, ondas de frio ou de calor, ondas de cores e de sons, ondas, ritmos, velocidades ou, para usar uma expressão de Deleuze e Guatarri, povoados por ‘intensidades’” (Vargas, 2001: 559). Assim, modos de engajamento com o mundo que considerariam a vida em intensidade (onde a questão de vida e morte posta não é mais a gestão da vida por medo da morte; mas a gestão da morte por afeto à vida) colocam em jogo maneiras diferentes de ser “(a)gente”:

“que seja necessário roçar a morte para afirmar a vida, ou insensibilizar a vida para tentar escamotear a morte, esses parecem ser os tributos que se paga, os riscos que se corre pelos insidiosos caminhos das ‘drogas’” (Vargas, 2001: 560).

Assim, a ênfase do autor recai sobre a problemática da corporalidade e das próprias substâncias como meios para a produção de determinados tipos de pessoas. Ao privilegiar o “corpo” e as “drogas”, embora tendo o cuidado de não cair em generalizações, Vargas acaba por tecer considerações um tanto universalizantes acerca dessas experiências. Volto a esse argumento a seguir.

- *Intercruzando perspectivas...*

Com essa breve revisão dos principais trabalhos referentes aos usos de “drogas”, pretendo mostrar não só o “estado da arte” no interior do qual minha discussão se localiza, mas também como, a partir do vigor e dos limites de cada perspectiva de análise, minha investigação foi construída. Fica clara a contribuição dos estudos de Becker e Velho no sentido de mostrar como a prática do consumo de “drogas” só pode ser entendida e concebida a partir de contextos sociais bastante específicos, cabendo ao pesquisador descrever cada um desses contextos e relacioná-los com as experiências. Retomando alguns aspectos principais, é preciso dizer que todos esses trabalhos estão preocupados em mostrar como isso que aparentemente se considera “mundo das drogas” nada tem de monolítico ou homogêneo e é bastante problemática a afirmação de um sentimento de solidariedade existente entre as pessoas que usam “drogas”. Esses textos validam e corroboram a instigante afirmação de Velho segundo a qual seriam as diferenças internas em termos de “droga” utilizada, faixa etária, características de estrato social, que marcariam fronteiras bastante nítidas em relação às “drogas”. Não há, portanto, uma fronteira única, “mas uma constelação de grupos que têm em comum uma atividade clandestina e ilegal” (Velho, 1998:16). Nesse sentido, o grande ganho analítico desses trabalhos consiste em mostrar como, atentando para os diferentes contextos nos quais os usos de “drogas” são concebidos e praticados, entendemos também as variedades presentes num universo tão heterogêneo, que problematiza qualquer tentativa de estabelecimento de “grupos” e que possibilita relativizarmos as formas de uso e interação com as substâncias. Como também afirmei na introdução, esta discussão foi – e cada vez mais vem sendo – bastante central num momento histórico em que tais substâncias possuem caráter ilegal frente à legislação brasileira; em

que ainda há uma forte carga pejorativa e moral circundando os usuários de “drogas”; em que o conhecimento biomédico referente ao assunto ganha cada vez mais autoridade e reconhecimento públicos e em que políticas de redução de danos acionam cada vez mais a especificidade de cada contexto.

Todos esses estudos, à sua maneira, colocam em relevo a perspectiva dos usuários e estão preocupados em ressaltar formas de comunicação e sociabilidade associadas ao uso de “drogas”. Todos eles também chamam atenção para que tudo o que se diz vulgarmente a respeito da “dependência”, do “uso nocivo” e até mesmo do “prazer” envolve mais complexidade do que aparenta à primeira vista. Em algum sentido, é possível dizer que há uma marca política que questiona a simplificação do discurso medicalizante e jurídico, bem como os juízos morais agregados a essas práticas, dando lugar às experiências e vozes dos usuários.

Se, de um lado, os estudos de Becker, Velho e MacRae e Simões reduziram-se a observar a questão a partir de uma certa familiaridade com o assunto – todos fizeram observação participante com pessoas conhecidas (em alguma medida) e não presenciaram usos problemáticos de “drogas”; por outro foi justamente tal opção que permitiu a elaboração de “descrições densas” riquíssimas do universo de sociabilidade de cada grupo por eles selecionados.

No entanto, esse tipo de abordagem carrega consigo alguns problemas, que já foram abordados na apresentação da tese de Eduardo Vargas. Este, por sua vez, tem, sim, razão ao afirmar que a ênfase no contexto social parece às vezes ignorar o meio utilizado, ou seja, as próprias “drogas”. Isso fica claro, se considerarmos, por exemplo, o trabalho de Gilberto Velho e o próprio movimento do livro. O antropólogo começa dizendo quem são os “nobres”, onde eles vivem, o que fazem, como se comportam, quem são seus pais, sua

relação com a política, para só depois entrar na questão específica dos tóxicos e mostrar como o seu uso tem a ver com um estilo de vida específico. E faz esse mesmo movimento com relação aos “anjos”. No fundo, o argumento que sobressai é o de que a união dessas pessoas e o que faz com que possamos, apesar das dificuldades, classificá-las enquanto um grupo é esse estilo de vida e não o fato de consumirem tóxicos.

Se o objetivo era entender camadas médias, por que o fez a partir do uso de tóxicos? Refinando esta pergunta, significa saber o que só a via dos tóxicos pode nos fazer entender sobre as camadas médias que outras vias, como festas, etiquetas e produção cultural, por exemplo, não poderiam? Questão que deixarei em aberto porque, sinceramente, não sei respondê-la, todavia, acho interessante pensar sobre ela.

Esse argumento pode ainda ser corroborado pela resenha escrita por Lívia Barbosa (1999) quando da publicação de *Nobres e Anjos*:

“O livro oferece-nos uma boa etnografia sobre o estilo de vida e a visão de mundo das camadas médias da cidade do Rio de Janeiro da década de 70, dando-nos uma perspectiva histórica dos processos de reprodução, diferenciação e hierarquização social da época. (...) *Nobres e Anjos* tem como um de seus objetivos principais o mapeamento dos estilos de vida e visões de mundo de dois grupos. (...) Os “tóxicos” funcionam nesse contexto mais como **porta de entrada** para esses estilos de vida e visões de mundo do que como **tema central**. Sua importância é conjuntural, ou seja, funcionam basicamente como demarcador de fronteiras e de hierarquias em determinadas situações, não se constituindo em elemento central na construção da identidade dos dois grupos” (Barbosa, 1999: 1-2, grifo meu)

Sinteticamente, o que pretendo dizer – concordando com Vargas – é que escapa à análise de Velho, bem como às análises que enfatizam a importância do “contexto social”,

o fato de que, além de ser uma prática simbólica contextual, o uso de “drogas” é também uma prática material que envolve riscos físicos e sociais. E que o recurso a essas práticas e não a outras, coloca problemas específicos que o princípio da influência do meio social por si só não dá conta. Nessa escassa literatura sobre “drogas” em ciências sociais, não deixa de chamar atenção a ausência de temas como dor, sofrimento, deriva, risco de autodestruição associados a essas práticas. Questões essas que estão sempre em segundo plano; a ênfase constantemente recai na idéia de controle, de etiqueta e de um uso discriminado em relação às “drogas”, mesmo quando descrevem as *bad trips*, pois estas funcionariam como o limite de até onde se pode ir.

Parte da explicação para essa ausência pode ter a ver com o fato de que, em geral, estudaram-se populações cujo uso era controlado e regulado pelos padrões do grupo; outra parte da explicação refere-se ao estatuto da teoria sobre o corpo em antropologia que ainda estava ancorada em textos como os de Mauss(2003a[1934]), Douglas(1978[1970]) e Clastres(2003[1973]), que concebiam o corpo como superfície onde o mundo social se inscreve, ou seja, o corpo como resultado passivo de uma “construção social”. Além disso, esses autores estavam mais preocupados com o desenvolvimento de uma “teoria do desvio”.

Guardando essas ressalvas, a crítica de Vargas faz bastante sentido. Porque ainda há uma materialidade, no limite dada pelo corpo⁴⁵, que faz com que algumas pessoas façam uso abusivo destas substâncias, chegando mesmo a ocasionar processos de autodestruição muito sérios, e isso independente dos contextos considerados. No entanto, apesar de chamar

⁴⁵ Nesse sentido, a pesquisa dialoga com o projeto temático *Gênero e Corporalidade*, desenvolvido no PAGU- núcleo de estudos de gênero da Unicamp, cujo objetivo é explorar as relações entre gênero e corporalidade, por meio da investigação de campos empíricos distintos, articulados teoricamente pelo desafio de explicar e analisar a materialidade e finitude do corpo com inflexões da ordem do simbólico mais duradouras. Entre outros trabalhos importantes, destaca-se o de Heloísa Pontes (2004), que busca a conexão entre nome, gênero e corpo e o de Mariza Côrrea (2004), a respeito das “fantasias corporais”.

a atenção para o problema da corporalidade envolvido nos usos de “drogas”, Vargas leva essa dimensão tão a sério e mesmo sem pretender, acaba incorrendo em generalizações. Considero seu argumento extremamente vigoroso e certamente um dos melhores no Brasil no que se refere a uma busca de elementos mais profundos, até mesmo filosóficos, para o uso de “drogas”. No entanto, se o uso de “drogas” ilícitas nos mostra que há outros tipos de pessoas que privilegiam a vida na “intensão”, posso afirmar, de acordo com a minha etnografia, que esse me parece mais o discurso de uma experiência social espacialmente marcada, justamente a dos estudantes universitários – que ele pesquisou, do que propriamente um caráter universal desse tipo de experiência que é o argumento que muitas vezes sobressai em seu texto.

Assim é que decidi agregar as contribuições dessas duas perspectivas analíticas e intercruzar o contexto social com o problema da corporalidade colocado pelo uso de “drogas”. A questão não é escolher entre uma *ou* outra, mas uma *e* outra. Acredito que juntas, essas duas perspectivas podem significar um ganho analítico. Ainda em formação, é verdade (já que há muitas dificuldades em conferir tratamento antropológico para a questão da materialidade dos corpos), mas ciente da sua potencialidade. Ao optar pela etnografia em contextos tão diversos, a minha intenção foi justamente chamar a atenção para os dois aspectos do problema. Busquei comparar, ainda que por emblemas e sabendo que tais divisões são bem mais complicadas, universos sociais distintos tanto no que tange ao lugar ocupado na estrutura social, quanto e principalmente em termos culturais e educacionais (a clínica de recuperação de drogas, a “rua” e a “universidade”). Ao fazer isso, busquei fazer irem juntos grupos que provavelmente não se encontrariam, em função das distâncias sociais dadas. E que justamente em função dessas diferenças nos convidam a percorrer, entre outras, a seguinte questão: o que contextos tão distintos e distintas formas de

corporalidade podem nos dizer sobre o uso de “drogas” na contemporaneidade? Creio que, em função do tempo curto que tive de pesquisa, ainda não sou capaz de responder a essa pergunta. Todavia, acredito que a formulação da questão, em si, é válida, e que, tal como formulada, pode servir de guia para o futuro desta investigação, que não se pretende terminada. A intenção não é, portanto, entender cada universo separadamente, mas olhá-los em conjunto. Ou melhor, é somente a partir da especificidade de cada contexto colocada em perspectiva na comparação, que poderemos vislumbrar as distintas concepções e vivências com as “drogas”, bem como suas semelhanças.

No próximo capítulo escrevo mais a respeito do método de pesquisa e das características espaciais de cada contexto estudado; mostro também a origem social das pessoas que circulam por cada espaço e qual a relação que estabelecem com o Tráfico de “drogas” e com a ilegalidade.

Capítulo 2:

Os cenários e os atores

*Os “pontos de vista” são vistas parciais
tomadas a partir de um ponto no espaço social.
Pierre Bourdieu,
Meditações Pascalinas*

- *O método*

“Comparar apenas o que pode ser comparável”, é a lição que Boas (1896) nos deixou quando do início da formação da antropologia norte-americana. Mauss (2003c[1925]), em seu clássico *ensaio sobre a dádiva*, também escreveu a respeito do método comparativo. Estudando de forma comparada o modo pelo qual algumas sociedades lidaram com o caráter voluntário, aparentemente livre, no entanto obrigatório, de dar, receber e retribuir, ele escreveu:

“cada estudo teve por objeto sistemas que nos limitamos a descrever, um após o outro, em sua integridade; renunciamos, portanto, a essa comparação constante em que tudo se mistura e em que as instituições perdem toda a cor local, e os documentos seu sabor” (Mauss, 2003c: 189)

Dessa forma, foi justamente a atenção dada ao estudo da “cor local” que permitiu a Mauss “estender essas observações a nossas sociedades” (Mauss, 2003c:294) e tirar conclusões de moral, de sociologia econômica, de economia política e de sociologia geral.

Guardando esses ensinamentos, sempre atuais porque clássicos, também eu tomei o cuidado de não misturar os ponteiros e dar ao trabalho uma dimensão que não pretendo.

Cada cenário foi estudado levando em conta suas particularidades que, vistas comparativamente, se fizeram relevantes para a relativização do uso de “drogas” e para o entendimento de tais práticas enquanto práticas contextuais e corporais, cujos significados diferem de acordo com o universo investigado. Todavia, para chegar a essa afirmação, trilhei um caminho metodológico próprio. E é este caminho (que se fez literalmente no caminhar) – bem como as implicações dele decorrentes que pretendo mostrar ao longo das páginas a seguir.

Como já afirmei na introdução, o primeiro espaço físico e social pesquisado foi a “clínica de recuperação de drogas”. De alguma forma, ter esta instituição como ponto de partida para o estudo teve implicações no olhar que dirigi ao tema, uma vez que o contato com pessoas cujas experiências com “drogas” eram formuladas como “mal-sucedidas” enviesou a minha análise. A partir deste primeiro encontro, tive dificuldades de observar o assunto sem levar em conta uma das dimensões que o comportam, isto é, a dimensão (sem dúvida a mais extrema) da falta de controle perante a substância, do uso abusivo e do “vício”. Foi o contato com tais experiências que me fez atentar, como mostrei no primeiro capítulo, para a ausência de temáticas referentes à dor, à deriva e ao sofrimento nas etnografias sobre “drogas” em ciências sociais. Certamente, se tivesse invertido o estudo e o começasse pelos estudantes universitários, meu foco e minhas questões seriam outros.

Além dessa observação, é preciso dizer que nessa caminhada por diferentes contextos estabeleci distintas metodologias de acesso às pessoas e às suas vivências com “drogas”. Na clínica e na rua, fiz basicamente observação participante para adquirir os “dados”, ao passo que na universidade, tive conversas em profundidade. Em alguma medida, tais diferenças metodológicas refletem características de cada cenário. Isto porque, como será mostrado, na clínica, por exemplo – em que participei das reuniões dos grupos e

dos momentos de refeição – as aproximações tentadas durante os meses de janeiro a abril de 2006 foram deixadas de lado assim que percebi haver uma certa desconfiança e recusa da parte dos internos em falar sobre seus usos de “drogas”. Como sugerido pela instituição, lembrar da vida na “ativa” (quando usavam “drogas”) era algo que poderia gerar-lhes “sentimento” e prejudicar o tratamento. Então preferiam não falar.

Na rua, realizei observação participante. Esses adolescentes me desafiaram a compreender uma das características fundamentais deste segmento social e etário: a pouca verbalização da experiência de um lado típica dos adolescentes, e de outro, acentuada por tratar-se de um grupo social que tem na circulação parte significativa e expressiva do seu cotidiano – circulação essa que me impossibilitava qualquer conversa mais demorada. Por sua vez, na universidade, “conversar” é a atividade por excelência dos estudantes. É para “conhecer pessoas”, “bater um papo”, “relacionar-se” que se reúnem nas cantinas do campus universitário e em casas de amigos. Fazem rodas, dão muitas risadas, estão sempre juntos, por horas. Foi ainda neste universo investigativo – considerando o fato de que eu, de alguma forma, fazia parte do que pretendia descrever e compreender – que tive de realizar o esforço daquilo que Pinto (1996) chamou de “dupla objetivação”: a desconfiança com relação à minha própria experiência; e o fato de levá-la a sério. Nesse processo também conheci as determinantes sociológicas da amizade⁴⁶. Pude ficar amiga e estreitar laços de confiança com algumas dessas pessoas. Nos dois outros contextos, fiquei “reduzida” a relações de empatia, admiração e gratidão. Quanto a esse aspecto, ficou bastante claro o

⁴⁶ Como constatou Heloísa Pontes (1998), a respeito do *Grupo Clima* que, sendo inegavelmente um “grupo de amigos”, era também um grupo cultural e social, cujos membros pertenciam, em sua maioria, a famílias bem posicionadas socialmente, “que puseram o montante de seu capital cultural e o seu funcionamento a serviço da educação, da realização, da segurança e do êxito pessoal dos seus filhos” (Pontes, 1998: 164).

modo como o espaço social define proximidades e afinidades, afastamentos e incompatibilidades.

Um outro fator importante de método, diz respeito à opção deliberada de não presenciar contextos de uso de “drogas”. Por dois motivos: o primeiro – e principal – porque esta observação me foi negada nos cenários da instituição e da rua. No caso da clínica, isto não foi possível, uma vez que a “droga” figurava como tempo pretérito e no caso da rua, por se tratar de uma prática realizada às escondidas, clandestinamente. Decidi então que, visando guardar a possibilidade de comparação, não levaria em conta as observações referentes ao uso entre os universitários, embora essa observação fosse relativamente fácil de acontecer. O segundo motivo, decorrente da negação das observações no contexto da rua e da clínica, refere-se ao fato de que começou a se tornar mais instigante perceber como tais experiências eram trazidas para o plano das narrativas.

E foi principalmente a partir das narrativas que percebi a “força” que o contexto social exercia na dinâmica das concepções sobre as “drogas”. A partir das narrativas é que comecei também a perceber uma proximidade semântica entre as histórias que selecionavam para contar, o modo como se representavam e se viam ao narrá-las, bem como o modo como o uso de “drogas” estava ligado a outros aspectos de sociabilidade particular a cada contexto. Assim, por exemplo, na rua, onde o cotidiano era em grande medida constituído pela divisão da alimentação e da “droga” foi, sobretudo, ao comer suas comidas e escutar sua músicas (já que não podia presenciar o uso de “drogas”) que encontrei uma grande porta de entrada para escutar suas histórias de vida e suas experiências com as substâncias, que sempre me vieram como narrativas. Portanto, é da mistura entre experiência vivida e narrativa contada que resulta esta etnografia. E mais

importante: experiência vivida materialmente e/ou simbolicamente longe do lugar onde a narrativa foi contada. E é somente essas narrativas que tenho como acessar.

Estabelecidas as primeiras “questões de método”, passo a descrever cada um dos cenários de pesquisa, os sujeitos sociais que circulam por eles, bem como a centralidade das “drogas” nesses lugares. Mostro também algumas possibilidades de “encontro” de atores sociais tão diferentes e o cenário político de ilegalidade das “drogas” que, de alguma forma, baliza todas essas experiências.

- ***Cenário I: A Instituição-Clínica-“Comunidade Terapêutica”***

A “Comunidade Terapêutica” especializada no tratamento de “adictos em recuperação” na qual realizei etnografia é uma instituição filantrópica localizada na cidade de Campinas, de bastante prestígio nacional. Seu fundador, um padre norte-americano, foi responsável por trazer a doutrina do “amor exigente”⁴⁷ para o Brasil, por criar um espaço para o tratamento de usuários de “drogas” e por desenvolver uma metodologia e uma “filosofia” específica de atenção a “dependentes químicos”, que está baseada nos “12

⁴⁷ Na página do grupo na internet (www.amorexigente.org.br) está escrito que “o **AE** é um novo enfoque para verdadeiros e comprovados conceitos de educação. É uma proposta comportamental, destinada a pais, orientadores, educadores e familiares em geral como forma de prevenir e solucionar problemas com os alunos, filhos, entes queridos. Em grupos de apoio e ajuda mútua, os pais, professores e familiares são encorajados a agir em vez de só falar; desencorajados de usar violência ou agressividade; levados a construir a cooperação familiar e comunitária”.

passos”⁴⁸ também utilizados pelos Alcoólicos Anônimos (AA) e pelos Narcóticos Anônimos (NA). No espaço, de maneira geral, não há uso de medicamentos, embora algumas pessoas utilizem antidepressivos receitados por seus respectivos médicos. Há apenas um médico funcionário do local. Os outros funcionários são, em sua maioria, psicólogos, assistentes sociais e pessoas que passaram pelo tratamento mas estão “recuperadas”. Há também um significativo número de voluntários.

Esta instituição funciona a partir de recursos públicos e privados (das próprias famílias). Na prática, isso significa que ela atende tanto pessoas encaminhadas por mandatos judiciais e/ou necessitadas de abrigo, quanto pessoas que podem pagar pelo tratamento e que o procuram por “vontade própria” ou por desejo dos pais e/ou dos familiares. O período de internação é de, no mínimo, seis meses, mas há “liberdade” para abandonar o tratamento a qualquer momento. Apesar das distintas origens sociais dessas pessoas e das diferentes trajetórias de envolvimento com “drogas”, no dia-a-dia da clínica não se vê qualquer indício de trato diferenciado para um ou outro tipo de público atendido. Todos os “residentes” (nome dado àqueles que recebem o tratamento) participam das mesmas atividades, dormem no mesmo alojamento, comem a mesma comida. É possível dizer que todo o esforço da instituição consiste em inculcar a idéia de que as trajetórias de

⁴⁸ São esses os 12 passos: **1)** admitir a impotência perante as drogas e que perdeu o controle da própria vida; **2)** acreditar que um Poder Superior (Deus) pode devolver a sanidade; **3)** Entregar a vontade e a vida aos cuidados de Deus; **4)** Fazer um minucioso e destemido inventário moral de si mesmo; **5)** admitir para Deus, para si mesmo e para os outros a natureza exata dos seus defeitos; **6)** Ficar pronto para que Deus remova todos esses defeitos de caráter; **7)** Humildemente, pedir a Deus para que Ele remova essas imperfeições; **8)** Fazer uma relação de todas as pessoas que prejudicou e se dispor a fazer reparação a todas elas; **9)** Fazer reparação direta a essas pessoas, exceto quando fazê-lo implica em se prejudicar ou prejudicar as outras pessoas; **10)** Continuar a fazer o inventário pessoal e, quando estiver errado, admitir prontamente; **11)** Procurar, através da prece e da meditação, melhorar o contato consciente com Deus, rogando apenas o conhecimento de Sua vontade e força para realizar essa vontade; **12)** Tendo tido um despertar espiritual, por meio destes passos, levar esta mensagem a outras pessoas e praticar esses princípios em todas as atividades. O programa de Doze Passos (*twelve-step program*) foi um programa criado nos Estados Unidos em 1953 por William Griffith e Doutor "Bob" Smith, inicialmente para o tratamento de alcoolismo e mais tarde estendido para praticamente todos os tipos de “adicção”; http://pt.wikipedia.org/wiki/Programa_de_12_passos)

envolvimento com “drogas” são, no fundo (como a fala de Vera e a história do beija-flor revelam) “todas iguais”⁴⁹. Para histórias iguais, um mesmo tratamento – o que não implica um mesmo destino. A rotina é extremamente regulada e a visita da família ocorre uma vez por mês e/ou durante as terapias familiares.

A rotina pode ser resumida da seguinte forma: acordam às 5:30, arrumam a cama, tomam café da manhã, vão à capela para a primeira oração do dia. Durante a manhã, os homens participam de reuniões e as mulheres trabalham na limpeza do local – “laborterapia”, almoçam. Durante a tarde, o inverso: as mulheres participam de reuniões e os homens⁵⁰ limpam o local. Lancham. Entre 17 e 18hs retornam à capela. Jantam. Participam de mais alguma reunião e têm de dormir entre 21:30 e 22hs. Não é permitido assistir TV, nem ouvir rádio. Não têm acesso à internet, não podem usar telefones sem autorização. Por quatro meses, ficam praticamente sem qualquer contato com o que

⁴⁹ Refiro-me à conversa que tive com Vera no dia 21/02/2006, em que ela me perguntou o que eu fazia no local. Respondi que fazia uma pesquisa sobre uso de “drogas”, mas que ela não precisava se preocupar porque não falaria os seus nomes verdadeiros. Frente à minha resposta, Vera disse: “Ah, mas não tem problema, não. O nome não importa. As nossas histórias são todas iguais”. Já a história-metáfora do Beija-Flor é constantemente lida e disseminada no interior da clínica para mostrar como se desenrola o envolvimento com as “drogas”. Uma vez tocado pelo beija-flor – dos pássaros o mais belo, sua vida ganha graça e sentido. A experiência, de tão boa, vai se repetindo. Mas cada vez que vem, o beija-flor toca mais fundo e deixa de ser o pássaro inofensivo dos primeiros dias. A sua ausência começa a doer e o que liga uma pessoa ao beija-flor deixa de ser o prazer do primeiro dia, mas a necessidade de ver a dor passar. O caminho que se está agora, tem apenas três fins possíveis. O primeiro, o melhor e que tem menos sofrimento, é a morte. O outro é a loucura. O terceiro é a criminalidade e a prisão. Para livrar-se desses caminhos, é que você se interna na clínica e para lidar com o vazio que fica sem a presença do beija-flor, nada melhor que o trabalho corporal, braçal. Leitura, poesia, meditação seriam “remédios fracos”. Como se vê, há um elo entre “drogas”, criminalidade, descontrole e autodestruição. A clínica é que seria capaz, através da sua metodologia de ênfase nas atividades de oração e de trabalho, de romper com esses elos.

⁵⁰ Há uma divisão entre os homens maiores de 18 anos e os menores de 18 anos. Eles vivem em casas separadas, bem como participam de diferentes reuniões. Como não tive muito tempo de pesquisa, optei, num recorte meio arbitrário, por acompanhar apenas os menores de 18 anos. Entre as mulheres essa divisão não existe. O tratamento só é oferecido para aquelas que possuem 18 anos ou mais. Não consegui saber ao certo se essa divisão é meramente técnica e se refere, principalmente, à falta de profissionais especializados ou se esta é a demanda referente ao sexo feminino ou ainda, se há uma certa visão de que o uso de drogas é uma atividade que possui um recorte de gênero, e afeta principalmente o sexo masculino. Sem dúvida, eles são maioria. Embora houvesse um fluxo muito grande de pessoas, havia uma média de 25 a 30 homens em tratamento e cerca de 10, 12 mulheres.

acontece fora da instituição, e nos últimos dois meses entram em uma fase de “re-inserção social” na qual podem sair, mas precisam avisar o local aonde vão e voltar no horário estipulado. Após o período mínimo de internação (podem ficar mais se não se sentirem totalmente seguros para voltar ao convívio cotidiano), os psicólogos traçam-lhes planos de vida a serem seguidos com o intuito de evitar a recaída.

Há uma separação bastante clara entre homens e mulheres, institucionalmente incomunicáveis. Todas as suas atividades são realizadas em horários distintos, inclusive a alimentação, e há uma rígida vigilância quanto à eficácia dessa separação⁵¹ -- o que, todavia, não impede que se criem formas de comunicação. No interior da clínica, gênero é o grande marcador de diferenças. Tal afastamento é, certamente, uma das grandes causas de conflitos, discordâncias, e, inclusive, o motivo maior das punições recebidas pelos internos, uma vez que sempre há casos de paquera, namoro, encontros escondidos, cartas trocadas. A justificativa da instituição para a separação consiste no fato de que “a recuperação é individual” e de que se deve “manter a cabeça no tratamento”, “estar com outra pessoa atrapalharia esse processo”. Além disso, não é possível “trocar um vício por outro”. É também no interior desta rígida divisão que as práticas homoeróticas ganham espaço e relevo. Márcia e Judite sempre reclamavam porque achavam que se não era permitido ter

⁵¹ Esta rígida separação lembra muito a descrição de Foucault (1999) acerca dos colégios do século XVIII, e sobre ela, seguramente é possível fazer a mesma afirmação: “consideremos os colégios do século XVIII. Visto globalmente, pode-se ter a impressão de que aí, praticamente, não se fala de sexo. Entretanto, basta atentar para os dispositivos arquitetônicos, para os regulamentos de disciplina e para toda a organização interior: lá se trata continuamente de sexo. (...) O que se poderia chamar de discurso interno da instituição – o que ela profere para si mesma e circula entre os que a fazem funcionar – articula-se, em grande parte sobre a constatação de que essa sexualidade existe: precoce, ativa, permanente” (Foucault, 1999: 30).

relações com homens, estas também não poderiam ser permitidas entre as próprias mulheres. “Quem não gosta de mulher, como eu, sai perdendo”, dizia Judite⁵².

Para não ser injusta e tecer dados das biografias desses internos de caráter mais jornalístico-sensacionalista do que propriamente antropológicos, opto por não apresentá-los individualmente, pois os limites institucionais impostos não permitiram um aprofundamento dessas biografias. No entanto, é possível dizer que, a despeito do esforço institucional em anular as diferenças de trajetórias, pude ter contato com pessoas as mais diversas. Das mais diversas origens sociais, dos mais diferentes “estilos de vida e visão de mundo”, dos mais distintos envolvimento com “drogas” e das mais diferentes “drogas” – o que só confirma a heterogeneidade deste universo. Dada esta grande heterogeneidade, as brigas e os conflitos são constantes na rotina da instituição. Muitos são os casos de roubos, de agressões físicas, de desentendimentos verbais, de discordâncias com relação às regras da instituição e com o discurso que esta prega, bem como é muito grande a circulação de pessoas que abandonam o tratamento ou que o buscam – ainda é preciso continuar a investigação para saber em que medida isto está ou não relacionado aos diferentes perfis sociológicos dessas pessoas frente a um universo bastante marcado pela prescrição de condutas que ignora essas diferenças.

Skatistas, tatuadores, convertidos em evangélicos, jogadores de futebol, profissionais liberais, “pais de família”, “mães de família”, “meninas e meninos de família”, “meninos de rua”, ex-internos da FEBEM, ex-presidiários, universitário, hippies, “malandros” configuram a profusão de perfis encontrados na clínica. À primeira vista, e segundo a clínica, para “todas as vistas”, apenas “adictos em recuperação” que, em algum

⁵² Como em outros contextos de instituições fechadas, sobretudo as carcerárias, também aqui encontrei mulheres que simulavam virilidade. “Travestis de machos”, “faziam questão de ser notadas, como se o gingar de rapaz e aquele exagero nas indumentárias propiciassem respeito e admiração” (Gregori, 2000:34).

momento, falharam nas suas trajetórias, seguiram o “mau caminho”, deixaram o beija-flor tocar mais fundo ou, nos dizeres de Deleuze e Guatarri (1997), optaram pela “má molécula”. Mais que isso, além do empenho de apagar as diferenças sociais e individuais, o grande esforço da instituição é institucionalizar a noção de “vício” e de “dependências”, que faz com que os que por ela passaram, dela se tornem dependentes e a ela se liguem indefinidamente. A análise de Lima (1990), apresentada no primeiro capítulo, pode-se estender a este universo. Segundo ela:

“A instituição não se limita, porém a esclarecer o desvio [no caso, a dependência de drogas], mas cria um processo de institucionalização do mesmo. Além de tornar o dependente um ser à parte, que receberá tratamento especial, contribui para institucionalizar a prática da dependência ao criar, no indivíduo, a necessidade de amparo assistencial (recuperação) e dependência do órgão detentor de legitimidade” (Lima, 1990:132).

E nesse sentido esta clínica -“comunidade terapêutica” ganha as características de “Instituição Total”, definida por Erving Goffman como “um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos, com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada” (Goffman,1999:11). Tal tipo de instituição conquista parte do tempo e do interesse de seus participantes e lhes dá algo de um mundo, tendo uma tendência a um fechamento. “Em nossas sociedades, são as estufas para mudar pessoas” (Goffman,1999:22). Nos dizeres de Foucault, trata-se de uma “instituição completa e austera”, “um aparelho disciplinar exaustivo”, que toma a cargo todos os aspectos do

indivíduo, seu treinamento físico, sua aptidão para o trabalho, seu comportamento cotidiano, sua atitude moral e sua disposição (Foucault, 1987:217).

Segundo Goffman, o sentido completo de estar “dentro” de uma instituição total não existe independente do sentido específico de “sair” ou “ir para fora”. As instituições totais criam e mantêm um tipo específico de tensão entre o mundo doméstico e o mundo institucional e usam essa tensão persistente como uma força estratégica no controle de homens. Embora tendo planos para a saída, tendem freqüentemente a sentirem-se angustiados à medida que esta se aproxima. Tal angústia, segue Goffman, “apresenta-se muitas vezes sob a forma de uma pergunta que apresentam a si mesmo e aos outros: ‘Será que posso me sair bem lá fora?’” (Goffman,1999:66).

Essa é também a angústia vivida por todos os internos desta clínica, embora a pergunta ainda comporte outra dimensão “será que voltarei a usar ‘drogas’?” A ênfase na dor e no sofrimento e a incerteza de como será a vida fora dos muros institucionais são, sem dúvida, o que garante a continuidade de um projeto de recuperação, a obediência às regras e a dependência da instituição. No caso específico da clínica, não deixa de chamar atenção a influência que o contexto institucional exerce na concepção que os residentes passam a ter das suas experiências com “drogas”. Passando por uma reavaliação contextual local, as “drogas” são vistas como “comportamento inadequado” e os “adictos” como “doentes” crônicos que precisam estar sempre alertas para não “recaírem”. Muitos dos que conseguem “êxito” no tratamento livram-se da “dependência das drogas” e tornam-se “dependentes da instituição”, que os acolhe não só simbolicamente, mas materialmente (muitos se tornam seus funcionários) e lhes garante um sentido para permanecerem na “sobriedade”, de outra forma impensável.

Guardadas as devidas ressalvas, me parece plausível estender essa análise e afirmar que, cada um a seu modo, tanto os meninos de rua, quanto os estudantes universitários também estão institucionalizados. Ou seja, ambos possuem práticas que só são possíveis – e previsíveis – a partir dos lugares espaciais e sociais que tais indivíduos ocupam. Ainda que a rua e a universidade não sejam, em sentido estrito, “instituições fechadas”, elas são *locus* que configuram e são configurados por vivências específicas capazes de garantir aos seus participantes a garantia de pertencimento a um grupo, como mostro a seguir.

- ***Cenário II: A rua***

A etnografia com os adolescentes e jovens “em situação de rua”⁵³, tão conhecidos como “meninos de rua”, foi realizada no conhecido semáforo da Norte-Sul, localizado embaixo do viaduto “Laurão”. Trata-se de uma grande via expressa de Campinas que, como o próprio nome indica, liga os dois extremos – norte e sul da cidade. Como é sabido que nesse lugar há um grande fluxo de adolescentes em situação de rua, a prefeitura de Campinas junto com uma instituição assistencial da cidade – a mesma que mantém a clínica de recuperação – construíram embaixo do viaduto uma “casa” que funciona como lugar de referência aos adolescentes. Esta casa contém três cômodos, que foram divididos buscando o aproveitamento do local. O banheiro foi dividido em duas partes: uma para uso

⁵³ É importante dizer que há uma disputa classificatória no que tange à nomeação desses adolescentes que permanecem nas ruas praticamente o dia todo, como afirma o trabalho de Frangella (1996): “tais crianças ou adolescentes são considerados, pelas instituições que atendem crianças carentes, sujeitos ‘em situação de rua’, ou ‘em situação de risco’, ou seja, estão de passagem pela rua, e são carentes das prerrogativas do Estatuto da Criança e Adolescente (ECA): boa alimentação, saúde, escola, moradia, atenção dos pais. Por outro lado, na classificação das instituições punitivas e de boa parte da imprensa, são chamados de ‘menores de rua’, ou ‘infratores’ – aqui a imagem do perigo é reforçada. De qualquer forma, tais classificações são feitas a partir dessas crianças e adolescentes nas ruas do centro da cidade, explicitando uma realidade oriunda dessa relação rua/criança” (Frangella, 1996:10)

masculino, outra para uso feminino. A sala tem uma mesa com cadeiras e um móvel com várias revistas, livros e alguns materiais como lápis de cor, hidrocor e giz de cera que servem para a realização de atividades lúdicas com esses adolescentes. Há ainda nesta sala um espaço reservado a uma pequena cozinha com fogão, geladeira e uma pia. No que seria o “quarto”, foram colocadas divisórias separando um espaço para guardar materiais de arte-educação, outro espaço para atendimento dos adolescentes e um telefone e, por fim, um espaço bem menor ainda não aproveitado.

Antes a casa era um lugar onde os adolescentes comiam, tomavam banho e deixavam seus pertences. Com o tempo, baseado numa idéia de que esses serviços contribuiriam para a permanência desses adolescentes na rua, eles foram deixando de ser oferecidos. Os meninos de rua reclamam muito dessa modificação. Principalmente pela falta de um lugar para tomar banho. A “casa” hoje funciona como um espaço onde os adolescentes bebem água, vão ao banheiro, escovam os dentes, comem os marmitex que compram, e realizam atividades de arte-educação promovidas no local. Nesta casa trabalha um ajudante geral – o José, responsável por abrir a casa, limpá-la e estar à disposição dos adolescentes, caso seja preciso. Por estar ali todos os dias, tem um contato bastante intenso com eles. Trabalham também assistentes sociais, educadores de rua e psicólogos, mas estes já com uma presença flutuante, uma vez que percorrem a cidade em busca de outros “meninos de rua”. Atravessando a rua à direita, há um MacDonalds. Na calçada do MacDonalds são realizadas algumas atividades de arte-educação promovidas por um grupo voluntário, o *Manoamano*⁵⁴, cujos participantes são alunos da Unicamp. Os adolescentes

⁵⁴ Fiz parte deste grupo cerca de dois anos antes do início da pesquisa. Fator este que foi imprescindível para a minha entrada em campo e para a boa receptividade que obtive, uma vez que conhecia os adolescentes e os profissionais do local.

ainda usam essa calçada para dormir e para descansarem em meio às aberturas e fechamentos do semáforo. De frente para o MacDonalds e a Casa, há um córrego que separa as mãos de trânsito desta via. Quando chove, o córrego não agüenta a quantidade de água, e há sempre enchente no local. Realizei a etnografia até o início das obras de Reforma do Córrego. Com a Reforma, houve toda uma reformulação deste espaço. Esta Casa está para ser transferida para a SANASA, responsável pelas obras e, em função do trânsito estar sempre impedido em alguns locais, os meninos já ficam pouco no Semáforo. No entanto, alguns deles tentaram resistir e, mesmo com o barulho das máquinas e da sujeira causada pelas reformas, permaneceram no local. Não conseguiram, devido à intensidade das obras. Foram para um semáforo próximo, na av. Moraes Salles. Sem querer, essa etnografia acabou sendo também um registro histórico. A Casa não funciona mais (foi transferida próxima à Prefeitura de Campinas) e esses jovens estão agora dispersos.

Em meio a esse cenário urbano realizei trabalho de campo mais intensamente de janeiro a julho de 2006, embora eu já tivesse uma certa familiaridade com o local. Nesse período, conheci cerca de trinta adolescentes e jovens cujas idades variaram dos 12 aos 28 anos. Desses, apenas cinco eram do sexo feminino. Durante esse tempo, o fluxo de adolescentes foi bastante intenso. No entanto, alguns marcavam presença “rigorosamente” no local – o que fez com que eu tivesse uma relação mais próxima com cerca de dez adolescentes, oito do sexo masculino e duas do sexo feminino. Esse fluxo se deve às constantes andanças características desse segmento social, bem como às idas e vindas às

instituições assistenciais ou presidiárias da região⁵⁵.

Embora não exista uma homogeneidade entre esses adolescentes, é possível dizer que usar “drogas” é mais uma atividade entre as tantas que configuram o seu cotidiano, e que tal uso ocorre entre as idas e vindas ao semáforo. Apesar da incrível diversidade de atividades realizadas ao longo do dia, um contato mais intenso com esse grupo permite verificar a previsibilidade dessas e a existência de uma rotina, contraditória à primeira vista, na circulação. Como diz Gregori, “mesmo parecendo paradoxal, essa rua que os nomeia é também um espaço ordenado e um universo de relações no qual eles encontram lugar – simbólico, identitário e material” (Gregori, 2000:101).

Nenhum desses adolescentes possui lugar fixo para dormir. Às vezes em casas abandonadas ou em frente a estabelecimentos comerciais. Dependendo de onde e como dormem, conseguem dormir com relativo sucesso⁵⁶. Normalmente, começam a acordar por volta das 10 horas da manhã. Comem uma vez ao dia um marmitex que custa R\$4,50 e, dependendo do dinheiro que conseguem no farol ou das doações que recebem, comem mais. O marmitex é, normalmente, a primeira refeição do dia de muitos deles. Não tomam banho diariamente.

⁵⁵ O fenômeno da circulação é bastante observado nos trabalhos sobre os “meninos de rua”. Segundo Gregori: “um dos aspectos mais intrigantes ao pesquisar meninos de rua é o fato deles estarem sempre circulando por locais variados no espaço público, pelas instituições, nas idas e vindas entre suas casas e a rua. Eles se ‘viram’, circulando. A movimentação é constante”. (Gregori, 2000:19) O trabalho de Frangella (1996) é uma etnografia desta itinerância.

⁵⁶ Cheguei várias vezes enquanto eles dormiam em calçadas pelos arredores. Relatam muito o fato de serem acordados por comerciantes que vão abrir o estabelecimento e os fazem sair da frente, ou por seguranças noturnos que os impedem de dormir em determinadas calçadas. Dormir na rua é um problema também quando se está doente ou pelo tipo de relação de amizade que se estabelece. Como no caso de Mário, que me contou que quase tinha morrido durante a noite, porque sua bronquite atacou e ele não tinha o que fazer nem ninguém para contar, já que dorme sempre sozinho. Não dorme com ninguém “de rua” porque não sabe nunca se vai acordar ou se vão lhe “botar fogo” enquanto dorme. Há, portanto, uma desconfiança tanto em relação aos transeuntes, quanto entre eles mesmos.

Para os adolescentes que estão nas ruas, permanecer no semáforo é tarefa quase que obrigatória ao longo do dia⁵⁷. No semáforo ganham o dinheiro para a comida, para a “droga”, e, por ventura, para o hotel. No semáforo é que realizam o jogo da “viração”⁵⁸, ficam conhecidos dos transeuntes, pedem e recebem objetos como roupas, sapatos e produtos de higiene. Vão e voltam ao semáforo inúmeras vezes ao longo do dia. Param para descansar, para usar “drogas”, para comer, para conversar. Param quando o sol está muito forte, ou quando a chuva é intensa. Param para “andar pela cidade” ou para fazer alguma atividade com os educadores quando estes estão no local. Voltam quando o dinheiro acaba, quando a fome aperta, quando a “larica” bate, quando a “nóia” é grande ou quando a vontade de dormir em hotel e tomar banho é maior. Voltam também quando estão “sem nada pra fazer” e mais ainda quando passam carros já conhecidos, quando o ganho é certo.

Na maioria das vezes, estão em grupo. Fazem tudo juntos, mesmo reconhecendo que “não dá pra ter amigo na rua”. “Só se tiver drogas”. “Se você tem drogas”, me disse Mário, de 16 anos, “todo mundo quer ser seu amigo, mas se não tiver, ninguém vem falar

⁵⁷ É preciso dizer que no semáforo estão também pessoas que não moram e não dormem nas ruas, mas que vão e voltam todos os dias e lá ganham o sustento mensal. É o caso, por exemplo, de Eugênio e Raquel, que possuem dois filhos e que chegam ao semáforo entre 9 e 10 horas da manhã e voltam para a casa, na periferia de Campinas, entre 16 e 18 horas. Também é preciso dizer que nem todos que estão no farol fazem uso de “drogas”. Raquel, por exemplo, diz nunca ter usado “drogas”, nem roubado (já que “na rua” essas coisas normalmente andam juntas) e faz questão de afirmar sua diferença.

⁵⁸ Refiro-me à palavra “viração”, tal como ela foi empregada por Gregori (2000) no seu livro que, não por acaso, tem o título de “Viração”. Para a antropóloga, viração pode ser entendida primeiramente como “um termo usado coloquialmente para designar o ato de conquistar recursos para a sobrevivência”. Mas, mais que isso, a viração guardaria consigo algo que vai além da mera sobrevivência, embora seja seu instrumento: “uma tentativa de manipular recursos simbólicos e ‘identificatórios’ para dialogar, comunicar e se posicionar” – o que implica adotar várias posições de forma não excludente. Nesse sentido, “viração” é uma noção que sugere uma comunicação persistente com a cidade e com seus vários personagens (Gregori, 2000:31). Há ainda um círculo viciado na “viração” e que faz dela uma situação extremamente aprisionante no caso dos meninos de rua, pois há quase uma impossibilidade de ruptura desse ciclo que perfaz suas vidas e experiências e dificulta, a despeito do apoio institucional, a transição para a maioridade.

com você”⁵⁹. Ficam no farol até 22hs, meia-noite. Daí vão “curtir” a noite, fumar suas “pedras”, alguns vão roubar. Dormem entre 2 e 4 horas da madrugada até o começo do outro dia. Mesmo cheio de atividades e aventuras, esse cotidiano é relativamente previsível. As “drogas”, portanto, fazem parte de uma rotina e de uma marcação temporal das atividades diárias.

Previsibilidade, no entanto, não significa horários fixos. Significa que todas essas coisas vão acontecer ao longo do dia. O horário de almoço, por exemplo, é bastante variado, mas todos eles almoçam. Já vi alguns fazerem a refeição às 10hs da manhã enquanto outros só vão comer às 3hs da tarde. Comem mais cedo quando estão com muita fome e não comeram nada pela manhã e, provavelmente, fumaram muita maconha de madrugada. Deixam para comer mais tarde quando o semáforo está muito “ruim de dinheiro”, ou quando fumaram muito crack durante a madrugada. Dá pra supor a substância usada na noite anterior pelo horário que almoçam.

Nas histórias que contam sobre suas vidas, são muitos os motivos que recuperam para explicar o porquê de terem chegado às ruas. No geral, é possível falar que as temáticas do abandono – material e/ou simbólico – e da sobrevivência perpassam todas essas histórias. Mortes, maus tratos, descasos são alguns dos fatores que desencadeiam a ida para as ruas. Ainda assim, muitas e diversas são as trajetórias, algumas vivenciadas como “destino” outras como “escolha”.

⁵⁹ Ao ler a descrição, Simone Frangella me chamou atenção para esta frase. Segundo ela, trata-se de uma frase muito interessante porque tem a ver com a forma de agregação dos meninos de rua e que marca sua diferença com as gangues, por exemplo. As gangues pressupõem o compartilhamento de uma fidelidade entre seus membros e o uso de elementos comuns de identificação, como objetos de consumo, por exemplo. No caso da rua, estes dois elementos são difusos e não coerentes o suficientes para criar um grupo. Então o que se pode dizer é que as drogas seriam um elemento que é temporalmente agregador, assim como são a comida e, por vezes, as atividades junto às instituições. Isso é importante, porque mostra a importância da droga, mas em um contexto marcado pela fragmentação – o que não significa imprevisibilidade.

Por exemplo, Manezinho, de 12 anos, não tem família alguma. Segundo ele, todos foram assassinados, “só eu sobrei” – disse-me. Ele conta que estava na casa quando entraram três homens armados e mataram seus pais e seus dois irmãos devido à “dívida de droga”. Atiraram nele também, mas ele se fez de morto. Quando “os caras” foram embora, ele foi sozinho e de madrugada até o hospital para ser atendido e contar sobre o acontecido. Acabou ficando na rua, por não ter aonde ir. “Sozinhos” também estão Sérgio e Patrícia, ambos de 15 anos. Sérgio foi criado pela avó porque a mãe morreu quando ele era “bem pequeno”. Quando tinha 8 anos, essa avó também morreu e ele não teve com quem ficar. Suas tias o internaram em um orfanato. Desde então, fica circulando pelas instituições e pelas ruas de Campinas. Patrícia, por sua vez, conta que sua mãe a abandonou quando casou com outro homem que não a aceitava “por que não sou filha dele”. Foi para as ruas e mesmo quando esteve presa, a mãe não foi visitá-la⁶⁰.

Alguns ainda, como Adriano, de 18 anos, e Dani, de 15 anos, moram com as mães, mas preferem a vida nas ruas. Dormem duas ou três noites por semana na casa das mães e o restante na rua. E vêm para o semáforo todos os dias. A mãe de Adriano é evangélica e ele é o segundo de três filhos. Segundo ele, o irmão mais velho “não faz nada” e o irmão mais novo “é pingaiada”. Já a mãe de Dani parece não se importar muito com ele, segundo o que conta, e seu irmão também fica nas ruas. Há ainda histórias como a de Roberto, de 22 anos, que veio por migração. Ele conta que saiu de Barretos porque não queria mais cortar cana e ficar com o rosto “todo preto e cortado”; e a de Eric, de 27 anos, que possui uma vida itinerante. Eric já teve várias profissões, já militou pelo MST, mas agora “desisti de tudo”.

⁶⁰ Patrícia contou-me inúmeras vezes o fato de que a mãe não foi visitá-la na FEBEM. E este fato é sabido por todos que, sempre que se referem a Patrícia, comentam: “pra essa aí ninguém nem liga, nem a mãe foi visitá-la na FEBEM”.

Diz estar numa fase de bastante preguiça e que pretende ficar na rua “por um tempo”. E há, por fim, histórias como a de Roberta, de 16 anos, que fugiu da casa dos pais e veio morar na rua.

É importante enfatizar que não sei dizer até que ponto tais histórias são ou não verídicas. Porém, trouxe-as para esta dissertação, tal como eles me contaram, por achar que elas podem dizer tanto sobre a heterogeneidade presente neste universo quanto, e principalmente, sobre o modo como eles gostam de apresentar suas histórias, portanto, de se apresentarem ou, como prefere dizer Gregori, de se “virar”. Além disso, é preciso deixar claro que:

“os motivos que alegam em seus discursos para se afastar de suas casas (...) não parecem ser o fator determinante para se transformarem em meninos de rua. (...) O processo de incorporação à rua tem dois lados: de um lado, os responsáveis deixam de ir atrás dos meninos depois de um número de fugas; de outro, os meninos vão estabelecendo conexões na rua. Ou melhor, ela vai se tornando **um espaço com uma rede de sociabilidade** e com chances de sobrevivência. Há um vínculo entre a aptidão para viver na “viração” e a desistência dos responsáveis de tomar conta deles” (Gregori, 2000:94, grifo meu)

Como disse anteriormente, embora vivam nas ruas, acredito não ser possível falar que esses adolescentes não estão institucionalizados. Ainda que este não seja o melhor termo, a idéia implícita nessa afirmação é a de que eles (os meninos de rua) conformam uma espécie de unidade, com condutas perceptíveis e modos de ser e agir identificáveis. Isso ocorre primeiro porque, ainda que não estejam circunscritos a um cotidiano interno às instituições, os meninos de rua vivem numa dinâmica em que elas são referenciais. Além disso, a “rua” também possibilita uma relação singular com a cidade de Campinas, com os

seus moradores, com as “drogas” e seu comércio. Por sua vez, a categoria “meninos de rua” em certa medida os unifica e, a despeito das heterogeneidades de trajetórias, homogeneiza suas vivências e experiências com “drogas”. Identidade esta que, por sua vez, está materializada – ao mesmo tempo que em construção – nos seus corpos, nas roupas sujas, nos pés descalços, no cheiro que exalam, no tipo de solidariedade que estabelecem, no cotidiano balizado pelo tempo de consumo da “droga”. Neste espaço, há um paralelismo semântico entre “drogas”, tatuagens, contravenções e códigos partilhados de hierarquia, prestígio e poder que torna possível uma determinada previsibilidade no modo de ser e de agir desses que, considerados pela sociedade mais ampla como “meninos de rua”, também se vêem e se reconhecem enquanto tal. Ou seja, tratam-se de práticas e de representações que ganham sentido e se tornam inteligíveis apenas para quem vive nas ruas, e que são recortadas por uma relação específica com o próprio corpo e com os padrões e valores do grupo. É este sentimento e essas práticas que garantem às “drogas” parte importante na configuração de uma sociabilidade, de um tempo e de um espaço, mesmo para quem vive acima de tudo “circulando”. Mas circulando por relações e espaços relativamente previstos. Como me disse Sônia, “na rua quando algum imprevisto acontece, é sinal de que as coisas estão melhorando”⁶¹.

⁶¹ Ao me valer da afirmação de Sônia, estou me referindo ao fato de que, no universo dos meninos de rua, a imprevisibilidade está, em alguma medida, limitada por um determinado espaço e tempo circular – o que faz com que até mesmo o imprevisível se torne previsível. No entanto, é a dinâmica do imprevisível (que está na base da idéia de “viração”) que pautará muitas das relações que estabelecem com vários sujeitos sociais, incluindo arte educadores, policiais e mesmo entre eles.

- *Cenário III: A Unicamp*

A Universidade Estadual de Campinas é uma universidade pública reconhecida nacionalmente em função da sua “excelência acadêmica”. Ser aluno regular desta universidade implica em ser aprovado num processo seletivo bastante rigoroso e concorrido. Por si só esta “seleção” indica que se trata de um grupo de pessoas cuja educação figurou como valor ao longo de suas trajetórias. Durante a pesquisa conversei com alunos de vários cursos da Unicamp, principalmente com alunos dos cursos da área de “humanas”: ciências sociais, música, pedagogia. Com estudantes de outras áreas (medicina, estatística, ciência da computação, engenharia mecânica e matemática) tive contatos, mas ainda não consegui realizar conversas de maior “profundidade”. Para conseguir as entrevistas segui, basicamente, a idéia de rede: um entrevistado me indicava outro que, por sua vez, me indicava outro e assim por diante. De certa forma, acredito que se deve a essa abordagem o fato de eu ter conversado mais com alunos das Ciências Humanas. Isto porque todos eles se conhecem ou possuem algum conhecido em comum.

Realizei conversas “em profundidade” com nove pessoas (6 do sexo feminino e 3 do sexo masculino), que duraram entre duas e três horas cada uma. Algumas dessas pessoas foram me procurando à medida que nos encontrávamos na Unicamp para marcarmos um outro dia porque queriam contar mais ou falar sobre as experiências que tiveram depois da primeira vez que conversamos. Nos encontrávamos em algum lugar que fosse próximo ao local onde essas pessoas estavam, principalmente em cantinas da Universidade. E íamos conversando de um jeito um pouco solto, mas tendo como referencial o uso de “drogas”, os interesses pessoais e profissionais, a história familiar e a entrada para a universidade. Enquanto conversávamos, freqüentemente éramos interrompidos por algum amigo do

entrevistado que aparecia para cumprimentar e pedir um “beque” (maconha) ou para avisar que estava vendo “um programa” para usar “mais tarde”. “Depois você dá o dinheiro”, dizia e ia embora.

Como nos outros contextos, há aqui também uma grande heterogeneidade. Eles têm entre 20 e 30 anos⁶². Alguns estão cursando a faculdade pela primeira vez, enquanto outros já estão no seu segundo curso, como é o caso de Fernanda, de 27 anos e de Hélio, de 28 anos. Fernanda cursa ciências sociais, mas já fez faculdade de hotelaria e gastronomia; Hélio faz música, mas é formado em jornalismo. E alguns, como Maria, de 26 anos, fizeram vestibular para um curso, depois mudaram. Ela entrou em biologia, mas pediu transferência para ciências sociais.

Em termos econômicos, numa visão geral, fazem parte do que no senso comum chamamos “classe média”. No geral, os pais são bem instruídos. Mesmo quando não possuem diploma superior, a preocupação com os estudos dos filhos sempre esteve presente. São jovens que, ainda que consigam “um dinheiro” por conta própria, contam com algum tipo de apoio financeiro dos pais, principalmente para o pagamento das contas de aluguel, água, luz, telefone. Desses, apenas Hélio é casado e Maria mora com o namorado. O restante é solteiro. Quando não guardam o próprio dinheiro, gastam-no em comida, roupas, sapatos, livros e viagens. Muitas viagens. Fernanda, por exemplo, trabalha seis meses por ano. Junta dinheiro, e passa outros seis meses sem trabalhar, e planejando suas próximas viagens. Entre as principais viagens, foi para Búzios fazer curso de mergulho, e para os Estados Unidos fazer cursos de gastronomia. Todos eles praticamente falam uma segunda língua e já foram para o exterior.

⁶² É interessante notar que mais uma dado cronológico, a concepção de juventude é, sobretudo, sociológica. Todos os alunos com os quais conversei se consideram jovens.

Como disse acima, todos os entrevistados vieram de famílias que, ainda que possuam diferentes condições sócio-econômicas, investiram e priorizaram os estudos dos filhos. Muitos dos pais (ou pelo menos um dos pais – e não há diferença de gênero) têm ensino superior. Maria é filha de médico; a mãe de Stella é advogada; o pai de Lúcia é contador, a mãe de Hélio é advogada, o pai de Felipe é professor de matemática. Quando não possuem grau superior, atuam como profissionais liberais. Este é o caso dos pais de Ana, de 21 anos, por exemplo. Segundo ela, “dois *hippongas* inconseqüentes” que têm uma situação financeira bastante instável. Ana atribui esta instabilidade ao fato de eles usarem “drogas”, beberem muito, fazerem muitas festas. O pai já ganhou uma boa herança e perdeu tudo. Atualmente trabalha com vendas. Não ganha mal, mas compra muitas coisas e tem muitas dívidas. Sua mãe, na época da primeira entrevista, estava na Alemanha com o novo namorado e Ana morava na moradia estudantil. Numa segunda conversa, ela me disse que tinha se mudado para uma casa porque o pai veio morar em Barão Geraldo e a mãe foi embora “de vez” para a Alemanha. De acordo com Ana, mesmo com uma situação financeira complicada, sempre lhe foi proporcionado bastante acesso à “cultura”. Estudou em colégios particulares, seus pais sempre compraram e se interessaram por livros, filmes, músicas e jornais.

Outros pais ainda, como os de Fernanda, vieram de “famílias tradicionais”. Eles são filhos de duas famílias conhecidas que atuavam (e atuam) como empresários no ramo do leite em São Paulo. Sua mãe largou a faculdade de geografia da USP, no penúltimo semestre e seu pai “só não entregou o Trabalho de Conclusão do Curso” de Arquitetura da USP. Atualmente, o pai trabalha dirigindo esse tipo de empresa, ao passo que a mãe atua como decoradora. Eles se separaram quando Fernanda tinha três anos. Após a separação, Fernanda e seu irmão foram morar com os avós maternos porque a mãe foi “dar um tempo”

em Paris e o pai foi para a Ilha de Marajó. Segundo Fernanda, a família já perdeu bastante do dinheiro que tinha, mas ainda tem imóveis e relações que lhes garante a manutenção de um estilo de vida. Resumiu esses momentos da família da seguinte forma: “digamos que já vi passar pela minha garagem carros importados, depois carros nacionais, depois carros populares – mas ainda assim com todos os adicionais possíveis”.

Alguns disseram ter um histórico familiar com relação às “drogas”. A tia de Fernanda “cheirou” uma casa. A mãe de Stella quando mais nova chegou a ser internada em uma Clínica de Recuperação, e os pais de Ana sempre fizeram uso de “drogas”. Ana, inclusive, foi *Straight Edge*⁶³ na adolescência, tamanha a “repulsa” que tinha pelos pais. Mas isso foi passando, ela começou a “entender de um outro jeito” esta questão e agora fuma maconha com o pai.

Nesse contexto, o uso de “drogas” está ligado a uma postura crítica e não “careta” em relação a determinados valores da sociedade ou a determinadas formas de comportamento e de usos do corpo. Há uma certa ênfase na idéia de prazer proporcionado pelo uso contínuo de “drogas” e no “autoconhecimento”. A questão da “intensidade” tão

⁶³ O Straight Edge (sXe) é uma dissidência do movimento hardcore/punk que optou por não usar drogas. Historicamente, o Straight Edge surgiu aproximadamente em 1980, entre a cena punk de Washington, nos EUA. Os membros de uma banda chamada Teen Idles, todos menores de idade, odiavam o fato de que, por causa do consumo de álcool, quem ainda não tinha 18 anos não podia freqüentar a maioria dos shows punks da cidade. Assim, tentou-se dissociar o hardcore/punk da auto-destruição, violência, danos à saúde ou quaisquer outros malefícios causados pelas drogas e contestar a idéia de que fumar, beber e se drogar sejam por si atitudes rebeldes. Para eles, parte da atitude ‘faça você mesmo’ do punk envolvia o indivíduo ter pleno controle de seu corpo, mente e atitudes, e para isso as drogas eram um obstáculo. Então, em torno da banda, toda uma turma de jovens punks foi se formando. Ao fazer o layout da capa de seu primeiro (e único) disco, o baterista Jeff Nelson pegou um esquadro e, meio brincando, comparou a retidão e os ângulos retos do objeto com sua postura firme e “careta” de vida. Esquadro em inglês é “straight edge”, e dessa maneira, Nelson apelidou a turma de punks “caretas” de “Straight Edge Punks”. Informações retiradas do site www.angelfire.com/pe2/sxe/straightedge.html, em 18/07/06 às 18:42hs.

bem teorizada por Viana Vargas está bastante presente⁶⁴. Usar “drogas” tem a ver com “estar aberto” para as experiências, para as sensações e para a “vida” no sentido geral. Significa “ver que há muito mais coisas entre o céu e a terra” e que “não estamos aqui de passagem”.

De certa forma, essas pessoas têm experiências muito parecidas. Como é o caso de seus envolvimento com a política e com o movimento estudantil. Simone, assim que entrou na Universidade, “na primeira semana de aula”, foi militar no movimento estudantil. Tinha uma explicação sociológica para isso: viu “o mundo de fantasias que era a Unicamp”. Tem uma origem de classe um pouco distinta dos outros entrevistados e atribui a isso sua entrada para o Diretório Central dos Estudantes (DCE): “acho que a gente que é de classe popular, quando chega à Unicamp, nesse mundo cor-de-rosa, começa a ter noção das diferenças entre as pessoas e a querer lutar para que as coisas sejam diferentes”. O caso de Simone é ainda mais interessante, pois, entre os amigos do movimento estudantil, o fato de que ela fumava maconha começou a ser tema de pauta das reuniões do grupo. Isto porque havia o consenso de que eles não deveriam usar “drogas”, não deveriam compactuar com o tráfico e com as desigualdades decorrentes dele. Aos poucos, ela foi se distanciando do movimento, cortando laços porque ali também se sentia diferente e com idéias diferentes, “comecei a sentir que não fazia parte”.

Também com Ana aconteceu algo parecido. Assim que entrou para a Universidade, no primeiro ano, começou a militar pelo Partido da Causa Operária. Passou o primeiro semestre sem sequer saber o que era o curso. “Não estudava muito, pois os amigos diziam que não podíamos ser intelectuais de gabinete e deveríamos promover a Revolução”. Com

⁶⁴ Como me disse Fernanda depois de já termos feito a entrevista e depois de conversarmos várias vezes sobre o assunto. Um dia ela me parou e afirmou: “acho que encontrei a resposta para o porquê de eu andar só com pessoas que usam drogas: é pelo tipo de vida intensa que elas levam. E eu gosto da intensidade”.

o passar do tempo, foi se decepcionando com o partido e com as pessoas que faziam parte dele. Depois de seis meses “fiquei sem referencial nenhum de mundo. Comecei a engordar, estava muito triste”. Até que, numa festa no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, experimentou ácido pela primeira vez e, “em meio a tanta tristeza, senti tanta coisa diferente. Senti-me pertencente a um mundo maior, como se fosse parte da natureza. E então vi que não podia só acreditar em coisas materiais. Não consigo te explicar direito”. Enquanto a festa “rolava”, ela ficou sentada no gramado por horas e horas, “sentindo o que nunca tinha sentido”. “Para mim, foi uma experiência mística” – disse-me ela. “Quem nunca tomou ácido, não viveu”. Desde então, quis “mudar a minha vida, me valorizar, saber dos meus limites e das coisas que gosto. Voltei a ficar vaidosa, a fazer capoeira, a emagrecer”.

Stella conta que, ao chegar a Unicamp, “descobriu o mundo”. Na Universidade, deixou de se preocupar com o corpo e com o cabelo, seus grandes “traumas da adolescência” e foi, segundo ela, ficando “mais largada”. Também começou a repensar alguns valores e crenças e, de maneira geral, gosta da pessoa que é hoje. A maconha entra como uma substância que a ajudou a estar mais em contato “comigo mesma”. Stella interessa-se por Antropologia Urbana e por temas relacionados à discriminação, principalmente à discriminação de gênero. Já trabalhou como professora em um presídio na região de Campinas. Não pertence a nenhum movimento organizado, mas “faço patrulhas em festa”, por exemplo. Sempre fica atenta a como estão olhando para as mulheres, se há algum tipo de assédio desrespeitoso, etc.

São críticos com relação às desigualdades. Alguns mais, outros menos. Ana disse que não é feliz completamente porque sabe que não são todas as pessoas que terão a mesma oportunidade que ela. Ainda acredita em algumas associações políticas, acha importante que as pessoas se reúnam para discutir, mas hoje acha que o mundo é “feito de outras

coisas”. Um discurso parecido com o de Simone, que atualmente não pertence mais a nenhum movimento e não acredita mais em “espaços institucionalizados”, mas ainda assim acredita que “existam condições sociais mais propícias para as pessoas se organizarem”. Alguns sentem essas diferenças de condições materiais como um conflito existencial. Fernanda, por exemplo, tem bastante consciência da sua “condição de classe”: “nasci pra ser princesa, pra ter uma vida em ordem”. Possui um grande conhecimento de moda. Separa as roupas pelo tecido: as de lã das de linha das de fio sintético. Tem cerca de 40 pares de sapatos. E sofre com isso. Está sempre querendo “mudar de vida”, conhecer “outras pessoas” e “outras coisas”, “desfazendo das minhas roupas”. Disse que, principalmente, depois que veio para Campinas, é que compreendeu que tudo que considerava “normal” não era tão “normal” assim e que outros modos de vida também possuem sentido. Neste universo, “drogas” e política não estão situadas em pólos totalmente opostos, como estavam entre os “nobres” de Gilberto Velho⁶⁵. Há, por parte dessas pessoas uma certa preocupação com as desigualdades sociais, embora não atuem diretamente no sentido de mudar a realidade existente⁶⁶. Mas vivem isso como conflitos existenciais e com o sentimento de culpa.

Esses estudantes são produtos e produtores do que imaginam ser uma “vida universitária”. Enfrentam a passagem para a maioria (que nesse caso pode estender-se indefinidamente), partilhando os mesmos desejos e ansiedades em relação aos “dilemas da existência” e aos “problemas sociais”. Essa “vida universitária” congrega a saída da casa

⁶⁵ Diz o autor: “Tóxico e política se opõem, não por si mesmos, mas enquanto aspectos cruciais de estilos de vida considerados antagônicos. Um, fortemente hedonista, e o outro, voltado para um projeto político. Trata-se, inclusive, da oposição entre uma valorização do presente imediato e a preocupação com o futuro, não só pessoal, mas da sociedade brasileira e mundial.” (Velho, 1998: 120)

⁶⁶ Um fato interessante e que me chamou a atenção refere-se ao dado de que nenhuma das pessoas com as quais conversei falou a respeito da política de “drogas” no Brasil.

dos pais, a busca de uma “turma própria” (que em muitos casos se torna o centro de suas relações sociais) e o “autoconhecimento”. Ou seja, um determinado tipo de experiência social em que o uso de “drogas” está indissociavelmente ligado e que só é possível de se ter quando se é “estudante”, quando se tem entre 20 e 30 anos, quando ainda não se assumiu a responsabilidade do mundo “real” do trabalho. Neste contexto, ouvi mais de uma vez a demarcação de diferença entre a Unicamp, o “mundo cor-de-rosa” nas palavras de Simone, e um suposto “mundo real”, que seria o mundo do trabalho, da responsabilidade e das pessoas “de verdade”. Aqui também, como na clínica, há o receio da saída. “O que será quando tudo isso acabar?” é uma pergunta frequente. São muitos os que prolongam a saída da universidade – o que por si só indica um tipo experiência social (na qual as “drogas” se inserem) que é possível de vivenciar apenas nas condições acima descritas, mostrando como também a Universidade configura um espaço de relações possíveis e previsíveis. Todavia, não são cenários estanques em suas configurações. Em alguma medida, todos os três se comunicam.

- *Os fluxos e os (des)encontros*

Como já escrito no item a eles dedicado, os adolescentes que vivem nas ruas estão sempre em fluxo, andando de um lugar a outro do centro de Campinas, procurando os melhores semáforos, e indo e vindo de instituições assistenciais e/ou presidiárias da região. Na rotina do previsto, isso faz a pesquisa ainda mais interessante, uma vez que principalmente entre a clínica e a rua há uma relação ao mesmo tempo de oposição e de contigüidade. Todos que figuraram neste universo, com exceção de Roberta, em algum momento de suas trajetórias foram para a clínica. Outros fazem o movimento contrário:

saem da clínica e vão para a rua. Antônio, por exemplo, estava na rua antes de ser internado para “receber tratamento” e retornou à rua como educador.

Caso também de Sérgio, que procurou a “Casa” assim que saiu da instituição para guardar sua mala de roupas. Sérgio não queria um lugar pra ficar, queria “dar um tempo” na rua – mas precisava guardar suas roupas. O caso de Sérgio era ainda mais complicado porque ele não nasceu em Campinas e, portanto, não poderia legalmente freqüentar alguma instituição da cidade. Ainda assim, os educadores tentavam, a todo custo, encaminhá-lo a outras instituições para que ele pudesse ser recebido. Sérgio, por sua vez, era enfático em dizer que não queria ir para instituição nenhuma, que já tinha decidido que ia “dar um tempo” na rua porque não agüentava mais ficar internado. “Só queria guardar minha roupas”, ele dizia. No final, Sérgio voltou para a clínica, mas depois de duas semanas, estava na rua de novo.

Um outro exemplo é o caso de Lúcio que estava em regime de abrigo em outra instituição da cidade e que, quando conseguia sair, vinha ao sinal “visitar os amigos”. Vestido com roupas limpas e tênis, fazia um curso de informática. Os que ficam internados, quando voltam, de certa forma, reproduzem o discurso institucional e isso lhes causa conflitos – Lúcio, por exemplo, me disse que tinha dúvidas porque “gosto de maconha, mas aprendi no AFAGAI [nome da instituição em que estava] que tem algumas situações em que não dá pra usar, que tem que ficar careta”. Acha que quando fuma maconha, joga pimbolim melhor, joga futebol melhor e fica mais comunicativo. No entanto, sofre o conflito de não poder fazer isso todos os dias, porque, “como as tias lá falam, né? se eu usar, vou ter que voltar pro farol”. E, se voltar, “o que será da minha vida?”

Além desse fluxo entre rua e instituição, é possível vislumbrar outro fluxo entre a universidade e a rua. Isto porque os educadores de rua são, em sua maioria, estudantes ou

ex-estudantes universitários que conviveram com as “drogas” no contexto universitário e que, de um lado, buscam recuperar os aspectos positivos e de prazer proporcionado pelas “drogas” e ao mesmo tempo negociam tais aspectos com o fato de que há, no espaço da rua, uma relação íntima entre “droga”, uso abusivo das substâncias, criminalidade e dívida. Os estudantes que participam do projeto *Manoamano* ao qual me referi também circulam por esses espaços distintos e também vivem alguns dos dilemas dos educadores.

Por sua vez, o cenário da universidade é freqüentado também por pessoas que não possuem vínculo com a instituição e que vão até ela com o firme propósito de consumir “drogas”, cientes de que se trata de um local onde a polícia não aparece. Eric, um morador de rua, disse-me que já fora “várias vezes lá na Unicamp, pra fumar meu beque sossegado”. Na clínica também estão internados ex-estudantes universitários.

No entanto, esse fluxo obedece a uma previsibilidade, pois, como ensina Bourdieu (1983, 2001) às diferentes posições no espaço social correspondem estilos de vida que são a retradição simbólica de diferenças objetivas. Segundo ele:

“cada agente possui um conhecimento prático, corporal, de sua posição no espaço social (...)O conhecimento proporcionado pela incorporação da necessidade do mundo social mormente, sob a forma do sentido dos limites, é bastante real, tal como a submissão por ele acarretada e que por vezes se exprime nas constatações imperativas da resignação ‘não é para nós’ ou ‘para pessoas como nós’” (Bourdieu, 2001: 224).

Em outras palavras, embora alguns membros de determinados grupos circulem por outros grupos – como é o caso principalmente de Eric e dos educadores de rua – há um limite neste fluxo e nesta circulação que, no limite, é dado pela aceitação tácita de que

aquele espaço “não é para nós”. No caso do uso de “drogas”, essa distinção espacial se mostra mais visível ainda nos outros dois lugares (um espacial, outro temporal) por onde esses grupos podem se comunicar e se encontrar; a saber, nas obscuras negociações do tráfico de “drogas” e no contexto político marcado pela ilegalidade das “drogas”. É apenas nas negociações do tráfico que perfis sociais tão díspares como “viciados”, “traficantes”, “meninos de rua” e “estudantes universitários” podem ser vistos juntos em torno da prática do consumo de “drogas”.

Realizada antes da “nova lei de drogas”⁶⁷, a pesquisa tomou a ilegalidade do uso como questão histórica mais ampla que balizava todas essas experiências, e que, em alguma medida, lhes garantia unidade seja pelo fato de que a proibição envolve a clandestinidade e, conseqüentemente, coloca todas as pessoas que consomem “drogas” em confronto e conflito direto com a lei; seja pelo fato de que o caráter ilegal mobiliza uma série de julgamentos morais e valorativos sobre aqueles que contrariam a lei.

Na clínica, por exemplo, muitas das experiências que se dizem “mal-sucedidas” se devem, entre outras coisas, a um estreito envolvimento com a criminalidade e com a polícia – face mais visível do aparato repressivo do Estado. Alguns desses “residentes” receberam o tratamento como punição judicial, enquanto outros recorreram a ele justamente porque temiam tal destino – caso de Márcia, por exemplo, cujo vizinho (um policial) a avisou de que a polícia já sabia da sua ligação com “drogas” e que só estava esperando o momento

⁶⁷ Em 08 de outubro de 2006, entrou em vigor no Brasil a nova lei sobre ‘substâncias psicoativas’ nº 11.343, substituindo a antiga Lei 6.368 que estava em vigor desde 1976. A nova legislação trouxe avanços importantes, principalmente no que diz respeito ao tratamento dado aos consumidores de “drogas” e na definição do que seja “prevenção ao abuso”, que agora está mais abrangente e contempla o conceito de “redução de danos”. A antiga Lei nº 6.368, não fazia distinções claras entre as figuras de “usuários” e ‘traficantes’. A nova Lei, ainda que se mostre teoricamente mais tolerante, na prática ainda enfrenta o sério desafio de ser absorvida da forma como foi planejada. O que tem acontecido de fato é que muitos policiais, usuários, e até mesmo delegados, desconhecem os pormenores da legislação atualmente em vigor, ou muitas vezes ignoram sua existência, ainda atuando através das regras estabelecidas durante a vigência da antiga Lei.

ideal para realizar o flagrante. Para evitar ser presa, Márcia se internou. Muitos também foram para a clínica buscando fugir do “cobrador” de suas dívidas de “drogas”, com o intuito de evadir-se de um “acerto de contas”. Assim, nesta instituição, mais que um problema físico de dependência, ter uma trajetória errada com “drogas” significa, na maior parte das vezes, tomar o caminho da marginalidade e do “crime”.

Entre os meninos de rua, a relação com a polícia é ainda mais delicada. Eles possuem com ela relações ambíguas de troca de favores ao mesmo tempo que de confronto. Isto porque, na rua o uso de “drogas” está ligado ao tráfico de “drogas” e a outras contravenções legais. No entanto, é errôneo afirmar que esta relação de enfrentamento seja fruto somente das práticas de usos de “drogas” entre os meninos de rua. Em muitos momentos, é a própria condição de “meninos de rua”, enquanto categoria identitária, que faz dessa população alvo dileto dos policiais. Somado a isso, se a relação com a polícia, é conflituosa; a relação com o tráfico de “drogas” e com os traficantes não é diferente. Embora seja possível dizer que as dívidas de “drogas” sejam o principal motivo de envolvimento neste comércio, em alguma medida são elas também que lhes garantem um ciclo de sociabilidade e de prestações de favores infinitos. Isto pode ser exemplificado com a história de Roberta que, em determinado momento de sua trajetória na rua, pegou “farinha” (cocaína) para vender, mas Pedro usou todo o “pó” que estava com ela. Roberta não deu satisfações ao traficante, até que o encontrou no centro de Campinas cerca de três meses depois. A princípio, tentou fugir dele, que a perseguiu e lhe disse: “olha, sei que sua vida vale mais que 280 reais (o valor da cocaína). Por isso, vou perdoá-la, desde que você venda essa quantidade para mim” e lhe deu mais embalagens (“papelotes”) com o “pó”. Ao me contar a história, Roberta comentou: “tá vendo como ele é legal, tia?”

Já na universidade, quando comparada aos outros contextos, pode-se ver uma relativa proteção no que se refere ao arbítrio policial. No entanto, não é possível afirmar que exista, por parte dos estudantes, um total descaso com a questão. Ao contrário, entre outras coisas, é para evitar a possibilidade de serem pegos pela polícia, que eles tomam determinados cuidados com o transporte e com o local de consumo: sempre no campus universitário, onde a polícia teoricamente não deve entrar e em casas de amigos, nas chamadas repúblicas. As relações com o tráfico são mais tênues, na medida em que há sempre um “amigo” que faz a mediação entre os universos, embora todos já tenham ido comprar “drogas” em “bocas” de tráfico. Hélio, por exemplo, diz que, devido ao seu jeito, sempre teve muitos amigos e já chegou a fumar com o pessoal da “boca”. Mas “não quero mais fumar com pessoas que não têm a ver comigo” e continuou: “é ruim você fumar com pessoas que são muito diferentes de você. Bandidos mesmo. Que já roubaram. Que já mataram. A viagem nunca é boa e dá um mal-estar”. Para resolver esse “mal-estar”, Hélio chegou a plantar maconha, mas a planta morreu num dia em que sua mãe foi visitá-lo e ele a escondeu em cima do telhado.

Mesmos elementos discursivos e legais não implicam, portanto, a mesma forma de controle e repressão. Tais diferenças estão intimamente ligadas a uma série de classificações que circulam entre os próprios usuários de “drogas”, entre os usuários de “drogas” e a polícia, entre os usuários e os traficantes, e entre os usuários e a sociedade mais ampla. Dependendo do cenário social, uma ou outra dessas distinções é mais ou menos acionada. O “maconheiro”, o “drogado”, o “viciado”, o que “viajou” são figuras (conhecidas do senso-comum e dos próprios usuários) que implicam uma relação de alteridade entre o “eu” (que muitas vezes age corretamente e/ou sabe a hora de parar) e o “outro” (inconseqüente e/ou que se deixa envolver pela “droga”). Nesse mesmo

movimento, distingue-se as substâncias (as “pesadas” das “perigosas” das “leves” das que “não dão nada”) na medida em que elas ameaçam a manutenção de um determinado estilo de vida. Portanto, chamar atenção para o caráter ilegal e valorativo-acusatório que comporta a problemática e que normalmente caminham juntos significa também apontar para a disputa que se desenvolve tanto no plano simbólico quanto no plano prático de luta classificatória. Por fim, o cenário de clandestinidade e ilegalidade também promove em todos os grupos dúvidas quanto à “pureza” das substâncias, dívidas e “acertos de conta” que merecem ser seriamente refletidos no âmbito das políticas públicas.

Em suma, considerar o espaço social no qual se desenvolve o uso de “drogas” envolve perceber tais usos como diferencialmente elaborados e vivenciados de acordo com o cenário social, econômico, histórico e político no qual estão inseridos. Significa também chamar a atenção para a heterogeneidade presente nisto que aparentemente se nomeia “mundo das ‘drogas’”, bem como para a multiplicidade de trajetórias possíveis de envolvimento com as “drogas”. Em alguma medida, significa também atentar – o que pretendo fazer nos próximos capítulos – para a diferença de valores, éticas e corporalidades inscritas neste universo marcado pela heterogeneidade. No próximo capítulo, passo a descrever como as “drogas” são concebidas em cada contexto, como elas se tornam vistas parciais inteligíveis apenas em relação ao “ponto” que ocupam no espaço social.

Capítulo 3:

Concepções sobre “drogas”

Quaisquer que sejam as fontes últimas da fé de um homem ou grupo de homens, é indiscutível que ela é sustentada neste mundo por formas simbólicas e arranjos sociais. (...) faz muita diferença, como Keneth Burke certa vez observou, chamar a vida de sonho, de peregrinação, de labirinto ou de carnaval.

*Clifford Geertz,
Observando o Islã*

Uma vez tendo acesso somente às falas sobre as experiências com “drogas” e não aos contextos de uso, foi preciso estabelecer uma relação entre as narrativas (neste caso, sobre o quê falava o sujeito pesquisado e o modo como construía sua fala) e o trabalho de campo realizado com cada grupo. Ou seja, encontrar uma forma de expor textualmente os diferentes modos de conceber as “drogas” e seus usos, as distintas maneiras de se falar a respeito das substâncias, bem como os aspectos característicos de cada espaço social que estão simbolicamente ligados com seu tipo específico de enunciação e vivência das “drogas”.

A via da narrativa ainda mostrou-se interessante, pois, como diz Walter Benjamin, “um acontecimento vivido é finito, ou pelo menos encerrado na esfera do vivido, ao passo que um acontecimento lembrado é sem limites, porque é apenas uma chave para tudo o que veio antes e depois” (Benjamin, 1995:37). Assim, tomados os cuidados de compreensão – e apreensão –, atentar para as falas sobre “drogas” ouvidas por mim no decorrer do trabalho de campo implica também numa tentativa de alcançar uma memória sobre as experiências com “drogas” que, em muitos casos, envolveu, por parte do “narrador”, uma seleção dos fatos com o intuito de organizar o passado e ao mesmo tempo projetar um futuro

imaginário, visando a produção de uma narrativa coerente e autobiográfica. Esforço esse visível principalmente nos casos da clínica e da universidade.

Seguindo Bourdieu (1997), podemos até supor que a narrativa autobiográfica é inspirada “na preocupação de atribuir sentido, de encontrar razão, de descobrir uma lógica ao mesmo tempo retrospectiva e prospectiva, uma consistência e uma constância” (Bourdieu, 1997:75). No entanto, é vã a inclinação a se tornar um “ideólogo da própria vida”, talvez seja uma “ilusão retórica” uma vez que “tudo leva a supor que a história de vida mais se aproxima do modelo oficial da apresentação oficial de si” (Bourdieu, 1997: 80). Para Bourdieu, a vida não obedece a uma série única de acontecimentos sucessivos. Ao contrário, os acontecimentos biográficos se definem antes como alocações e deslocamentos no espaço social e devem ser estudados levando-se em conta “o conjunto de posições socialmente ocupadas [por um indivíduo], em um momento dado no tempo” (Bourdieu, 1997: 82).

Tendo em mente a idéia de uma “ilusão biográfica”, podemos ver como as narrativas e histórias de vida, que nesse capítulo estarão associadas à descrição etnográfica (principalmente no caso dos meninos de rua), revelam tanto uma vivência individual quanto uma experiência social. Ou seja, ainda que guardem as singularidades da experiência do indivíduo, é possível dizer que as falas – vistas em conjunto e comparativamente – conservam igualmente similaridade de forma e conteúdo de acordo com o contexto de pesquisa. Em outras palavras, através desse instrumental metodológico, ouvi e observei uma multiplicidade de trajetórias de envolvimento com “drogas” e busquei captar a especificidade dos três cenários estudados, além do modo como cada um deles se liga a uma forma específica de narração e concepção acerca das “drogas”, indicando, inclusive, o que se deve lembrar e o que se deve esquecer a respeito dessas experiências.

Por exemplo, as narrativas contadas na clínica eram perpassadas pela dor e pelo sofrimento. Falar sobre essas experiências sempre aparecia como um ato desesperado para “livrar do passado e pensar no futuro”, como me disse Duda ou de “lembrar para não repetir”, como dizia Henrique. Já começam a falar de si, falando de “drogas”, e não conseguem mais recuperar suas trajetórias sem enfatizar o envolvimento com as substâncias “de preferência”. Muitas dessas narrativas me foram contadas durante as reuniões de auto-ajuda obrigatórias no tratamento. Nestas reuniões, como mostrarei a seguir, os educadores incentivam os internos a falarem sobre suas vidas e a rememorarem principalmente os acontecimentos dolorosos de suas trajetórias com “drogas”. É, sobretudo, a lembrança desse sofrimento tornado tempo presente que faz com que os internos permaneçam na abstinência de “drogas”.

Já os estudantes universitários, por sua vez, relembram fatos, contam cenas, estabelecem uma seqüência na narrativa e, de uma certa forma, selecionam as histórias que querem contar de si mesmos com muita propriedade e, como mostro a seguir, de uma maneira bastante distinta das dos outros grupos. Sociologicamente, trata-se de um grupo de pessoas cuja capacidade intelectual para pensar e refletir sobre o mundo é bastante grande. Alguns se dizem “sensíveis”, outros “diferentes”, outros ainda “esclarecidos”. Levando-se em conta os outros contextos pesquisados, foi apenas nesse que o ato de usar “drogas” apareceu como um movimento bastante acentuado e proposital de “me conhecer”, “entender minhas necessidades”, “cuidar de mim”. Sobre esses aspectos, também escrevo mais adiante.

No caso dos meninos de rua, suas narrativas são fragmentadas pelo tempo do semáforo, da circulação e do uso de “drogas”. De maneira geral, falam muito sobre “drogas”. Sobre a preparação, sobre como conseguem, sobre venda, sobre a “nóia”.

Todavia, ao explicarem o porquê de seus usos, as suas respostas se limitaram a “porque sim”, “porque gosto”, “porque uso há muito tempo”, “porque é bom”, “sei lá por que, mas uso”. Aparentemente, não há mais nisso: gosta-se e pronto. Respostas essas que me estimularam não no sentido de investigar a motivação intrínseca e profunda que leva cada grupo a consumir “drogas” – pois sabe-se que esses motivos se perdem no decorrer da experiência com as substâncias⁶⁸; mas sim no sentido de tentar entender o que esse tipo de explicação neste contexto específico (o que não significa cair em dualidades tais como racionalidade/irracionalidade; pensamento selvagem/pensamento científico)⁶⁹ poderia nos dizer não só sobre esse segmento mas também sobre suas formas de usos de “drogas”? Mais ainda: o que ela pode nos dizer sobre as diferenças dessas explicações, principalmente se as compararmos com as dos estudantes universitários, uma vez que uma das

⁶⁸ Em seu estudo (que já foi tratado no capítulo 1, mas que acho interessante recuperar aqui), Becker (1971) escreve como os “desviantes” foram objetos de muitas especulações, teorias e estudos científicos que queriam saber por que essas pessoas praticavam tais atos e o que havia nelas que os levaria a fazer coisas proibidas. Para Becker, ao tentar responder essas perguntas, os cientistas acabavam aceitando que havia algo intrinsecamente “desviado” nos atos que quebram as regras sociais, ao mesmo tempo em que aceitavam o suposto de que o ato desviado ocorre porque a pessoa que o realiza apresenta certas características que tornam necessária ou inevitável sua ação. Ao criticar esses estudos, Becker mostra que o “desvio” não é uma simples qualidade presente em alguns tipos de condutas e ausentes em outras, mas o resultado de um processo que implica as relações de outras pessoas frente a esta conduta. Assim afirma que “atividades desviadas” não são frutos de “motivações desviadas”; mas o contrário, são as “motivações desviadas” que se desenvolvem no curso da experiência com a “atividade desviada”. Ou seja, é a “conduta desviada” que com o tempo produz as “motivações desviadas”.

⁶⁹ Ou seja, não pretendo aqui entrar em discussões que se tornaram clássicas na antropologia com os estudos preocupados em entender a diferença de pensamento entre os povos ditos “primitivos” e “nós”. Entre esses trabalhos, encontra-se o de Levy-Bruhl (1938-1939), que ao propor o conceito de “participação” apontou para as diferenças de um pensamento baseado na razão, e um pensamento baseado na afetividade. Segundo ele, os primitivos não pensam conceitualmente, mas não porque seu espírito possui menos exigências lógicas que os nossos e sim porque são tomados pelos pensamentos míticos. “Simplesmente eles não pensam por conceitos e possuem outros hábitos mentais” (Levy-Bruhl, 1938-1939:16). Outro clássico referente a este assunto, é o *Pensamento Selvagem* de Levi-Strauss (1989), que mostra como a exigência de ordem, portanto, de classificação é exigência de todo e qualquer pensamento, embora o autor faça uma distinção entre o pensamento científico (engenheiro) e o pensamento mítico (bricoleur), “como dois modos de conhecimento desiguais quanto aos resultados teóricos e práticos” (Lévi-Strauss, 1989:28) No Brasil, e num trabalho que mais se aproxima da minha pesquisa em termos de temática (não de análise), pode-se citar o trabalho de Luiz Fernando Dias Duarte (1986) que, a partir da leitura que fez de Dumont, desenvolveu a idéia de que as classes trabalhadoras são portadoras de uma outra cultura “ordenada, axiada, sobre valores e princípios próprios” (Dias Duarte, 1986:12). Embora ciente dessa discussão, não é ela foco da minha investigação.

características que parece configurar o tipo de uso específico dos estudantes é que ele *almeja* carregar consigo um alto grau de reflexividade⁷⁰ e/ou de racionalização acerca das experiências com “drogas”?

Em outras palavras, a questão central não é saber o porquê de cada grupo consumir “drogas”, mas perguntar *como* eles consomem e *como* concebem e narram esta prática. Assim, é percorrendo essas diferenças de verbalização, de narrativas e de concepções sobre as “drogas” – que, por sua vez, implicam em diferentes experiências com elas – que passo a apresentar o modo como tive acesso às falas dos indivíduos (nas reuniões da clínica, nas cantinas da universidade e durante as idas e vindas dos meninos nas ruas), suas principais distinções de forma e conteúdo, a etnografia que realizei a partir delas, bem como a minha tentativa de analisá-las.

- *Nas reuniões*

São muitas as reuniões oferecidas na “comunidade terapêutica” para que os “adictos em recuperação” possam refletir e falar com o intuito de conquistar a abstinência de “drogas” – principal meta institucional e individual. As reuniões ocorrem sempre sob o formato de círculos, em quiosques do local ou em salas fechadas. Elas possuem o firme propósito de fazer os “adictos” partilharem experiências, demonstrarem sentimentos, oferecerem “auto-ajuda” uns aos outros, treinarem exercícios de uma apostila de prevenção

⁷⁰ Utilizo a idéia de reflexividade tal como adotada por Giddens (1993). Para autor, “as características fundamentais de uma sociedade de alta reflexividade são o caráter ‘aberto’ da auto-identidade e a natureza reflexiva do corpo. (...)Hoje em dia, o eu é para todos um projeto reflexivo, uma interrogação mais ou menos contínua do passado, do presente e do futuro. É um projeto conduzido em meio a uma profusão de discursos reflexivos: terapias e manuais de auto-ajuda de todos os tipos, programas de televisão e artigos de revista” (Giddens, 1993:41)

a recaídas e lerem o livro dos 12 passos. Durante o dia, fazem cerca de quatro reuniões com horários previamente determinados e seguindo um cronograma semanal.

Diariamente, participam da “reunião matinal”, que alguns dos meninos chamam às escondidas de “chatinal” e que as mulheres freqüentam na parte da tarde. Nesta reunião, há uma seleção das manchetes do jornal do dia. Só podem ler as notícias “boas” ou as neutras, como previsão do tempo, tabela do campeonato paulista, horóscopo. Não é possível mencionar prisões, assassinatos, corrupção política, etc. Depois da “leitura” do jornal, há a indicação dos comportamentos “adequados” e os “inadequados”⁷¹, alguma leitura – principalmente bíblica, algum jogo e os avisos do dia.

Há também a reunião de “metas e apadrinhamento” na qual cada um diz a meta que se propôs a cumprir na semana anterior, se a cumpriu ou não e qual a meta para a semana seguinte. Os outros membros também opinam para dizer se a pessoa a cumpriu ou não. Entre elas estão, por exemplo, pontualidade, honestidade, seriedade com o tratamento, paciência, etc. Além da meta, escolhem alguém para ser o seu padrinho durante a semana, isto é, alguém que esteja disponível para que ele possa “partilhar”, contar suas aflições, suas dúvidas, suas conquistas, seu “barulho” (aquilo que o está incomodando) e alguém que

⁷¹ Há uma série de “regras” que discriminam os comportamentos “adequados” dos comportamentos “inadequados” no interior da “comunidade”. Os internos são informados das regras já no primeiro momento de internação. Entre os comportamentos “adequados” estão: limpar o local, arrumar a cama, ser pontual nas atividades, não brigar, não ter rancor, não conversar com o sexo oposto, não responder aos educadores, partilhar, não consumir “drogas” no interior da instituição, etc. Entre os inadequados estão: pisar na grama, não participar das atividades, não arrumar o que for sugerido, brigar, provocar discórdia, usar roupas inadequadas, conversar com o sexo oposto, usar “drogas” no interior da instituição, etc. Nessa reunião matinal, a indicação dos comportamentos se passa da seguinte maneira: alguém do grupo se levanta e diz: “aqueles que partilharam essa semana, que se levantem”. Os que o fizeram se levantam, há uma salva de palmas e dizem “que isso sempre se repita”. O mesmo acontece com o comportamento inadequado, mas não há salva de palmas e ao final dizem “que isso não mais se repita”. A infração a essas regras pode ocasionar advertência verbal, “educativa” (carga horária a mais de trabalho), rebaixamento de crachá (aumento no tempo de tratamento), desligamento. Normalmente nessa seqüência, mas as infrações mais graves, como briga, envolvimento com o sexo oposto e uso de “drogas” no interior da instituição, podem levar ao desligamento, dependendo de como a pessoa envolvida agir depois do ocorrido. Quanto aos comportamentos “adequados” não há uma gratificação concreta, a não ser um “bom” desenvolvimento do tratamento (sem interrupções e sem aumento do tempo de internação) e respeitabilidade dos educadores e funcionários.

observe seu comportamento e lhe dê “auto-ajuda”, quando necessário. Assim, há sempre pelo menos uma pessoa que durante a semana fica encarregada de observar o comportamento do outro⁷².

Na reunião de “Prevenção a recaídas”, são feitos vários exercícios que funcionam como “estratégias” para, em situação de risco, evitar uma possível recaída. Recair, no sentido mais estrito, pode ser tanto voltar a usar “drogas” como recair em comportamentos e atitudes que podem prejudicá-los e fazê-los voltar a usar “drogas”. Mas não há uma idéia certa de qual é o risco: “depende de cada um”. Para Renato, por exemplo, ir à casa da tia é uma situação de risco, pois ele tem um primo que usa maconha com os pais. Por isso, precisa montar “estratégias”, a fim de evitar esse contato ou pensar em prevenir-se caso esse contato aconteça.

Em três meses acompanhando a reunião sobre os 12 passos, observei freqüentemente um retorno ao primeiro passo. Segundo os educadores, o passo mais importante e aquele que dá base para que os demais aconteçam. Como já escrito, este consiste em admitir a impotência perante as “drogas” e aceitar que perdeu o controle da própria vida. “Estar no programa” ou “entrar no tratamento” implica em dar este primeiro passo. Isto é importante porque muitos não conseguem admitir tal fato. Alguns, como Márcia, dizem claramente: “não sei se perdi o controle”. E são justamente as idéias de impotência ante a substância e de descontrole que a instituição tenta fazer com que eles internalizem para que o tratamento adquira êxito, para que os internos entendam as regras do local sem maiores problemas. Por isso, rememorar as experiências dolorosas é tão

⁷² Esta observação constante está intimamente ligada à noção de disciplina de Foucault (1979). Segundo ele, “a disciplina é uma técnica de poder que implica uma vigilância perpétua e constante dos indivíduos. Não basta olhá-los às vezes ou ver se o que fizeram é conforme à regra. É preciso vigiá-los durante o tempo das atividades e submetê-los a uma perpétua pirâmide de olhares” (Foucault, 1979:106).

importante. Como são poucos os que se internam “por vontade própria”, há resistência em aceitar a perda de controle e o fato de que têm que viver absolutamente sem “drogas” no caminho da “sanidade”. Poucos são os que se convencem disso. É grande, portanto, o número de desistências, de recaídas, de infração às regras institucionais.

Há também a reunião de sentimentos, na qual alguém é escolhido ou se voluntaria para expressar seus sentimentos, contando sua trajetória, o que está sentindo, o que acha do tratamento e das outras pessoas do local. Todas as histórias são, como já dito, permeadas pelo sofrimento e pela dor, e são contadas em meio a muito choro. Foi assim, por exemplo, que conheci a história de Duda. Esta contou, chorando muito, que seu tio a estuprara quando ela tinha oito anos e que isso ocorreu até os seus dez anos. Nunca comentou nada com seus pais porque achava que eles não acreditariam nela. Aos dez anos, tentou seu primeiro suicídio. Aos quinze, começou sua trajetória com “drogas” ao mesmo tempo em que era responsável por cuidar de um outro tio seu, portador do vírus da AIDS, que morreu “praticamente em minhas mãos, agradecendo o cuidado que eu tive com ele e pedindo-me para que cuidasse de seus filhos”. Duda se culpava e chorava muito porque ofereceu “drogas” à sua prima (filha desse tio) e, de certa forma, era responsável pela prima ter encontrado “companhias erradas”.

Embora essas reuniões acionem uma carga emocional bastante forte, a narração dos aspectos negativos do uso de “drogas” é incentivada pelos psicólogos e pelos educadores que coordenam as reuniões. Estes dizem aos internos ser preciso falar para terem coragem de novamente se olharem no espelho, olharem para o seu passado e apagar tudo o que lhes vem à mente e para eles entenderem que as “coisas” podem ser traçadas de um jeito diferente. De alguma maneira, a “cura” se dá através das palavras, da lembrança de

determinados fatos e com o comprometimento por parte dos “adictos” de que esses atos não mais acontecerão.

Há ainda a reunião de disciplina que, como o próprio nome indica, acontece quando há problemas de disciplina que afetam o funcionamento das atividades, como brigas, por exemplo, e a reunião do “amor exigente”, cujo intuito é mostrar a eles que podem mudar a situação na qual se encontram. Por fim, há os horários específicos e individuais com os psicólogos – os quais não tive autorização para acompanhar. E, eventualmente, alguém é convidado a proferir palestras e realizar atividades fora das programadas pela rotina cotidiana.

É importante dizer que há uma certa inconstância com relação ao tratamento. Nunca é possível prever com êxito como os “residentes” o receberão. Há dias em que estão com muita vontade e determinação para “ficar limpo”, “seguir o tratamento”, “fazer parte do programa” e há dias em que “isso tudo não tem nada a ver”, “não sei o que estou fazendo aqui”, “vou pedir meu desligamento”. Faltando uma semana para terminar seu tratamento, Gabriela disse em reunião: “olha, vou ser sincera! Eu não consigo mais pensar nas coisas ruins da “droga”, só nas coisas boas e tô sentindo uma vontade danada de usar”. Este é o caso também de Pablo que, já há nove meses na instituição, diz que “às vezes não sei o que tô fazendo aqui. Tem hora que quero sair e esquecer que um dia vim pra cá”.

Quando isso acontece, há uma confusão porque alguns concordam, começam a falar ao mesmo tempo até que um dos coordenadores intervém, utilizando argumentos do tipo: “isso é coisa de criança que não quer crescer, nem sofrer. Todo processo de vida adulta é doloroso e vocês vão ter que falar das sensações, colocar o dedo na ferida”. Ou ainda, algum coordenador conta sua experiência e se coloca: “olha, eu não vou falar que não tenho vontade. Eu tenho. Enquanto eu usava, era muito legal. O problema era depois. Eu tenho

pânico de pensar nas tantas vezes que fiquei sentado com uma arma na mão pensando em me matar”.

Assim, a ênfase na lembrança das experiências de dor e de sofrimento é bastante significativa no cotidiano da clínica, pois são elas os grandes indicativos de que se perdeu o controle em relação às “drogas”. Numa reunião sobre os 12 passos com as mulheres, elas tinham de ler um trecho do primeiro passo e falar sobre ele. Vanessa leu a seguinte frase: “o intolerável limiar da dor”. Ao comentar a frase, ela disse que foi apenas quando chegou a um ponto tal de destruição, de dor física, moral, de dignidade e de ética que foi capaz de “aceitar o programa”. Só com a dor é possível aceitar que o controle da vida foi perdido e que há a necessidade de ajuda. Só com a dor é possível escutar outras pessoas sugerindo-lhe coisas para fazer e aceitar porque, “quando tudo era do meu jeito, eu só me perdi”. Como Vanessa, são muitos os que terminam o tratamento e permanecem na instituição para “amadurecer mais” sua decisão e, definitivamente, conseguir viver sem “drogas”. Ela está lá há cerca de um ano e dois meses⁷³.

Durante os almoços, um momento em que é permitida uma relativa descontração, muito do que eles diziam nas reuniões era desmentido ou recontado. E, buscando tentar conter essa inconstância, a instituição está sempre em mudança. De repente, mudam-se as regras. Presenciei, por exemplo, o dia em que, visando conter a falta de disciplina entre as

⁷³ Vanessa é de São Paulo e fazia o curso de psicologia no Mackenzie, quando foi internada pela primeira vez. Como está na instituição há mais de um ano, pode fazer atividades fora. Uma vez por semana, ela pratica capoeira, e faz aulas como aluna especial na Faculdade de Educação da Unicamp. “Esta é minha 6^a ou 7^a internação. Nem sei direito”, diz. “Em cada clínica que ia ficava questionando a metodologia. Cheguei até a fazer relatórios sobre o funcionamento de algumas”. Foi então que, admitindo que seu jeito não era o certo, e entendendo que tinha perdido o controle, aceitou o tratamento. “Agora estou bem”, diz. No entanto, há um nítido receio em sair da instituição e viver “com minhas próprias pernas” – o que só aumenta sua estada no local.

mulheres, estas foram avisadas pelos educadores de que os cigarros⁷⁴ seriam cortados. Tal medida causou insatisfação e revolta geral. Márcia protestou: “eu vim aqui pra parar de usar drogas, não pra parar de fumar, sem cigarro, eu não fico”. Diante dos protestos, a medida não vingou e os educadores voltaram atrás. Este ato, por si só, é bastante indicativo de que há uma certa confusão quanto às regras e à necessidade delas serem sempre revistas.

E principalmente no caso dos adolescentes menores de 18 anos, a situação é bastante difícil de ser controlada. Principalmente também porque, diferentemente das mulheres, a maioria veio por mandato judicial ou está em situação de abrigo – o que faz com que freqüentemente reclamem de como a instituição é organizada, da rotina, dos horários, do trabalho. Dani – que estava nas ruas – foi junto com um educador de rua conhecer a instituição num dos dias (são muitos esses dias) em que pensou em “se tratar”. Chegando lá, olhou o lugar e recebeu as informações sobre as normas. Assim que me viu, disse: “Não vou ficar aqui não, tia. Parece a Febem!”.

No que se refere à regra de que homens e mulheres não podem ter qualquer tipo de contato, ela é a que provoca maiores discordâncias. Márcia, por exemplo, está sempre envolvida com algum homem do local. Até o momento em que eu estava lá, ela já havia trocado cartas com três. Por isso, acaba sempre recebendo punições e sua data de saída cada vez aumenta mais. Soube depois que ela foi embora antes do prazo estipulado para o término do tratamento. Abaixo transcrevo, tal como no original, uma carta que ela me escreveu, durante uma reunião. Antes do início da reunião, ela me contou que estava “de

⁷⁴ São permitidos no interior da instituição cerca de 10 cigarros (de tabaco) por dia, com horários previamente estipulados – normalmente no intervalo das atividades diárias. Não é difícil perceber como também eles se tornam “moedas” de negociação e compra de silêncios, de amizades, de cumplicidade, de chantagens, etc. Não é difícil constatar também que a instituição partilha das definições valorativas de “drogas lícitas” e “ilícitas”, sem as problematizar muito, embora há um certo consenso de que o ideal é ficar também sem cigarro.

olho” em Rogério e que, já que não podia falar com ele, queria que eu fizesse o papel de mediadora⁷⁵:

“Tani, fala pra ele que eu também tenho muita vontade de trocar idéia com ele, mas que infelizmente não tem como; fala que eu tô muito preocupada com ele, tô com medo que ele vá embora, tenha uma recaída por causa de mim.

Em primeiro lugar ele tem que pôr Deus, em segundo a recuperação dele e depois pensar em qualquer tipo de sentimento. Fala pra ele nem se estressar com o que os meninos estão falando (que a gente se beijou e tal), que isso é mentira e ele não precisa se preocupar. É só não dar bola e falar que a única vez que a gente se falou, foi quando ele tava de ronda na casa do Padre e eu assustei e perguntei o que eles estavam fazendo ali aquela hora e ele respondeu que tava de ronda. Só isso!

Fala que eu sinto maior vontade de dar um abraço nele, mas que eu tô com a minha cabeça na minha recuperação e que depois que aconteceu tudo o que aconteceu comigo, de eu ter começado meu tratamento de novo, foi muito bom, pois eu pude ver **o grau da minha doença** e pude ter a certeza de que Deus está comigo. E que Ele tá me ajudando e dando forças pra tudo o que eu estou sentindo. Eu tô pedindo pra Deus guiar esse sentimento que eu venho tendo por ele (Rogério) e Deus tá me ajudando. Fala pra ele entregar tudo na mão de Deus, que tudo vai dar certo! Em setembro eu vou sair daqui e eu e ele têm muita vida pela frente, vale à pena a gente se privar esses seis meses e depois ter uma vida feliz, sem drogas.”

(Carta escrita por Márcia em 03/03/06, grifo meu)

⁷⁵ Fui colocada neste papel inúmeras vezes. Em alguns momentos, tive receio de que isso prejudicasse a minha permanência no local. Embora soubesse dos envolvimentos entre homens e mulheres, conversasse com eles sobre isso e lesse as cartas que trocavam entre si, nunca atuei diretamente nessas relações, nem mandei recados. Expliquei-lhes que não poderia fazer isso sob o risco de que, se o fizesse, seria repreendida pelos funcionários do local.

Para além de mostrar o relacionamento que existe entre homens e mulheres, apesar da proibição, esta carta é interessantíssima porque mostra em Márcia a incorporação do discurso institucional, ainda que tente manipulá-lo. Ao mesmo tempo em que ela diz a mim o que devo dizer a Rogério para falar aos educadores com o intuito de se livrar das punições, e que diz sentir vontade de abraçar e de falar com Rogério, Márcia têm que lidar com o fato de que isso é proibido e, agora, “depois de tudo” – ela se refere ao episódio de ter fumado maconha e cheirado antidepressivos⁷⁶ – ela viu o grau da sua “doença” e, portanto, deve se centrar no seu tratamento. É importante dizer que a idéia de “doença” é constantemente acionada.

O mais interessante – e talvez seja a grande diferença com relação a algumas trajetórias – é que ela sabe que esse período de privação é temporário e se refere apenas ao momento em que ela está nesta condição de interna em uma clínica, depois que sair dali ela será “feliz, sem drogas”. A referência a Deus “pra que ele guie meus sentimentos” está claramente de acordo com o terceiro passo e com os princípios religiosos da instituição.

* * * *

Em suma, é possível afirmar que todas as narrativas – ouvidas por mim ao longo das reuniões que acompanhei durante toda etnografia na clínica e, por fim, materializada na carta de Márcia – guardam consigo a semelhança de enfatizarem os aspectos negativos do

⁷⁶ Num dos dias em que não conseguiam ficar sem “drogas”, Márcia e Isabel, junto com Anderson, pegaram o resto de maconha que Márcia tinha em uma de suas malas e o fumaram. Como a quantidade era pouca – e a vontade grande – eles amassaram os antidepressivos que tinham e os cheiraram. O episódio foi descoberto pelos educadores e os envolvidos receberam como punição o aumento no tempo de tratamento. Embora esses episódios sejam repreendidos, é possível dizer que, por parte dos educadores, esses acontecimentos são até desejáveis, na medida em que eles servirão de exemplos do “grau de doença” dos adictos que, ou internalizam o discurso da instituição, ou serão considerados ainda mais doentes.

uso de “drogas”. Entre eles, os principais são: a dor e o sofrimento tanto do indivíduo como de seus familiares, o envolvimento com a criminalidade (mostrado no capítulo 1), mortes de amigos⁷⁷ e trajetória de muitas recaídas e internações.

No entanto, essas narrativas, mais que revelar (e de fato revelam) situações extremas do uso de “drogas”, só podem ser compreensíveis – e até mesmo possíveis – quando se observa mais atentamente o contexto institucional da clínica e o formato das reuniões que incentivam e promovem uma forma específica de selecionar fatos de uma trajetória com “drogas” que, apesar do rumo que tomou, nem sempre foi dolorosa. As experiências de prazer e de contentamento são esquecidas, isto é, são propositadamente esquecidas. Essa edição ocorre porque, como já escrito, há uma “sugestão” (que nesse caso funciona como “obrigação” à medida que a “pirâmide de olhares” vai se fortalecendo) de que não se deve falar da vida na “ativa”, quando se usava “drogas”. Mas a regra é que não se deve falar desse uso *fora* das reuniões. Durante as reuniões, ao contrário, essa fala é incentivada e até mesmo orientada, como já disse, no sentido de estabelecer uma seqüência narrativa que resgata a lembrança dos aspectos negativos da experiência. A partir desta lembrança é que o tratamento adquire êxito, que a idéia de “doença” se concretiza e que se almeja a possibilidade de viver “sem drogas”. Como disse Vanessa, é apenas quando se chega ao “intolerável limiar da dor” que se aceita a perda de controle e que se abre para receber o tratamento. É esse “intolerável limiar” que a instituição se esforça para

⁷⁷ Clara, por exemplo, tinha uma grande amiga para quem sempre ligava quando estava “muito louca” e não tinha como voltar pra casa. Numa das vezes em que ligou para ela, estava tendo um tiroteio na “boca” e uma bala perdida acertou sua amiga, que morreu no local. Acredito que, em alguma medida, estas experiências muito recorrentes nas falas dos internos, podem ser interpretadas a partir de uma literatura contemporânea que trabalha com a idéia de *trauma* (um evento único e marcante vivido pelo indivíduo) criada pela psicanálise, mas que a ultrapassou na medida em que se mostrou relevante como instrumento de interpretação da realidade para entender uma sociedade *pós-catástrofes*, criadora de “sobreviventes” e de “testemunho(s)” (enquanto gênero literário). Entre os principais autores, estão Zigmund Bauman (1998), Primo Levi (1988,1990), Marisa Maia (2003) e Márcio Seligman-Silva (2000, 2003).

estabelecer. Assim, há uma forma institucional que fundamenta a lembrança da experiência, organizando-a de modo a enfatizar os aspectos de sofrimento ao longo de uma trajetória com “drogas” que nem sempre foi feita somente disto – como a inconstância do tratamento parece revelar.

- *Nas cantinas*

Ao longo das falas dos estudantes da Unicamp foi possível apreender outras experiências e outras formas de relações com as “drogas”, num primeiro momento muito distintas das lembradas pelos internos da clínica. Como se verá, neste contexto há uma ênfase nos aspectos positivos e prazerosos do uso de “drogas” que justifica a sua continuidade e até mesmo o seu lado negativo que, neste caso, pode funcionar como demarcador de limites e sinalizador de até onde se pode ir com o uso. Mas a ênfase nos aspectos positivos em detrimento dos negativos se torna mais interessante ainda quando equacionada a uma das principais características desse segmento social: a suposta reflexividade e/ou racionalização da experiência. Antes de seguir com o argumento, porém, mostro como, de maneira geral, as “drogas” vão se tornando parte de uma trajetória individual e social.

Todos os estudantes com os quais conversei experimentaram maconha com amigos, primos, “pessoal da escola” e/ou com os namorados e namoradas. Com exceção de Simone – que usou maconha na moradia estudantil – todos o fizeram antes de entrar para a universidade. Entre eles, era comum o receio da “primeira vez”, “sentia vontade de experimentar, mas ao mesmo tempo tinha medo”: medo de se descontrolar, de “ficar diferente”, de “fazer alguma besteira em público”. Aos poucos foram vendo pessoas

próximas usando e percebendo que “não era tão horrível assim”. E experimentaram. Além da maconha e depois de “passado o medo”, todos já tiveram contato com outras substâncias, embora nem todos tenham seguido esses usos continuamente. Cocaína, solventes, LSD, êxtase, chá de cogumelo, “daime” e algumas misturas entre esses componentes configuram a lista das principais substâncias utilizadas, que estão mais ligadas a contextos de festas e de viagens uma vez que na universidade é nítido senão a preferência, ao menos o uso de maconha é o único realizado rotineiramente. Hélio, por exemplo, fuma maconha todos os dias. “Guardadas as devidas proporções”, disse-me ele, “é como se eu bebesse água”. Ele faz também uso da maconha para trabalhar. Como é músico (toca principalmente solos de violão e é bastante ligado a músicas instrumentais), “gosto da percepção que a maconha dá para a música. Já cheguei a sentir o movimento dos meus dedos de um jeito que nunca tinha percebido antes, além de me fornecer uma sensibilidade mais apurada”. Mas, no seu caso, há um porém: embora a maconha aumente a sua sensibilidade, ela também “me abre” para uma improvisação que ele não gosta porque “sou muito formal. Gosto da forma, de ter memória e de repetir a música”.

Com exceção dos que fumaram cigarro, poucos foram os que sentiram o “barato” na primeira vez que experimentaram. Maria, por exemplo, que fuma cigarro desde os 13 anos, só experimentou maconha aos 16, em uma excursão do colégio. Gostou muito dos efeitos e já os sentiu “de primeira porque já sabia tragar”. Somente com a seqüência dessas experiências, é que esses estudantes foram aprendendo a sentir os efeitos prazerosos⁷⁸ e foram observando que podiam fumar e ir para a aula, ou fazer as atividades do dia, sem que

⁷⁸ Em seu estudo, Becker mostra como para se obter prazer, é preciso saber um jeito certo de fumar, a técnica adequada, o modo que a droga produz os efeitos. Esse saber é capaz de mudar a concepção que se tem das drogas. E aprende-se também a gostar dos efeitos. Para Becker: “uma pessoa não pode começar a fumar *marihuana* por prazer, nem continuar fumando por prazer, a menos que aprenda a definir seus efeitos como prazerosos, a menos que a droga se transforme em – e continue sendo – um objeto capaz de produzir prazer” (Becker, 1971:61, tradução minha)

os outros percebessem. Muitos já tiveram prejuízos como faltar às aulas, ficar vários dias “de ressaca física e moral”, não comparecerem a compromissos, ser reprovado no curso. Ana diz ter chegado à conclusão de que estava com “dependência psicológica” de maconha: “fumava todos os dias, ia para a aula depois de ter fumado, eu comecei a não me sentir bem”. Ou tiveram “*bad trips*”. Fernanda usou ácido numa festa e começou a sentir a sensação de “que estava sozinha, ninguém gostava de mim. Tive de ser levada pra casa”. Stella chegou a ter uma “crise de ansiedade”, depois de ter fumado maconha por muitos dias seguidos. “Meu coração começou a disparar. Achei que ia morrer”.

Fumam em suas próprias casas ou em casas de amigos, no interior do campus universitário e em festas. A despeito das “viagens erradas”, normalmente gostam das sensações e entendem a maconha ao mesmo tempo como um veículo para “esquecer do mundo” e para aumentar o “conhecimento de si”. Isso é importante porque, nesse contexto, há uma idéia de que fumar maconha está intrinsecamente ligado a uma suposta “vida universitária” que congrega a saída da casa dos pais, a conquista de uma certa autonomia e de uma “turma própria”, a “descoberta de outras pessoas com outros valores, logo, a descoberta de mim mesmo”, bem como a crítica a determinados padrões de comportamentos considerados “caretas”, “conservadores”. Ao congregar esses aspectos, as “drogas” entram como um meio de se dizer “libertário”, “aberto para as experiências e para as possibilidades do mundo”, e aberto a “me conhecer”.

De maneira geral, esses usos parecem estar relacionados com experiências individuais e conflitos existenciais. Fernanda, por exemplo, diz que parou de usar “drogas” porque sofre de “transtorno bipolar compulsivo” em que alterna estados de euforia com estados de tristeza. E as “drogas” potencializam isso: “se estou triste, fico mais triste; se estou alegre, fico mais alegre”. Ela acha que não consegue modificar esse seu modo de

estar no mundo, no entanto já consegue ter mais “recursos internos” para refletir sobre a vida ao seu redor e para ter consciência de si mesma e de seu corpo. Assim, o uso de “drogas” está relacionado com um jeito seu de ser “diferente”, “de encarar o mundo de um jeito diferente”. Por cerca de dois anos, fez uso de “drogas” diariamente. Continua usando, mas já com intervalos de tempo maiores.

Felipe foi quem usou a idéia de “fuga”. Segundo ele, “fumar maconha é um jeito de fazer passar meus dias quando não sei como enfrentá-los”. Maria usou cocaína “umas três vezes”. “Gostei muito, eu ficava acelerada, comunicativa, super inteligente, divertida, estimulada”. Mas ao mesmo tempo que gostou teve medo, porque sabe que se continuar pode “se perder”. Tenta ficar longe para não experimentar. “Como sou tímida e às vezes tenho tendências depressivas, tenho muito medo do que possa acontecer. Por isso prefiro ficar longe”. Através das suas falas, é possível perceber que há uma íntima injunção, vivida como conflito existencial e/ou como escolha consciente, entre os aspectos positivos e os aspectos negativos das “drogas”.

É nesse sentido que a questão das “drogas”, no caso dos estudantes universitários, parece ser uma questão que está ligada mais à mente e ao seu estado emocional, e à abertura de “outras perspectivas”, que propriamente ao corpo. Falam sempre em primeira pessoa e, em suas narrativas, insistem em dizer das suas experiências e suas preocupações como se elas fossem “únicas”, no sentido de que acontecem apenas com eles. No entanto, não há uma idéia clara de controle, se tiver usam. Se tiver todo dia, usam todos os dias, mas se não, não. “Não é nada programado”, me disse Hélio. Quando estão sozinhos, normalmente usam no fim do dia ou durante a madrugada, dependendo do ritmo da pessoa. Usam sós quando querem “um tempo para si”, “um momento meu”, “um tempo onde não penso em nada além daquilo que realmente me preocupa no mundo”, “uma hora em que

fico cá com meus pensamentos”. Mas ao mesmo tempo em que o uso está ligado a esse estado “íntimo”, “pessoal”, ele também está sempre relacionado com a sociabilidade, com o uso em grupo, no interior da universidade, quando se juntam para discutir filosofia, sociologia, política, psicologia, artes em geral ou em festas em casas de amigos que se reúnem também para dançar e conversar. Há inclusive, na Unicamp, horários programados para o consumo de maconha: a “rodinha das três” (horas), a “rodinha das seis”. Vale dizer que embora esteja presente um caráter lúdico, de diversão e de prazer, este não está descolado de coisas que consideram fundamentais. No caso, “conversas interessantes sobre idéias”, “com pessoas parecidas comigo”. Isto porque sempre se usa com os amigos, é com amigos que conseguem ter conversas legais, “a turma é divertida”, “a gente dá muita risada e se descobre junto”.

É importante enfatizar que, como entre os “nobres” de Gilberto Velho, a idéia de “mudança” pessoal é recorrente. Buscam “me tornar uma pessoa melhor”, “não ter sentimentos ruins”, “me encontrar”, “só fazer coisas que têm a ver comigo”, “me respeitar”. Desejos esses que parecem estar de acordo com o que Foucault (2004) chamou de “conversão a si”. Segundo ele, um deslocamento⁷⁹ em que o sujeito deve ir em direção a uma coisa que é ele próprio. E, no caso dos estudantes universitários, as “drogas” acompanham essas trajetórias. Fernanda, por exemplo, diz que diminuiu a quantidade “quando descobri que não precisava mais me violentar para ter amigos”. Ana, por sua vez, diz que percebeu o quanto a maconha estava lhe fazendo mal e “o quanto estava me desrespeitando e desrespeitando o meu corpo”. Soube de um trabalho com ayahuasca, experimentou e “foi a experiência mais intensa que tive em toda a minha vida”. Desde

⁷⁹ “Deslocamento, trajetória, esforço, movimento: é o que devemos reter na idéia de conversão a si” (Foucault, 2004: 302).

então, parou de fumar maconha e só toma o chá “porque sei que sozinha, não dou conta de ficar bem. Das substâncias, a melhor”.

Em suma, e de modo geral, há entre os estudantes universitários da Unicamp entrevistados uma idéia de que os corpos e as “drogas” devem ser usados como veículos para o auto-conhecimento e para a descoberta do verdadeiro “eu”. Nesse sentido, o uso de “drogas” e o estado emocional da pessoa estão intimamente ligados. Assim, usar “drogas” (principalmente maconha e LSD) é bom porque “relaxa”, porque te traz “paz interior”, “porque te faz ver o mundo de outro jeito”, porque “te abre a cabeça”, “porque te mostra que há muitas coisas na vida que valem a pena, e outras com as quais nem vale a pena se preocupar”, porque “mostra o que você realmente é, mas que as máscaras que você usa no dia-a-dia não te permitem ser”, porque “maconha potencializa o seu estado de espírito: se você estiver depressivo, você fica mais depressivo; se você estiver alegre, você fica mais alegre”, porque “quem nunca usou ácido, não viveu”.

Essa diferença na maneira de verbalizar e/ou explicar a experiência com as “drogas” faz com que atentemos para o que parece configurar um traço diacrítico desse segmento social: a tentativa de fazer com que tal experiência encontre uma reflexão capaz de justificar seu envolvimento com “drogas” e sua trajetória pessoal. Antes, porém, é preciso deixar claro que tal atitude não se reduz às “drogas”: a experiência reflexiva configura grande parte do estilo de vida e visão de mundo desse grupo. Todavia, o que pretendo chamar atenção é para o fato de que, com relação às “drogas”, isto fica interessante à medida que esta suposta reflexão estabelece a distinção classificatória entre os “caretas” e “nós”, valoriza determinados aspectos da experiência e enfatiza o seu caráter libertário e libertador, de mudança, autoconhecimento e atitude diante do mundo.

Neste universo, está presente, mais no discurso que propriamente na prática, a valorização dos aspectos positivos, “transcendentes”, “mágicos”, prazerosos que o uso de “drogas” pode proporcionar. Mesmo que na prática os efeitos sejam dolorosos, como algumas “*bad trips*” parecem indicar, há uma resignificação da experiência com o intuito de indicar que se “exagerou na dose”, “tive *bad*”, ou que “estava num dia ruim, por isso não foi legal”. No entanto, como escrito no início desse item, esses discursos também se tornam inteligíveis apenas quando vistos em relação a uma certa concepção de “vida universitária” que congrega uma série de aspectos importantes ao longo de uma trajetória; e em relação a uma determinada noção de “juventude” (como mostrei no primeiro capítulo) baseada na idéia de que “na vida, o que vale é aproveitar cada instante”, com toda a sua “intensidade”, e conseqüências decorrentes. Somente ao vislumbrar essas íntimas conexões, é que foi possível compreender como as narrativas sobre “drogas” dos estudantes universitários congregam o caráter “transcendente”, “mágico”, “libertador” de uma experiência que promove sociabilidade ao mesmo tempo em que promove mudança e autoconhecimento; e o caráter negativo que, neste caso, funciona como um demarcador da “viagem certa” e como indicador de limites.

- *Nas ruas*

No cenário da rua, de modo geral, o meu acesso às concepções e vivências com “drogas” entre os meninos de rua aconteceu do seguinte modo. Estamos conversando sobre um assunto qualquer quando, repentinamente, os escuto combinando quem vai buscar o “bagulho” para “fazer um lance”. Imediatamente algum “some” (quando precisam buscar a “droga”) ou todos “somem” (quando já estão de posse dela). Daí, só me resta observar de

longe o que é possível. Enquanto alguns se dirigem à praça localizada a uns quinhentos metros do semáforo, uma pessoa se encarrega de ir até um posto de conveniência que tem por perto para pegar um guardanapo, que serve de “seda” para fumar a maconha. Às vezes, vão até à “favela”⁸⁰ e minha observação torna-se nula. Assim que retornam, em no máximo meia-hora, comentam sobre o uso, ou ainda estão sob efeito das substâncias.

Foi assim que ouvi de Mário que gosta de “cogumelo” porque dá um “tuim” no cérebro e isso é “muito bom”; que vi Dani voltar com os dedos cheios de cola, totalmente desnorreado, sem andar em linha reta, enrolando a língua para falar, não conseguindo manter os olhos em uma única direção. Foi assim também que vi Pedro ainda com seu copo de cola, sob o efeito da “droga”, mas bastante sem graça com a minha presença, não querendo continuar o uso comigo perto e que senti Cristiano com um cheiro de tinner insuportável ao meu nariz. Mais de uma vez observei algum deles juntar cinco reais que “dá pra uma pedrinha” e em seguida “sumir” por quinze, vinte minutos. Junta-se um dinheiro, que varia entre três e dez reais, vai-se de ônibus até à “favela” “fumar um” e volta. Às vezes, uma pessoa se encarrega de ir até à “favela” e trazer para os outros. Como a idade é muito variável, normalmente são os menores de 18 anos os que buscam e os que “seguram” a “droga” até ela ser ou dividida a todos ou repassada ao comprador. Isto porque ter 18 anos significa a chegada à maioridade penal, ou seja, o fato de que podem responder processualmente e inclusive serem presos. Há uma regra de solidariedade: quem tem sempre divide com os outros. Isso cria vínculos no momento mesmo em que cria dívidas. Ao fumar a “droga” de um amigo, automaticamente entram no *hau*: a oferta terá de ser retribuída.

⁸⁰ “Favela” é o termo que eles usam para referirem-se ao local onde conseguem “drogas”. Do que consegui apreender, tratam-se de duas favelas da cidade de Campinas: O Jardim Itatiaia e o Jardim São Fernando. Mas esse termo é também equivalente à “boca”, e não sinaliza um local específico.

As substâncias mais usadas são maconha, crack, cola, tinner e algumas misturas como “mesclado” (cigarro + maconha), “pitolho” (cigarro + crack), “cogumelo” (cigarro + cocaína). Trabalhar no semáforo, realizar pequenos furtos e roubos, vender “drogas”, caminhar pela cidade, fazer um serviço para alguém e adquirir bens que possam ser trocados por “drogas” figuram como suas principais atividades diárias. Ainda que possuam um certo receio de usar “drogas” na minha frente, e ainda que eu tenha presenciado muito dos efeitos desses usos, o receio acaba quando se trata de contar sobre como ficam quando estão na “nóia”, sobre o que vêem, sobre os efeitos, sobre o que sentem. De maneira geral, contam juntos. Ao mesmo tempo. Sempre em tom de diversão e dão muitas risadas ao falarem disso. Isso parece indicar que ainda que não haja uma racionalização exaustiva do porquê desse uso, como há entre os estudantes universitários, há uma intencionalidade presente nesses atos. Por exemplo, o mesmo Tiago que me repreende por só fazer “pergunta tonta” e que não quer conversar comigo a respeito do seu uso, chega depois de 10 minutos para me contar que ganhou seis reais e que já dá “pra uma pedrinha” e sai para fumá-la⁸¹. Patrícia também ficou muito sem graça, quando ela e Cristiano voltaram do uso e porque ele começou a “zoar” dela dizendo que ela tinha fumado crack em uma “latinha tão nojenta, que tinha até barata”. Ela me falou, quase chorando e tentando bater nele: “é mentira, tia, eu só fumo no cachimbo”.

Já ouvi também várias vezes eles dizerem que algum deles começou a “viajar” no crack e ficar com a “nóia” de que a polícia estava ali, ou de que ela “ia chegar”. E eles davam muita risada, dizendo “não tinha nada, mas ele tava tão noiado”. Algumas brigas

⁸¹ Refiro-me ao dia em que Tiago me disse que tinha acordado muito de madrugada porque passou frio. Perguntei-lhe: “se eu te trazer uma coberta, você vai trocá-la por drogas?” Ao que ele me respondeu: “tia, você só faz pergunta tonta. É claro que não”. Virou as costas e foi para o sinal. Mas voltou em seguida pra me contar que tinha ganho seis reais e que estava contente porque cinco reais “dá uma pedrinha”, indo embora em seguida.

acontecem assim. Como quando André contou que tinha batido em Jeremias porque este “tava tão noiado” que começou a achar que André era “polícia” e foi para cima dele. André, “pra se defender”, bateu. Contou-me isso com o pulso todo machucado. Em atividades com os arte-educadores, freqüentemente desenham cachimbos onde fumam o crack e a planta da maconha, ou escrevem expressões como “o bagulho é doido”, “bom é viver na vida loka”, “o juiz é a nóia”. Muitas conversas como essas foram interrompidas para que eles fossem “fumar um beque”. Aos poucos, fui percebendo rapidamente quando alguém chegava com “droga”. Imediatamente saíam. Mas como sabiam que logo voltariam e que eu os esperaria voltar, muitos me pediam para segurar coisas como o radinho de Dani, o copo cheio das moedas que ganharam ao longo do dia, blusas de frio, refrigerante, comidas que ganhavam, etc. Roberta já chegou a me convidar para ir junto ficar com eles enquanto fumavam. Pedro olhou feio e falou um sonoro “não” ao que Roberta replicou: “mas ela sabe...”

Todos usam as mesmas “drogas”, embora não na mesma quantidade, nem ao mesmo tempo. Escolhem as substâncias dependendo da hora do dia, do recipiente onde é preparada e consumida, e de como o corpo está no momento. Por exemplo, Roberta diz que gosta de “fumar um beque” e que “só uso crack se for no cachimbo”. Alguns vão “só pra acompanhar e uso o que tem”. Pedro, por sua vez, gosta só “da paulada⁸² que o crack dá. O resto é fraco”. Cristiano gosta é “da lucidez do tinner”. Gastam entre 20 e 80 reais por dia com “drogas”. Quando o dinheiro do sinal não dá, fumam a de alguém ou realizam pequenos “negócios” no comércio das “drogas”. Alguns até fazem desse uso uma identidade. Quando conheci Eric ele se apresentou a mim da seguinte forma: “sou mais um dos que fica no sinal e usuário do bagulho”.

⁸² Pedro conta que quando usa crack sente “como se alguém desse uma paulada na minha cabeça”.

Já presenciei a fase da “fissura”, quando eles ficam quietos ou muito agitados porque querem usar “droga” de qualquer jeito. Pedro fica eufórico dizendo querer uma “pedra” para dar uma “paulada” e grita “quero uma paulada”, “quero uma paulada”. Às vezes, a “droga” falta e eles não têm como comprar. Isso ocorre com uma relativa frequência, uma vez que compram e usam “picado”, conforme o dinheiro vai aparecendo. Compram, usam, fazem mais um dinheiro e quando voltam para comprar, já não tem mais. Ou às vezes não tem pedra “da boa”. Pedro usa mesmo assim, mas Roberta não. A diferença entre a pedra “boa” e a “ruim” tem a ver, segundo eles me dizem, com a consistência e com a mistura. E a pedra “boa” tem que ser diluída só no bicarbonato, “é amarelinha”. Há, portanto, uma “ciência do concreto” que vai se fazendo no decorrer da vivência com as substâncias e com os outros usuários.

Entre as classificações que fazem, a maconha não é considerada “droga” porque ela “não dá nada”, “é só pra ficar curtindo”, “pra dar risada” e também porque o crack “detona” tudo. Quando fumam crack, ficam na “nóia”, com bastante medo; já com a maconha não. Dani, por exemplo, desde que fugiu da FEBEM de Mogi Mirim, está sem usar crack, “só maconha”, “pra curtir”. Além disso, a maconha “engorda”. E na rua, estar bem é “estar gordo”. Sabe-se que alguém usa “pedra” (crack) e “farinha” (cocaína), “porque fica só o caco”, emagrece. E ainda segundo essa classificação, as mulheres se “acabam” primeiro que os homens. Um exemplo interessante dessa classificação ocorreu quando surgiu a possibilidade de Roberta ir passar um final de semana na casa de sua mãe junto com Pedro, seu namorado. Ela estava aflita, pois não queria que ele usasse crack na frente de sua mãe. “Só maconha”. Ela o avisava disso a todo momento e inclusive disse que ia comprar toda a maconha necessária para que ele não sentisse falta do crack e não precisasse sair para comprar. As “drogas” ainda servem como demarcação de prestígio e hierarquia, e há uma

certa valorização daqueles que consomem “drogas” como crack e tinner, mas não se “acabam” com elas.

Eles têm muito medo de serem presos. Mesmo os que nunca foram, sabem que isso pode acontecer a qualquer momento. Ainda que suas contravenções não se restrinjam ao uso de “drogas”, principalmente os mais velhos evitam usá-las em lugares onde a polícia pode aparecer. Os adolescentes sabem que ser homem e morar na rua implica em estar sempre em confronto e em conflito com a polícia e que, portanto, “todo o cuidado é pouco”. Alguns, como Cristiano, de 19 anos, de tão “doido” que estava, já chegaram a perder os limites desta relação. Foi o próprio Cristiano quem me contou do dia em que tinha cheirado tinner “dez horas seguidas” e foi para o farol tentar arrumar algum dinheiro. Como demorou um “tempão” para conseguir, tinha decidido roubar. Viu aproximando-se um carro grande com vários homens vestidos de cinza e com vassouras nos ombros. Imaginou ser os funcionários da prefeitura responsáveis por varrer o local. Lançou mão do seu caco-vidro⁸³ para intimidá-los quando “voltou a si” e viu que se tratava de um carro da polícia e que as vassouras eram “metralhadoras”, segundo ele. Sem ter como escapar, foi pego e “apanhei a noite toda”. Aqui, tráfico e uso são realidades que se confundem e se há algo que une esses jovens, esse algo é o medo e a desconfiança da polícia.

Sem dúvida, muitos dos seus problemas, principalmente com a polícia, têm a ver com o fato de que estes usos são indissociáveis de outras atividades que transgridem a Lei. E, como no caso das “drogas”, eles também falam muito sobre o assunto, mas não realizam tais infrações na minha presença ou na presença dos educadores. Portanto, elas também aparecem como narrativas daquilo que é vivido enquanto não estão nem no semáforo, nem

⁸³ Cristiano é conhecido na rua como “o rei do caco de vidro”. Diz ter se especializado em roubar com essa “arma branca”.

próximo à “casa”. Essas narrativas são sempre contadas com um “ar” de aventura. Alguns adolescentes, inclusive, se vangloriam desses atos e os utilizam para afirmarem posições de hierarquia e respeito, como com as tatuagens e com as “drogas”.

Portanto, não é nada difícil ouvir suas narrativas. Numa das caminhadas que fiz com eles, passávamos em frente a uma loja de instrumentos musicais, quando Patrícia me contou que já havia roubado aquela loja. “Pegamos as coisas e fomos direto pra boca”, disse-me. Ou quando contei que morava em Barão Geraldo e ela já veio me falando que conhecia o local, devido aos vários roubos que já realizou no distrito. Presenciei também o dia em que Dani e Patrícia chegaram à “casa” contentes porque acabavam de roubar um celular e este já era o terceiro que roubavam desde o dia anterior. Conseguiram passar os três “pra frente”. Eles venderam dois por cinquenta reais e o terceiro, Dani trocou por um celular “limpo” e ainda ganhou “vinte reais de volta”. Patrícia me contou detalhes do assalto, de como abordou a “vítima”, do medo que teve de alguém pegá-la, das roupas que pegou de Dani para disfarçar as que usava embaixo. Disse que até teve dó da “vítima” – que só chorava, “mas o celular era da Claro, tia, uma gracinha!” Falei que tem como as “vítimas” bloquearem o celular e ela me disse que para resolver isso era só fazer “um direto”⁸⁴. Quando perguntei: “mas quem faz isso?” ela me falou, olhando nos meus olhos: “tia, tá perguntando demais”. Então percebi até onde poderia ir com minhas perguntas, uma vez que elas não poderiam atrapalhar nem a narrativa que me contavam, nem o fato de que estas contravenções se passam em um lugar longe dos meus olhos, onde outras pessoas – algumas delas perigosas – estão envolvidas. Quebrar essa “regra” poderia ser fatal.

⁸⁴ “Direto” é uma operação feita nos celulares roubados para que eles possam funcionar, mesmo depois de bloqueados. Paga-se cerca de 150 reais e é possível fazer ligações sem nenhum custo fora esse por cerca de 5, 6 meses.

E são inúmeros os exemplos dos furtos: um dia, cheguei ao farol e comentei com Patrícia que estava bonita e ela me falou: “isto é porque você ainda não viu a blusa que eu roubei”. E foi até a Casa pegar a blusa para me mostrar. Era uma blusa de frio cor-de-rosa dessas que se encontram em lojas populares. É importante dizer que, embora a narração dos roubos e furtos me chegue como narrativas, esses atos ocorrem de fato – como a blusa e os celulares confirmam – e produzem efeitos reais. Patrícia foi presa e continua presa até este momento de escrita. Ela voltou para a FEBEM de São Paulo. Ninguém a visitou. “Nem a mãe dela”, disse Dani. Dani também foi preso durante a pesquisa. Estava em frente a uma loja do Pão de Açúcar junto com seu irmão, que acabara de ser solto da UIP (Unidade de Internação Provisória). A polícia o viu, desconfiou, “baixou sua ficha” e o levou preso, pois “na ficha” constava que ele estava em quebra de LA (Liberdade Assistida) e era fugitivo. Sobre o ocorrido, Roberta comentou que “não tem jeito, na rua é assim: quando um sai, outro entra”. Também isto é previsível. Dani voltou a fugir da FEBEM e está nas ruas novamente como “fugitivo”. Para evitar ser pego, não dormia na rua – ia dormir na casa da mãe, mas vinha ao semáforo todos os dias. Com roupas limpas, cabelos cortados, tênis. Está mais gordo e evita ser confundido com um “menino de rua”. Disse inclusive que pararia de usar crack – só maconha. Mas sua promessa não durou muito: em três semanas já estava de volta ao cotidiano da rua, já estava de volta ao crack e ao tinner e dormindo na rua, embora se esforçasse para ficar com uma aparência que não o denunciase.

Esses meninos circulam por diversos espaços sociais e institucionais e são bastante conhecidos dos transeuntes da cidade – o que faz com que eles tenham de lidar com uma profusão de discursos a respeito das “drogas”. Na maioria das vezes, esses discursos condenam e criticam o uso que eles fazem das substâncias. Os meninos, por sua vez, ainda que na prática e nas narrativas sobre a “nóia” pareçam gostar deste tipo de experiência,

quando se trata de enunciá-la também a concebem a partir de um discurso conservador. Consideram as drogas “ruim”, “coisa errada”, “do mal”. “Com drogas, a gente só se afunda”, disse Pedro que usa “drogas” todos os dias.

Assim, nessa forma de vida sinteticamente retratada através desta etnografia e nesse modo de contar experiências que mistura gosto pela aventura, uso de “drogas”, contravenções legais e negociação constante do espaço, os adolescentes que vivem nas ruas do centro de Campinas criam uma relação específica com as “drogas” que vão se tornando mais que meras substâncias a serem consumidas e experimentadas. Elas constituem parte importante da dinâmica do cotidiano previsível, mas também conflituoso e hierárquico. O dia-a-dia com a rua vai permitindo a esses adolescentes a aquisição de um saber próprio sobre todas as relações que envolvem seu cotidiano que implica em encontrar tanto a “droga” certa e a “dose” adequada, quanto as “boas companhias”. Saber esse que é a garantia de “não se acabar”, de conquistar um “bom relacionamento” e de pertencer a um grupo que, no limite, é a garantia da própria sobrevivência social e física desses meninos nas ruas.

- ***Racionalizando a experiência...***

Ao longo desta exposição, que juntou narrativa e etnografia, busquei mostrar como as diferentes concepções sobre “drogas” presentes em cada universo investigativo só são passíveis de compreensão levando-se em conta os contextos etnográficos no qual essas narrativas se localizam. Ou seja, esses contextos produzem e são produzidos de tal modo por valores, imaginários e relações específicas com as substâncias que, por sua vez, vão se ligando e se conformando a uma trajetória individual e social singulares. Busquei também

mostrar, através da etnografia, como as representações correspondem a comportamentos efetivos e como esses comportamentos se balizam, de alguma forma, por essas diversas representações sem, contudo, falar em uma relação causal de determinação unilateral. A questão não é o quê implica em quê, mas sim dizer que comportamento, representação e posição no espaço social se encontram juntos e não podem ser compreendidos separadamente.

É claro que, num primeiro momento, muitas dessas distintas concepções podem ser explicadas pelo acesso que tive a essas pessoas. Na clínica, o contexto institucional não me permitia, por exemplo, conversas mais demoradas, como as que tive com os estudantes universitários; nem observações mais profundas, como as que realizei com os meninos de rua. Provavelmente se encontrasse um desses estudantes universitários na clínica, teria escrito outra coisa a respeito dele e, possivelmente, foi justamente o fato de tê-lo encontrado numa cantina da universidade que permitiu com que ele falasse de “drogas” da maneira como apresentei no item *nas cantinas*. Mas creio que isso, longe de invalidar a pesquisa, mais uma vez mostra a importância de apreender a questão das “drogas” a partir do contexto social de onde ela emerge, bem como atenta para as possibilidades da comparação.

Além disso, é preciso dizer que as experiências individuais se transformaram, ao longo deste relato etnográfico, em experiências de um grupo social, pois pude notar, a partir das minhas observações, como a história de envolvimento com “drogas” de uma pessoa na rua, por exemplo, quando comparada às outras histórias de outras pessoas que também viviam nas ruas, poderia ser, em alguma medida, generalizada. A mesma afirmação vale para os outros cenários. Ou seja, sei que essas histórias são expressões e interpretações de um indivíduo a respeito de sua experiência com “drogas”, mas na interconexão desta

experiência com outras, elas puderam ser generalizadas como uma experiência grupal e social. Embora, individualmente, cada narrativa tenha o seu valor, meu foco aqui pretendeu compreendê-las sob a lógica do quê elas revelavam a respeito de uma relação social, que é a relação com as “drogas” singular a cada contexto, mas que, vista em perspectiva comparativa, indica distintos modos de concepção e vivência com estas substâncias.

Portanto, foi só ao longo dessa *démarche* metodológica, que chamou atenção o fato (já relatado neste capítulo) de que há, entre os universitários, uma ênfase na verbalização e na justificação de tal prática, em muitos momentos, excessiva. A pergunta que fiz para os meninos de rua, vale aqui também: o que esse tipo de explicação extremamente verbalizada sobre as “drogas” neste contexto específico poderia nos dizer não só sobre esse segmento mas também sobre suas formas de usos de “drogas”? Mais ainda: o que essa explicação pode nos dizer sobre as diferenças de verbalização, principalmente se as compararmos com as dos meninos de rua e as dos internos da clínica?

Voltemos à etnografia. Usar “drogas” é, para os estudantes universitários, atitude merecedora de ampla reflexão, que acompanha as suas trajetórias; trata-se de um ato concebido como escolha e opção de um estilo de vida e de um determinado modo de “estar no mundo” intimamente relacionados, como já escrito, com uma suposta idéia de vida universitária e com a busca pelo autoconhecimento. Nesse contexto, o uso de “drogas” está relacionado também com uma profusão de valores que abarcam a música adequada, os autores preferidos, um determinado modo de se vestir, locais de encontro semelhantes, uma “atitude” diante “da vida” e posturas que vão ganhando as conotações de “libertárias”, “despreocupadas”, “desprendidas”, “abertas”.

Não que essa reflexão e essas correlações não existam entre os meninos de rua ou entre os internos da clínica. Como procurei mostrar, elas existem e se dão, no caso da

clínica, a partir do contexto institucional que seleciona a memória da experiência, e no caso da rua, a partir de uma injunção mais complexa que envolve acima de tudo um saber de rua sobre a vida nas ruas. Sobretudo no cotidiano da rua, há uma homologia (que com o tempo passa a ser visível) entre o uso de “drogas”, a solidariedade com a comida, as infrações, a afetividade, as tatuagens e o cenário urbano que potencializa a circulação e a “viração”. Em todas essas práticas, vê-se um universo marcado, antes de tudo, por regras e regularidades de relações. Não é à toa que, por exemplo, são os menores de 15 anos os maiores de consumidores de “drogas”. Acredito que isso é indicativo de uma certa reflexão que se desenvolve ao longo da experiência com a rua e com esse universo que possibilita, pela prática, a aquisição de um saber concreto a respeito da “droga” certa, da dose e da qualidade desejadas. Um saber que lhes garante maiores chances de sobrevivência, bem como uma planejada gestão das dívidas e dos confrontos. E uma lógica interna a essas práticas que indicam, sim, uma racionalização em torno da experiência. Esses adolescentes trazem ainda, através das marcas em seus corpos, suas próprias histórias. As marcas ficam e “falam” de conflitos gerados no enfrentamento com a polícia, com o cotidiano da rua, com as instituições presidiárias, entre os grupos rivais, entre eles próprios, e do uso que fazem das “drogas”. Há, portanto, uma homologia que se apreende a partir de todas essas relações concretas, práticas e corporais.

Isto posto, o que pretendo é chamar atenção para o fato de que, especificamente no caso dos universitários, trata-se de uma experiência fundamental e excessivamente verbalizada. Para eles, é a própria prática de consumir “drogas” que precisa ser continuamente refletida, elaborada e traduzida como um comportamento “consciente”, “desejado” e “autêntico”; como uma experiência que implica necessariamente em falar de uma trajetória pessoal de “conversão a si”. Frente a isso, faço as seguintes perguntas: essa

fala estaria justificando o uso de “drogas”, já que se trata de uma prática considerada ilegal e moralmente condenada por muitos setores da sociedade? Ela implicaria, para além de uma distinção entre os “caretas” e “nós”, uma distinção entre os “viciados” (que se deixam levar pelas “drogas”) e “nós” (supostamente conscientes dos nossos atos)? Ou ela estaria fazendo referência a um determinado aspecto da experiência com “drogas”, a saber, o seu caráter de transcendência e de êxtase, possível de ser valorado apenas em determinados grupos sociais? Ou ainda, somente revelaria mais uma das características de uma sociedade desigual e hierárquica, como a brasileira, que garante a determinados grupos sociais o privilégio da fala, pois, como ensina Clastres (2003[1973]: 169), “falar é antes de tudo deter o poder de falar”?

Essas perguntas (que obviamente não possuem respostas) são importantes a medida que nos fazem questionar acerca de uma diferença que é dada a partir das disposições espaciais de cada grupo. Logo, também referente a este tópico, a diferença de contexto é fundamental, uma vez que são diferenças que se tornam inteligíveis e intelectualmente instigantes apenas quando se leva em conta a relação que cada grupo, em sua “cor local”, estabelece com as “drogas” e seu comércio, com a própria polícia, com o tráfico, com a sociedade mais ampla e com o circuito moral e de valor que subjaz essas práticas.

Melhor dizendo, isto significa que, no caso dos meninos de rua, a íntima relação entre “drogas”, contravenção legal e confronto com a polícia, somada ao fato de que as instituições assistenciais encarregadas de contê-los e discipliná-los atuam todo o tempo a partir de um discurso conservador a respeito das “drogas”, contribui para que tais práticas sejam sempre vividas e concebidas pelos próprios meninos como “erradas”, “feias”, “ruins”. Práticas sobre as quais oficialmente nada se pode dizer. Práticas, portanto, que em momento algum, podem ser vislumbradas como “potencialmente positivas”, “de expansão

da mente”, “conscientes” – vislumbres muitas vezes enfatizados e valorizados entre os estudantes universitários. E é essa diferença que eu considero fundamental e que no caso dos estudantes só se torna compreensível a partir do entendimento de suas trajetórias sociais, dos discursos libertários sobre “drogas” aos quais estão expostos e do cenário espacial que propicia esses usos abertamente. Vale dizer, portanto, que não se trata de uma diferença apenas de cunho intelectual, mas sobretudo de uma diferença nas disposições sociais que engendram determinadas práticas e representações acerca do mundo.

No caso da clínica, tais diferenças expressivas podem ser analisadas em função da força que a instituição exerce sobre os indivíduos e, inclusive, sobre a memória acerca das experiências. Tendo em vista que o suposto básico para “estar no programa” é admitir a perda de controle perante as “drogas” (nas palavras de Picollo, que “deixou a droga levar”), a intencionalidade sobre o ato, portanto, não existe. Foi só neste contexto que a idéia de “doença” foi acionada – o que, de alguma forma, implica um problema de outra ordem e que não pretendo resolvê-lo aqui.

Por ora, talvez o melhor a ser dito sobre tais diferenças, e que considero central para o entendimento da questão, seja justamente que, seguindo a epígrafe deste capítulo, *faz diferença* o fato de alguns grupos conceberem e vivenciarem a prática do uso de “drogas” como “escolha” (no caso da universidade), como “erro” (no caso da rua) e como “doença” (no caso da clínica). Diferenças estas, e isto é essencial, que não se localizam apenas na maneira de pensar própria desses grupos, mas que residem antes de tudo no entrelaçamento das relações sociais, morais, políticas, espaciais, culturais e institucionais para as quais busquei atentar ao longo deste trabalho.

Capítulo 4:

Sobre a materialidade

*É necessário olhar além do corpo para determinar
o que é normal para este mesmo corpo*

**G. Canguilhem,
*O normal e o patológico***

Por fim, depois de exposto como a análise dos contextos é importante para o bom entendimento da questão, esta parte da dissertação pretende retomar uma discussão, já iniciada no primeiro capítulo, a respeito da relativa ausência de problematização do próprio meio utilizado (as “drogas” e seus efeitos sobre o[s] corpo[s]) entre os trabalhos que privilegiaram analisar os contextos sociais onde tais usos são concebidos e praticados. A despeito de sua contribuição inegável, Vargas critica esse tipo de abordagem por achar que ela não leva em conta a singularidade inerente a estas práticas e o fato de que elas ocorrem por meio de substâncias específicas que, uma vez em contato com os corpos humanos, provocam tanto sensações de euforia, alegria e prazer quanto sensações de dor, “*bad trip*” e ressaca física e moral. Segundo ele, são justamente essas sensações – e sua inquietante injunção – que nos desafiam a compreender a experiência com “drogas”, bem como os modos “intensivos” ou “extensivos” de engajamento com o mundo.

Levando-se em conta as duas abordagens de pesquisa e amparada em alguns textos, que logo serão apresentados, argumento que atentar para a materialidade presente nestas práticas não significa admitir que essas sensações existam independentes das significações locais que as constituem. Mas o contrário, juntas essas duas esferas tendem a aumentar a possibilidade de análise e de compreensão do fenômeno. Concorro com Lévi-Strauss, para quem:

“os limiares de excitabilidade, os limites de resistência são diferentes em cada cultura. O esforço ‘irrealizável’, a dor ‘intolerável’, o prazer ‘extraordinário’ são menos funções de particularidades individuais que de critérios sancionados pela aprovação ou desaprovação coletivas. Cada técnica, cada conduta, tradicionalmente aprendida e transmitida, funda-se sobre certas sinergias nervosas e musculares que constituem verdadeiros sistemas, solidários de todo um contexto sociológico” (Lévi-Strauss, 2003:14)

Assim, ciente de que tudo que existe, existe de uma maneira determinada e tem propriedades definidas (Durkheim, 1970), e ao mesmo tempo tomando “como qualidade distintiva do homem não o fato de que ele deve viver num mundo material (...) mas o fato de fazê-lo de acordo com um esquema significativo” (Sahlins, 2003b:7), é que surge a proposta de adensar as duas abordagens e mostrar como também esta suposta materialidade das “drogas” e dos corpos humanos está indissociavelmente conectada com os aspectos simbólicos característicos de cada contexto social⁸⁵. Esta dimensão é extremamente relevante para este trabalho, uma vez que ela perpassa uma questão central no que se refere, entre outras coisas, aos limites da comparabilidade do material etnográfico.

Melhor dizendo, é sobretudo a materialidade das “drogas” e dos “corpos” que coloca em suspeita a comparação de cenários e substâncias tão distintos, como a que está sendo tentada. Isto porque este trabalho pode ser criticado por colocar em um “mesmo balde” usuários de crack e usuários de maconha; pessoas que dizem fazer “usos recreativos” e pessoas consideradas “dependentes”, por exemplo. Quanto a isso, o que posso argumentar é que o meu intuito – além de verificar esta comparabilidade – é

⁸⁵ É verdade, porém, que essa questão é bem mais complexa à medida que ela envolve trabalhar com dualidades tão caras ao pensamento ocidental, como mente/corpo; matéria/espírito; realidade/representação. Mas não é esse o foco no momento atual da pesquisa.

justamente mostrar como inclusive a opção por uma ou outra substância material só ganha inteligibilidade quando compreendida a partir do contexto social no interior do qual ela se torna possível. Vejamos, portanto, como isso ocorre.

- *As “drogas”*

Apesar de distintas no que se refere aos seus efeitos sobre os organismos, as “drogas”, segundo Deleuze e Guatarri (1997), podem ser entendidas conjuntamente, uma vez que haveria nelas uma “causalidade específica”, a saber, a mudança de percepção. Segundo eles, este termo dá um conjunto pregnante da droga independente das distinções (secundárias) que ela pode ter (alucinatória ou não; pesada ou leve). Para eles, todas “concernem primeiro às velocidades e às modificações de velocidade”; “nada mais que o mundo das velocidades e das lentidões sem forma, sem sujeito e sem rosto” (Deleuze e Guatarri, 1997:76-77).

Ao longo do texto, os dois autores mostram como esse problema da causalidade específica é importante e discutem o fato de que alguns “cavaleiros da droga” pretendem que, em condições de prudência e de experimentação necessárias, as drogas sigam as linhas traçadas por um plano. Deleuze e Guatarri criticam essa tentativa uma vez que, para eles, é justamente a “causalidade específica” das drogas que deixa dúvidas quanto ao sucesso deste plano. Eles perguntam: “para que serve perceber tão depressa quanto um pássaro rápido, se a velocidade e o movimento continuam a fugir alhures?” (Deleuze e Guatarri, 1997:79). Para eles, a percepção e o imperceptível não param de perseguir-se sem nunca acoplar-se de fato; linhas de fuga que se enrolam e passam a rodopiar em “buracos negros: cada drogado em seu buraco ... caindo mais no buraco que no barato”. Nesse sentido, “micropercepções moleculares” são recobertas de antemão, conforme a droga considerada,

por alucinações, delírios, falsas percepções, fantasmas, surtos paranóicos, restaurando a cada instante formas e sujeitos – o que faz com que o plano inicial não só corra o risco de ser traído e desviado por outras causalidades que intervêm neste agenciamento, como o próprio plano engendra seus próprios perigos de acordo com os quais ele se desfaz ao longo de sua construção. Afirmam que palavras simples como “percepções errôneas” (de Artaud) e “maus sentimentos” (de Michaux) dizem, no entanto, a coisa mais técnica: que a causalidade imanente do desejo, molecular e perceptiva, fracassa no agenciamento-droga. E seguem com o argumento:

“os drogados não param de recair naquilo de que eles deveriam fugir: uma segmentaridade mais dura à força de ser marginal, uma territorialização mais artificial ainda porque ela se faz sobre substâncias químicas, formas alucinatórias e subjetivações fantasmáticas. (...) Os drogados podem ser considerados como precursores ou experimentadores que retraçam incansavelmente um novo caminho de vida; mas mesmo sua prudência não tem as condições da prudência(...)Eles acreditaram que as drogas lhes daria o plano quando é o plano que deve destilar suas próprias drogas, permanecer senhor das velocidades e das vizinhanças” (Deleuze e Guatarri, 1997: 81)

Em síntese e para o que interessa a esta discussão, é interessante o argumento dos autores de que faz parte do “agenciamento-droga”, devido a sua própria “causalidade específica”, que o plano saia do desejado. Em outras palavras, significa dizer que a possibilidade de fugir do plano tem que estar posta de antemão em qualquer uso e qualquer envolvimento com tais substâncias. Do que posso compreender até o momento, creio que essa acepção, formulada no âmbito da filosofia, é relevante na medida em que atenta para uma das possibilidades concretas do envolvimento com “drogas”: o fato de que o plano

pode falhar e de que a “viagem” pode tomar outro rumo além (e/ou aquém) do desejado. Da maneira como formulada, atenta também para os limites do entendimento da questão apenas a partir do estudo do contexto sócio-cultural. Isto é, embora seja central mostrar os diferentes contextos de uso de “drogas” para entendermos as variedades presentes neste universo tão heterogêneo e para relativizarmos as formas de uso e interação com as substâncias, a questão não se resolve apenas dizendo que se trata de práticas contextuais.

O que pretendo afirmar ao longo desta dissertação é que o uso de “drogas” é uma prática contextual (como os dois capítulos anteriores confirmam) informada por uma materialidade tanto das “drogas” quanto dos corpos humanos. E que olhar para essa materialidade no momento mesmo em que se olha para o contexto social onde ela é concebida e praticada pode ser uma boa via para a apreensão da questão das “drogas” na contemporaneidade, bem como para o entendimento de determinadas modalidades do uso de “drogas”. E aqui estou me referindo principalmente ao caso dos (ex) usuários de “drogas” internados na clínica. Acredito que essas pessoas são mais que o “índio bêbado” de Geertz na fila de hemodiálise⁸⁶. Ou seja, são mais do que simples exemplos de casos extremos de uso de “drogas” que não importam muito para uma discussão antropológica. Ao contrário, creio ser possível dizer que essas pessoas configuram uma categoria (o “viciado”, o “dependente”) que, longe de serem exceção, são possibilidades concretas

⁸⁶ Ao discorrer sobre “os usos da diversidade” e o “futuro do etnocentrismo”, Clifford Geertz (2001), utiliza-se do exemplo do índio bêbado que conquistou o direito de fazer uso da máquina de hemodiálise no sistema de saúde norte-americano. O “índio bêbado” queria, ao fazer hemodiálise, ter mais tempo de vida para beber, ao passo que os médicos julgavam que o índio era um caso irrecuperável que tomava o lugar de outras pessoas que poderiam seguir melhor o tratamento. Para Geertz, “os índios que afastam o destino através do consumo do álcool são parte tão integrante da América contemporânea quanto os médicos que corrigem o destino através do uso de máquinas” (Geertz, 2001:78). O autor diz que se houve falha entre os lados, esta foi de comunicação e de imaginação. Face ao “mistério da diferença”, nem o índio, nem os médicos se imaginaram no lugar do outro, com o intuito de contornar uma assimetria moral perfeitamente autêntica. Tudo permaneceu “no escuro”, ao invés de procurarem se entender mutuamente.

dadas pelo uso continuado de “drogas”. Concordo com Geertz que ainda nos falta (e aqui me refiro a nós antropólogos) muita “imaginação” para lidar com o assunto.

Em outras palavras, o que pretendo sugerir ao propor um trabalho que conecte o estudo do contexto social e a materialidade dos corpos e das “drogas” é que juntas essas duas categorias podem nos ajudar tanto a entender os múltiplos significados locais destas práticas quanto entender as práticas que parecem contrariar esses contextos, como é o caso das pessoas que fazem uso abusivo destas substâncias e que podem chegar a sofrer processos de autodestruição muito sérios.

Durante a pesquisa, pude constatar que chegar a esse ponto de envolvimento com as “drogas” não parece ser uma questão de maior ou menor informação com relação à substância, nem algo que possa ser totalmente abolido de acordo com o contexto social onde ocorre tal uso. No interior da clínica, por exemplo, tive contato com muitas pessoas cujo “plano” fracassou. Não cabe a mim dizer, e isto é importante, se estas pessoas são dependentes ou não, mas muitas delas reconhecem que, em algum momento de sua trajetória, falharam. Nos dizeres de Deleuze e Guatari, optaram pela “má molécula”. Entre os adolescentes em situação de rua, com todas as condições econômicas e sociais desfavoráveis, posso afirmar que a “droga” se torna um problema mais devido ao estabelecimento de dívidas que geram prestações de favores que sempre geram outras prestações e assim indefinidamente do que um problema físico de dependência. Já observei muitos que passaram a usar eventualmente porque “enjoaram”, ou que foram para instituições da cidade onde o uso de “drogas” não é permitido e não fizeram uso durante esse tempo. Outros, entretanto, emagrecem a cada dia, cada vez “caindo mais no buraco que no barato”. Com os estudantes universitários, a situação não é diferente. Muitos pararam de usar “porque de repente, toda a minha vida estava voltada para isso” ou “porque

vi que estava perdendo o controle”. Enquanto outros usam “numa boa”, “pra relaxar”, “pra esquecer”, pra “ficar comigo mesmo”. Em alguns momentos, é possível dizer que a questão da corporalidade é mais forte que as experiências sociais. E este é um ponto para a reflexão.

Outro ponto – e aqui já pretendo estudar juntos contexto social e materialidade das “drogas” – é que trabalhar com diferentes substâncias implica também em prestar atenção às classificações que os membros de cada grupo (mas também a sociedade em geral) vão tecendo para diferenciar as “drogas” e seus usuários. Nesse sentido, é interessante também perceber como a escolha por uma ou outra substância não é aleatória, mas está intimamente ligada a cada universo social.

Na rua, as substâncias mais utilizadas são crack, maconha, cola e tinner. Dentre essas substâncias, a maconha é considerada “leve”, “não dá nada”, “é só pra ficar curtindo”. O crack, a cola e o tinner, por sua vez, “acaba”, “detona a pessoa”. No entanto, nenhuma substância parece revelar mais a identidade desses adolescentes como “meninos de rua” do que estas. Chega-se a um ponto em que não se sabe se optaram por essas substâncias, se são elas as mais acessíveis a esse grupo⁸⁷, ou se o processo de se tornar “menino de rua” implica no uso de tais substâncias, isto é, se o uso de crack, cola e tinner serve de elemento na composição da imagem de menino de rua que eles pretendem⁸⁸ veicular: “uma criança em situação de abandono, esperta porque sobrevive na adversidade e, no fundo, alguém que quer apenas aquilo que a vida regular pode oferecer” (Gregori, 2001:45). De fato, muitos deles – e a sociedade em geral – fazem uma ligação quase que automática entre usar estas substâncias e ser “menino de rua”. Creio que, de alguma forma, isso se reflete no seu

87 Não encontrei adolescentes que fizessem uso de “drogas” sintéticas, como LSD e êxtase, nem que fizessem uso de substâncias injetáveis.

88 Aqui estou considerando a idéia de “viração” e o fato de que esses adolescentes de alguma forma manipulam as oscilações com as quais a sociedade lida com meninos de rua – a tolerância, o medo e a compaixão.

consumo diário – que, embora inquestionável, enriquece-se de elementos simbólicos na medida em que nos convida a entender o lugar que esse uso ocupa na dinâmica cotidiana da rua e no estabelecimento de uma identidade singular.

Uma análise parecida pode ser estendida aos estudantes universitários e sua predileção pela maconha. Neste contexto, a maconha configura um determinado modo de “estar no mundo” que também os singulariza e os identifica. Todos já experimentaram outras “drogas”, no entanto, elas não fazem parte do cotidiano desses estudantes do mesmo modo que a “maconha” faz. Como já escrito, as outras substâncias (principalmente alucinógenos) referem-se a contextos de festas e de viagens. Entre os estudantes, não encontrei nenhum que fizesse uso de crack, ou de substâncias como cola e tinner, nem pessoas que fazem uso de substâncias injetáveis. A cocaína foi citada muitas vezes como “droga pesada”. Acredito que, de algum modo, essas classificações os impedem de ter “viagens erradas” ao mesmo tempo em que se relacionam com o fato de que o uso de determinadas “drogas”, como disse Gilberto Velho, pode ameaçar um determinado estilo de vida almejado e valorizado. Há um certo receio e medo quanto ao vício – que pode tanto levá-los para uma clínica, quanto fazê-los entrar para a criminalidade e/ou destruir relacionamentos e estilos de vida que consideram importantes.

Na clínica, encontrei pessoas “adictas” nas mais diversas substâncias, sendo a cocaína e a maconha as substâncias “de preferência” mais citadas. Também heroína, no caso de Judite e crack, sobretudo no caso dos meninos de rua que se internam para receber tratamento e das pessoas envolvidas com a criminalidade. No entanto, todos falam dessas experiências a partir da idéia de que “perdi o controle”, “me deixei levar”, “não sabia parar”. Como disse Walmir, um educador, “nós somos a garrafa quebrada que o inspetor de qualidade deixou passar”. Ou seja, mais que o uso de uma ou outra substância, o que parece

estar em questão é o fato de que, uma vez “doente”, a pessoa que entra em contato com a “droga” desenvolve uma compulsão que a leva inexoravelmente ao vício. Aqui não se estabelece uma classificação entre as substâncias, mas entre os usos e a predisposição ao vício. Ainda que esta seja uma instituição voltada para o tratamento de “drogas”, a temática das “drogas” em si é muito pouco trabalhada e pouco se fala dos efeitos materiais das “drogas” sobre os corpos. Não estou aqui recorrendo a uma concepção natural e biológica do corpo ou dos efeitos sobre o corpo – como já dito, essas concepções são contextuais. No entanto, acho interessante pensar como no desenrolar do programa de recuperação não há sequer uma distinção entre os usuários pelas “drogas” que utilizavam. Todos recebem o mesmo tratamento. O que parece nortear tal fato é uma visão bastante conservadora da instituição sobre as trajetórias com as “drogas” que se dariam a partir de uma escalada que envolve invariavelmente, ao iniciar o uso de uma substância, partir para a experimentação de outras e, inexoravelmente, ao “vício”.

Judite, por exemplo, que tem um histórico de aplicação de “drogas” injetáveis, sobretudo a heroína, teve fortes câibras musculares que faziam seu corpo se contorcer em demasia – possivelmente em decorrência da falta da “droga”, assim que iniciou o tratamento na instituição. Ela chegou inclusive a me dizer que preferia ir para uma “clínica” onde tomasse medicação, porque ainda sentia que “tenho droga dentro de mim”. Amanda também teve fortes crises convulsivas e teve de ser levada ao hospital municipal. Depois que a colocaram no carro, todas as mulheres se reuniram, rezaram pela sua recuperação e começaram a especular sobre o fato de que a convulsão tinha sido decorrência da forte “pressão emocional” pela qual Amanda passava e que congregava o fato de ela ter acabado de cumprir o quarto passo (um “destemido e minucioso inventário moral de si mesma”) e a decepção que tivera por saber que sua colega de quarto, numa saída, tinha recaído; algumas

falaram em “remorso”. Além desses dois casos, não presenciei nenhum outro que parecesse indicar “fissura”, vontade de usar “drogas”, abstinência da substância. Todas as pessoas ali internadas pareciam estar bem fisicamente, trabalhando e participando das reuniões. Muitas diziam que o maior ganho de ficar na clínica e sem “drogas” era o fato de engordar.

Isto para dizer que no interior da clínica, a “droga” é concebida como um problema da “mente” e não do “corpo”. Nesse sentido, é interessante pensar como fazem uso da idéia de “doença” nesta instituição, uma vez que parece ser ela (a “doença”) que os move à compulsão e à falta de controle (como diz o primeiro passo). No entanto, recorrem, sobretudo, às mudanças nos comportamentos e nas atitudes como as terapêuticas eficazes para abstinência das substâncias. Como me disse Diogo, “droga é comportamento inadequado. Não adianta nada eu parar de usar drogas, quando na verdade são os meus comportamentos que me levam ao vício”.

Diante de tal complexidade, vê-se que a materialidade das “drogas”, de um lado, “embaralha” o entendimento do contexto social mas, de outro lado, também é esta materialidade que nos abre caminhos para pensar “viagens erradas”, bem como processos de autodestruição, no âmbito das ciências humanas, uma vez que, como já escrito, os usos “problemáticos” de substâncias encontram dificuldades de serem devidamente tratados por esses trabalhos, que focam atenção nos aspectos positivos da experiência. A seguir, mostro como a materialidade dos corpos se apresenta.

- *Corpos, corpos, corpos...*

Sendo o corpo a entrada por excelência das “drogas”, via nariz, boca, ânus ou veias, é ele quem “dá bandeira” ou que sinaliza o uso de “drogas”; é ele que expõe os benefícios ou os danos desse uso; é através dele que muitos adquirem ou doam “drogas” e é sobretudo por meio dele que são abertas as “portas da percepção”. Há desde os sinais visíveis como olhos vermelhos, pupilas dilatadas, dentes manchados, marcas que indicam o uso de seringas, nariz sangrando, dedos indicador e polegar amarelados, mandíbulas deslocadas, pernas que tremem, até aqueles sinais imperceptíveis que se referem às descrições de sensações dolorosas internas, interrupção da menstruação no caso de algumas mulheres, “cabelos e pele sem brilho” ou “pele muito bonita, quando uso LSD”. “Drogas” que correm nas veias, que chegam aos pulmões, que dão um “tuim” no cérebro, que provocam dor ou que anestesiaram. Há também os sinais referentes ao cuidado com o corpo. Muitos dizem que param de tomar banho e associam o uso de “drogas” com a sujeira, param de se preocupar com a sua aparência, não se olham no espelho, não penteiam cabelo. Emagrecem, mas não percebem ou comem muito, quando dá “larica”. Corpos que podem ser picados em todos os lugares: nos braços, nas pernas, nos pés, no pescoço.

É pelo corpo e pelos seus sentidos que tato, visão, olfato, paladar e audição ganham novos aspectos bastante distintos dos percebidos sem a “droga”. Corpos que vêem movimentos ou mais rápidos ou mais lentos, que vêem distorcido o que existe, que vêem até o que não existe. Corpos que ouvem o que cotidianamente não se ouve. Como me disse um estudante da Unicamp, que fez uso de LSD: “coloquei a mão em uma árvore e senti todo o movimento da seiva. Será que é essa a percepção verdadeira ou ela é fruto da droga? Não consegui ter uma resposta”. Corpos que se excedem, que se “overdosam”, que

experimentam. Corpos que indicam a hora de parar e que quando param também pedem pela “droga”, torcem-se, vomitam, choram, esperneiam, aquietam-se. Corpos marcados, testados, avaliados. Corpos movidos a “drogas”, que cheiram “droga”. Corpos que controlam a “droga”. Corpos que se mostram, que se escondem. Corpos que morrem, que quase morrem. Corpos dóceis, indóceis, são, não são.

Essa seqüência de enunciações a respeito dos corpos e suas co-relações com o uso de “drogas” pode parecer, num primeiro momento, desprovida de sujeitos sociais possuidores desses corpos; pode também dar a impressão de que os corpos possuem uma autonomia no que se refere ao uso de “drogas” ou ainda, que estou recaindo em concepções naturais e/ou biológicas acerca desses corpos. No entanto, não foi esse o meu interesse ao escrever os parágrafos acima. Ao contrário, a intenção foi evidenciar a via da corporalidade e atentar para a sua importância quando se discute esta problemática, bem como indicar como, no limite, é a materialidade do corpo que indica se o “plano-droga” teve ou não um bom êxito.

Mas estas observações decorrentes do trabalho de campo, longe de solucionarem o problema, mostram que a questão, quando vista de perto, envolve muito mais complexidade e, por si só, merece um estudo específico⁸⁹. É complexa porque também esta materialidade dos corpos pareceu-me indissociável do contexto histórico, cultural, econômico e social no interior dos quais esses corpos estão inseridos. Ou seja, em nenhum dos lugares que frequentei e com nenhuma das pessoas que entrevistei consegui obter respostas relacionadas ao corpo que não estivessem ligadas com a forma pela qual estas pessoas concebem o mundo, e com o lugar que elas ocupam na estrutura social. Todas estas vivências me mostraram diferentes repertórios discursivos e práticos acerca da

⁸⁹ É sobretudo em torno desta discussão que versa o meu projeto de continuação desta pesquisa no doutorado.

corporalidade. Portanto, o interesse antropológico no assunto visa entender como tais relações materiais e simbólicas podem ser diferentemente nomeadas, anunciadas, formatadas e praticadas.

Aqui é preciso dizer que ao afirmar a inquietante injunção entre materialidade corporal e aspectos simbólicos, estou me situando em uma discussão recente sobre o corpo e sobre a idéia de *embodiment* (Csordas, 1996), que entende o corpo como “agente e experienciador”. Essa perspectiva, de um lado, reconhece o vigor analítico de textos clássicos como o de Marcel Mauss (2003a[1934]) sobre as “técnicas corporais” (certamente um dos marcos da reflexão teórica sobre o corpo nas ciências sociais, que abriu caminhos para autores como Mary Douglas (1978[1970]) e Pierre Clastres (2003[1973]) chamarem atenção para o problema da corporalidade equacionado às representações coletivas que envolvem o corpo e que fazem dele o resultado de uma “construção social”). E, de outro lado, reconhece que a ênfase na idéia de que os corpos são passivos em relação ao universo social tem inconvenientes que resultam na renúncia de se levar em conta muitos processos que se desenvolvem com a materialidade dos corpos, mas que nem por isso são menos simbólicos, como é o caso do consumo de “drogas”. Assim, ao nos apresentar o paradigma do *embodiment*, Csordas(1996) busca problematizar dualidades e dicotomias, tais como natureza/cultura e corpo/mente, com o intuito de escapar da idéia de corpo como superfície onde o mundo social se inscreve e concebe a idéia de corpos sujeitos – e não objetos – de cultura. Ou seja, o corpo é experimentado como um modo prático de vivenciar as situações e os eventos. Foi seguindo também essa perspectiva que Vargas (2001) considerou que o consumo de “drogas” ilícitas, como já apresentado no capítulo 1, coloca em jogo processos de alteração material e simbólica da percepção e envolve o agenciamento de modos singulares de incorporação e de subjetivação. Portanto, só podendo ser entendido na trama

do sentido e não existindo em estado natural, o corpo (e sua materialidade) “é um lugar privilegiado para colocar em evidências traços sociais” (Le Breton, 2000; Bourdieu, 1983), e “um pretexto para ressaltar uma análise do poder nas sociedades modernas” (Foucault, 1977).

Assim, é no interior desse debate que o estudo do uso de “drogas” equacionado aos estudos sobre corpo se torna interessante. E se torna mais interessante ainda quando a própria modernidade está sendo caracterizada pela idéia de liberação física e sexual do corpo, pela grande presença do corpo na publicidade, na moda, no culto da higiene, da dieta, da juventude, dos cuidados e dos prazeres (Featherstone, 1991; Turner, 1991; Le Breton, 2000; Giddens, 1993; 2002); pela idéia de que o corpo pode ser construído, fabricado e de que as identidades podem ser alteradas e permutadas. Em alguma medida creio que atentar para esse cenário cultural e histórico significa também perguntar se o uso de “drogas” estaria de acordo com ou contrário a esse projeto “moderno” e “reflexivo” do corpo e, no caso específico dessa pesquisa, verificar se este projeto “moderno” e “reflexivo” se estende igualmente a todos os segmentos sociais. A pesquisa parece indicar que não. Mas isso é questão para um outro trabalho.

Para o que importa nesse momento, o que vale dizer é que essa discussão, ainda em construção – e já em reforma – feita num nível sobretudo teórico, encontra dificuldades metodológicas de apreensão dos corpos e de ser expressada etnograficamente. As questões são basicamente as seguintes: como trabalhar em uma etnografia a questão do corpo sem recorrer em concepções de corpo natural ou biológico? Como acessar esses corpos e essas experiências? Como traduzir em palavras, e em vocabulário antropológico, tais fenômenos? No caso das “drogas”, como abordar o problema da dependência química e/ou do corpo que parece contrariar as concepções e vivências de determinado contexto social?

Nesta pesquisa e em função das suas possibilidades concretas de realização, tive de acessar essas experiências através das narrativas sobre “drogas” que o “dono” desse corpo podia me contar de acordo com o local em que nos encontrávamos, as relações que estabelecíamos e com os discursos sobre “drogas” possíveis e aceitáveis em cada contexto. Além disso foi importante também o modo como eu via esse corpo no momento da narrativa e em outras ocasiões. A intersubjetividade do antropólogo, neste caso, foi peça fundamental. Por exemplo, não era possível desconsiderar o cheiro de “droga” que exalava do corpo que falava, nem alguns aspectos corporais como sujeira, limpeza e roupas usadas, uma vez que esses aspectos – já aprendemos com Elias, 2000; Bourdieu, 1983; Mello e Souza, 1987 – vistos comparativamente, também me ajudaram a perceber o lugar que esses sujeitos ocupam na estrutura social.

Assim, não tive como dissociar o corpo que usa “drogas” de suas experiências sociais. Entre os estudantes universitários, ficou claro como o corpo representava o “eu” num contexto em que a droga é concebida como veículo para o autoconhecimento e para uma atitude crítica e em relação a determinados valores sociais. Por sua vez, o corpo emagrecido, sujo, cicatrizado e mal-cheiroso materializa uma experiência com “drogas” marcada pela vivência com a “rua”; ao passo que o corpo que sua na clínica o faz para recuperar-se dos abusos de antes, da vida “na ativa”. Em suma, é possível dizer que neste trabalho o corpo emergiu como uma atividade simultaneamente física e simbólica, construída na relação com outros corpos e na interação com a dimensão espacial e social de cada cenário de pesquisa. De um lado, o corpo era percebido como objeto sobre o qual os contextos sociais se inscreviam, e de outro, como agente que desafiava, questionava e contrariava estas prescrições. Desse modo, os corpos e as “drogas” (em sua materialidade) tornaram-se meios fundamentais para complexificar o entendimento da questão e

possibilitaram que determinados aspectos factíveis destas experiências – como o uso abusivo de substâncias – pudessem ser abarcados neste estudo. Para completar a análise, falta ainda mostrar como também a dor e o prazer são sensações materiais que recebem colorações locais.

- ***Dor, prazer***

O mesmo tipo de dificuldade metodológica relativa à abordagem do corpo pode ser transportado para a maneira como os diferentes usuários de “drogas” concebem e vivenciam as sensações de prazer e de dor em cada contexto social, uma vez que essas sensações também ganham significações locais. Como em relação aos outros aspectos, o par dor e prazer só ganhou inteligibilidade a partir da compreensão do código moral, corporal e discursivo dos cenários estudados.

No contexto universitário, há uma ênfase discursiva nos aspectos positivos e prazerosos da experiência, em detrimento dos seus aspectos dolorosos que, por sua vez, parecem funcionar como indicadores da dose certa para não ter “viagem errada”. Na Unicamp, o uso de “drogas” é enunciado fundamentalmente como experiência prazerosa, divertida, que acontece entre os “amigos”, na cantina, em rodas no gramado da universidade, escutando “um som”. Diante disso, é interessante pesquisar em que medida conceber as “drogas” como meios para se obter prazer interfere, inclusive, na sensação que se tem, mesmo quando esta não é prazerosa. Embora as *bad trips* tenham sido muito citadas, não são essas experiências que impedem a continuidade do uso. Esta continuidade é garantida pelas sensações de prazer, de euforia e de alegria. Portanto, é a lembrança dos aspectos prazerosos que se sobressai.

Ao contrário da clínica que, para seguir com o seu propósito de promover a abstinência total de “drogas”, incentiva a memória das experiências dolorosas com o intuito de que, ao delas se lembrarem, os internos busquem novos rumos para a vida sem “drogas”. Como me disse Vivian, “uma vez que você entra em uma clínica, você não consegue nunca mais usar droga de um jeito divertido”. Ou seja, depois da primeira internação, o ato de usar “drogas” já não pode mais ser visto como algo feito para produzir e obter prazer. Também isso pode ser explicado pelo discurso moral pregado pela clínica e pelas noções institucionais de “hábito”, “vício” e de “comportamento inadequado”. No dia-a-dia do tratamento, esse discurso vai sendo de tal forma internalizado que o contato com ele torna quase impossível perceber o uso de “drogas” como uma atividade prazerosa. Não é aleatório que as justificativas para o uso de “drogas” são “uso por força do hábito”, “porque sou doente”, “por causa do vício”. Ou seja, não o prazer, mas o hábito de usar, a doença e o vício é que garantem a continuidade do uso. E, numa cadeia quase lógica e automática, a continuidade do uso implicará o processo de destruição e de dor, e impedirá qualquer tipo de reação positiva. De acordo com esse discurso, embora o uso de “drogas” dê a “sensação enganosa” de que “a dor passa”, o seu consumo continuado só tende a deixá-la ainda maior. Segundo eles, “não valem os momentos de prazer que só vão te afundando”.

Na rua, as relações entre prazer e dor são mais complexas, uma vez que são menos verbalizadas e uma vez também que esses adolescentes precisam lidar tanto com o discurso conservador das instituições que o cercam, quanto com o fato de que usar “drogas” é atividade intrinsecamente ligada à temporalidade do cotidiano da rua. Neste universo, embora as experiências de prazer não estejam presentes nas suas falas, seus corpos, que persistem usando estas substâncias, e suas risadas, ao relembrar cenas da “nóia”, parecem ser indicativos de que se trata de uma atividade em que o caráter lúdico e de diversão está

presente. Aqui também, como na universidade, as experiências dolorosas são ressignificadas como experiências de prazer – a “paulada” que Pedro tanto gosta exemplifica isso. Todavia, enunciam as “drogas” como algo “feio”, algo “errado” e dizem: “não dá pra continuar levando essa vida”, “preciso parar de usar drogas”, “isso não é pra mim”. Creio ser interessante pensar como, a despeito de uma fala conservadora que enfatiza a dor, possuem uma prática corporal que parece ir de encontro com as expectativas de prazer, de satisfação e de diversão. Creio que inclusive o conflito dos educadores, por não saberem ao certo como abordar a questão das “drogas” com os meninos de rua é bastante representativo da contradição entre os discursos sobre “drogas” ; e os espaços nos quais tais discursos têm que adquirir consistência. Ou seja, embora a política institucional com relação aos meninos de rua seja erradicar o uso de “drogas” e oferecer-lhes tratamento, ela não é compatível com o cotidiano desses meninos e com os usos que fazem das substâncias. Os “meninos de rua”, por sua vez, também lidam com esta contradição, como afirma Frangella:

“Em seu cotidiano, meninos e meninas lidam ininterruptamente com o confronto desses valores e práticas, muitas vezes de maneira conflituosa, outras de uma forma divertida (...) A vivência na rua imprime nessas crianças e adolescentes as contradições e ambigüidades destes mundos – casa, rua, instituição – permanentemente em um diálogo conflituoso”
(Frangella,1996:11)

Como exemplo, cito o caso de José que perguntou a Roberta se ela ia parar de usar “drogas”, e ela respondeu: “quando Deus quiser, eu paro” – acionando o discurso ao mesmo tempo moralista e religioso da instituição. Atravessou a rua, acendeu seu “beque” e

o fumou olhando para José. Ou seja, eles não questionam o discurso, prometem parar, não fazer mais, tomar cuidado mas continuam usando “drogas” e cometendo infrações, possuindo práticas que contrariam e que corporalmente resistem a esses discursos

Nos três cenários, portanto, as sensações de prazer e dor se interpõem, se confundem e se misturam de modo que fica bastante difícil percebê-las separadamente. Dor e prazer configuram um par que pode ser diferentemente arranjado e com um dos pólos positiva ou negativamente valorado. Em todos os contextos, são essas sensações que parecem indicar continuidade e/ou descontinuidade do uso, “caminho livre” ou os limites que é preciso respeitar para “não se perder”, “não se descontrolar”, “não passar mal”.

Frente a concepções e enunciações tão distintas, comecei a me perguntar em que medida elas estavam ancoradas em discursos mais amplos sobre “drogas” – entre eles os discursos “conservador” e “libertário” –, e em que medida estar em um contexto onde um ou outro desses discursos é acionado e legitimado faz diferença no que tange ao modo como as “drogas” são experienciadas. Isto porque ficava cada vez mais clara a preponderância de um discurso conservador no universo da clínica, e entre os meninos de rua, sobretudo através do discurso das instituições que o cercam e de um certo olhar que a sociedade lhes confere. Seria possível sentir prazer em um ambiente cujas “drogas” são concebidas como “coisas ruins”, “erradas”, “que detonam”? Já entre os estudantes universitários, as coisas se passam ao revés: há uma ênfase na idéia de prazer proporcionado pelo uso de “drogas” e uma contínua referência a esses aspectos. Será possível sentir dor em lugar que enfatiza o prazer?

Não tenho resposta a essas perguntas, no entanto, acho interessante pensar como os discursos podem contribuir para modificar e ressignificar as próprias experiências com “drogas”. Foucault(1999), à respeito da sexualidade, se questionou acerca da relação entre

os discursos sobre a sexualidade, os seus efeitos de poder pelo que se dizia e os prazeres nos quais se investiam. Nesse sentido, argumento que o universo da prática (que se dá, sobretudo, via experiência corporal) visto em relação ao universo do discurso, pode indicar caminhos para entendermos algumas aparentes contradições entre dor e prazer, entre corpo e contexto e entre discurso e prática. Pois penso que se esse exagero na retórica é real, o argumento não pode se limitar apenas ao plano discursivo. Em alguma medida, são discursos persuasivos no sentido de que acarretam não somente a concepção, mas inclusive os próprios atos. Também é preciso seguir com a investigação para verificar em que medida a criminalização e a medicalização das “drogas” interferem nestas experiências e em suas concepções de prazer e dor.

De novo, é a questão da materialidade que se apresenta e que, de certa forma, nos convida a uma “inversão” no pensamento: se o social está impresso no corpo (como os textos clássicos do assunto e os dois capítulos iniciais dessa dissertação nos dizem), a questão do uso de “drogas” nos mostra que o processo pode também se dar ao contrário (como os textos recentes e as práticas dos usuários de “drogas” parecem indicar), isto é, justamente que o corpo nos abre espaço para sairmos das determinações sociais e para pensarmos processos materiais, que nem por isso são menos simbólicos. À idéia de Canguilhem segundo a qual “é necessário olhar além do corpo para determinar o que é normal para este mesmo corpo”, eu acrescentaria: é preciso olhar não só além mas também aquém do corpo para determinar o que é normal para este mesmo corpo. Talvez não seja só uma questão de interior e de exterior. É mais complicado que isso.

In(Conclusão)

*C'est exactement mon problème: m'arrêter. Il faut que je finisse cette thèse. Je n'ai plus que huit mois. Vous n'arrêtez pas de me dire: "encore plus de descriptions", mais c'est comme Freud et ses séances: l'analyse interminable. Quand est-ce qu'on s'arrête? Mes acteurs, j'en ai partout! Jusqu'où est-ce que je dois les suivre? C'est quoi une description complète?*⁹⁰

**Bruno Latour,
Comment finir une thèse de sociologie.
Petit dialogue entre un étudiant et un
professeur (quelque peu socratique)**

Quando parar? Até onde seguir meus atores? – pergunta o estudante ao professor. A resposta, um tanto quanto irônica – “você termina quando tiver escrito 50 mil palavras”⁹¹ – revela os impasses e as dificuldades de finalizar um trabalho. Impasses que são também os meus, já que muitos são os desdobramentos que podem ser trilhados a partir desta pesquisa, muitas as leituras ainda por fazer e muitos os retornos ao(s) campo(s) que precisariam acontecer. Mas é preciso finalizar. Ou melhor, neste momento – para uma dissertação de mestrado –, é necessário colocar um ponto final em algo cujo fim se encontra por demais distante. Antes, porém, de colocar esse ponto, pretendo retomar o caminho deste trabalho e, em alguma medida, indicar suas possíveis continuidades, bem como tecer uma reflexão acerca da abordagem metodológica utilizada.

Esta pesquisa teve como principal objetivo percorrer diferentes cenários sociais no interior dos quais o uso de “drogas” é elaborado e vivenciado, visando compreender a especificidade de cada contexto e a relação que mantêm com a experiência corporal e

⁹⁰ “Este é exatamente o meu problema: parar. Eu tenho que terminar esta tese. Eu não tenho mais que oito meses. Você não para de me dizer: ‘ainda mais descrição’; mas é como Freud e sua ciência: a análise interminável. Quando devemos parar? Meus atores, estão por toda parte! Até onde devo segui-los? O que é uma descrição completa?” (tradução minha)

⁹¹ “Vous vous arrêtez quand vous avez écrit vos 50.000 mots ou, je ne sais plus combien ici à la LSE, j’oublie toujours ce qu’on vous demande”; in: <http://www.bruno-latour.fr/articles/article/090.html>, p.4.

material das “drogas”. Para tanto, descrevi (no segundo capítulo) cada um desses lugares, as pessoas que os freqüentavam e a ligação que estabeleciam com o tráfico de “drogas” e com a ilegalidade. Durante o trabalho de campo, saltou-me aos olhos, entre outras, a diferença de verbalização e de concepção das “drogas”, mostrada e discutida sobretudo no terceiro capítulo. Já no quarto capítulo – de todos o mais tentativo – procurei relacionar esses contextos com a materialidade das “drogas”, dos corpos e das sensações de “dor” e de “prazer”. Este capítulo teve como principal intuito levantar questões que acabaram por nortear a proposta de continuidade deste trabalho no doutorado, uma vez que a temática é por demais complexa e implica uma discussão mais aprofundada do que a que apresentei. No entanto, creio que serve de direção para o debate.

Quanto ao primeiro capítulo, já nem sei mais se ele deveria ter sido o primeiro, o último, ou se deveria ser dissolvido ao longo dos outros, pois não sei se foi a discussão teórica que me fez olhar os “dados” ou se os “dados” é que me fizeram prestar atenção a essa discussão; não sei mais se o campo me “falou” ou se ele foi um lugar para comprovar uma hipótese. Talvez as duas coisas. Mas já não há mais tempo de mudar – ao menos não agora. O fato é que, ao longo deste trabalho feito todo de indicações, muitas foram as formas imaginadas de escrevê-lo. Das possíveis, esta me pareceu a melhor e a mais factível no momento.

Para a continuidade deste estudo, a primeira coisa – e a mais urgente – a ser feita é misturar todos esses cenários, colocá-los em diálogo e imprimir na escrita a complexidade que possuem na prática. Todos estes cenários se comunicam; as opiniões e discursos veiculados no interior de cada um deles migram de um a outro e tornam a pesquisa ainda mais interessante. Por exemplo, os estudantes universitários (que enfatizam o discurso “libertário” e as experiências positivas com “drogas”), circulam por espaços em que está

presente um discurso moral que os pressiona – o que nos abre para pensar a especificidade do lugar nessa experiência e nessa fala que, tal como apresentadas, parecem configurar uma prática relativamente restrita ao circuito universitário, devido às suas próprias conformações espaciais e de sociabilidade. O mesmo ocorre com os meninos de rua, que estão sujeitos aos discursos “conservadores” das instituições e de determinados setores da sociedade, mas que resistem a eles a partir de uma prática que lhes é contrária, embora em suas falas sejam os aspectos negativos os que mais predominam. Também na clínica há uma intensidade e uma proliferação de discursos e trajetórias que concorrem com os discursos da instituição. Futuramente, creio que a análise das circulações de valores e concepções sobre “drogas” de um a outro cenário será de grande valia para um melhor entendimento da questão.

Contudo, uma vez sendo a etnografia uma atividade textual, portanto um ato de escrita, tornou-se necessária uma escolha para a apresentação em texto dos cenários sociais investigados. E escolhi apresentá-los focando o que caracterizava especificamente cada contexto e os pontos diacríticos que possibilitavam a comparação e a diferenciação. Opção esta que me pareceu não só uma boa via de descrição e análise, mas também uma via que, trilhada, foi essencial, inclusive, para me fazer ver as circulações e complexidades que agora aponto. Em suma, foi um caminho importante para que a reflexão pudesse acontecer e se desenvolver, pois tal como exposto, o trabalho sugere discussões posteriores.

Entre as principais, acredito ser interessante pensar mais a respeito das fronteiras entre os grupos, como elas se estabelecem e se criam – tanto ao nível imaginário quanto real – e como elas se relacionam com os principais marcadores da questão encontrados por esta pesquisa, a saber, os marcadores de espaço social e de idade. Gênero e raça não figuraram como marcadores, neste caso, seria interessante investigar por que não. Pretende-

se também encontrar e/ou construir uma abordagem analítica e teórica que abarque estes marcadores e que os equacione com a problemática da corporalidade e da materialidade das “drogas” neles envolvidas. Por fim, considero relevante tentar percorrer, com mais atenção, a maneira como as distintas concepções sobre “drogas” se ligam a distintos discursos possíveis, aceitáveis e legitimados no interior de cada contexto.

Outra questão que não pode ser desprezada diz respeito à própria metodologia deste estudo, que centrou-se justamente em comparar e percorrer distintos envolvimento com “drogas”. O que se ganha e o que se perde ao fazer um trabalho como este, que lançou um olhar ora de “passagem”⁹², ora “de perto e dentro”⁹³ sobre estas experiências? Um olhar que, por um lado, percorreu distintos grupos que se interessavam por “drogas” e procurou captar suas diferenças, mas que, por outro lado, se esforçou por mostrar a inteligibilidade que as “drogas” adquiriam em cada contexto e como elas se ligavam a outros aspectos essenciais à vivência e sociabilidade de cada grupo?

Faço tais perguntas, pois, provavelmente, se tivesse me restringido a observar e entender um único contexto, a etnografia talvez ganhasse densidade na descrição e na compreensão dos significados locais da prática do uso de “drogas” e certamente esta dissertação seria outra. Todavia, ao fazer esta opção, perderia a potencialidade da comparação e as conseqüências de análise dela decorrentes. O que fiz foi seguir e buscar pistas, tentando simultaneamente ater-me às especificidades de cada contexto e seguindo as diferenças de envolvimento com “drogas”. Mais uma vez, foi uma questão de escolha.

⁹² “Existe, por exemplo, uma modalidade que caracterizo como *de passagem*: ela consiste em percorrer a cidade e seus meandros observando espaços, equipamentos e personagens típicos com seus hábitos, conflitos e expedientes, deixando-se imbuir pela fragmentação que a sucessão de imagens e situações produz” (Magnani, 2002:18)

⁹³ “A perspectiva *de perto e de dentro* [é] capaz de apreender os padrões de comportamento, não de indivíduos atomizados, mas dos múltiplos, variados e heterogêneos conjuntos de atores sociais cuja vida transcorre na paisagem da cidade e depende de seus equipamentos” (Magnani, 2002:17)

Ciente da complexidade do real, e das várias tentativas (muitas vezes vãs) que fazemos para captá-lo, optei pelo método comparativo, embora isso não me faça acreditar no olhar absoluto dele. Contudo, é um determinado modo de olhar que não pode ser desprezado. Também aqui há perdas e ganhos.

A via da comparação possibilitou abordar conjuntamente distintos grupos que se interessam por “drogas” e permitiu mostrar como esta prática torna-se inteligível de acordo com o cenário social no interior do qual ela é concebida e vivenciada. Permitiu também vislumbrar os limites de abordar a questão apenas a partir do entendimento desses contextos, uma vez que a mesma substância possibilitava impressões diametralmente opostas, tais como “me encontrar” no caso da Unicamp, ou “me perder” e “perder o controle”, no caso clínica. Como algo pode ser tão diferencialmente concebido e praticado? Qual a materialidade presente neste abismo que separa uma ou outra expressão? O que se encontra no caminho entre a possibilidade de se “encontrar” e de se “perder” com as “drogas”? Quais os discursos, os espaços e os ciclos de sociabilidade que influenciam e que permitem a existência de noções tão díspares? Quais os processos sociais que fazem com que esta experiência não seja sequer verbalizada entre os meninos de rua? Tais questões merecem discussões futuras. Inclusive, toda esta dissertação é constituída mais por perguntas, que serão percorridas na continuação deste trabalho no doutorado, do que propriamente por respostas conclusivas. Por agora, permaneço indicando a potencialidade da comparação e acreditando nela.

É importante dizer também que esta comparação só se tornou possível ao tomar a categoria “drogas” como um conceito aberto, que diz muito sobre as relações sociais. É justamente essa palavra – que não se encerra nas definições médicas, jurídicas e morais – que dá origem às mais diversas concepções, representações, embates e disputas

classificadoras, bem como mostra um complexo sistema de relações entre os grupos, redes sociais e interações individuais cujos significados são extremamente instigantes. Fato que não aconteceria com a palavra “substância psicoativa”, por exemplo. Daí resulta a minha insistência em permanecer utilizando a palavra “drogas”.

Por fim, não posso finalizar este trabalho sem chamar atenção para um fato extremamente relevante: todas as pessoas com as quais conversei se consideram “jovens”. Escrevo isto sobretudo depois de ler *Sociedade de Esquina* (livro de 1943 de William Foote Whyte, só recentemente [2005] traduzido no Brasil). Em um anexo, “sobre a evolução de Sociedade de Esquina”, o autor relata o encontro com um dos seus observados, que lera o livro depois de publicado. Neste encontro, este diz a Whyte:

“Bill, tudo o que você escreveu sobre o que nós fizemos é absolutamente verdadeiro, **mas deveria ter destacado que éramos apenas jovens naquela época**. Aquilo era uma fase que estávamos atravessando. Mudei um bocado desde aquele tempo” (in: Whyte, 2005:343; grifo meu)

Refletindo sobre este comentário, o autor escreveu:

“Na verdade, talvez eu devesse ter destacado que Chris e seus amigos eram jovens e apenas atravessavam uma fase de desenvolvimento. Mas a juventude, em si mesma, não parece explicar tudo (...) O fato importante é que ainda não haviam conseguido colocar um pé firme na sociedade”. (Whyte, 2005:345)

Concordo com Whyte que “a juventude, em si mesma, não parece explicar tudo”. Mas também esta é uma questão para o futuro. O importante, no momento, é dizer que

todos os meus entrevistados eram jovens na época da pesquisa e que, como Chris, eles podem mudar um “bocado”.

Dito isto, aqui coloco o meu ponto final ●⁹⁴

⁹⁴ Só para constar esta dissertação contém 41.275 palavras.

Bibliografia citada:

Adam, Phillipe e Herzlich, Claudine. Sociologia da doença e da medicina. Bauru-SP: Educ, 2001.

Andrade, Marconi Tabosa. Política de proibição às drogas: solução ou problema?. Campinas – SP. Dissertação de Mestrado – Unicamp/IFCH, 2003.

Araújo, Wladimir Sena. Navegando sobre as ondas do daime: história, cosmologia e ritual da barquinha. Campinas – SP: Editora da Unicamp/Centro de Memória, 1999.

Barbosa, Livia. Gilberto Velho, Nobres e Anjos. Revista Mana, vol.5 n.1. Rio de Janeiro, 1999. Texto encontrado em www.scielo.br, dia 19/1/2007 às 14:30hs.

Bauman, Zigmund. Modernidade e holocausto. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

Becker, Howard. “Como se llega a ser fumador de marihuana”. Los extraños: sociologia de la desviación. Buenos Aires, Tempo Contemporâneo: 1971 [1963].
_____. “Consciência, poder e efeito da droga”. Uma Teoria da Ação Coletiva. RJ: Zahar ed, 1977.

Benjamin, Walter. “O narrador”. Magia e técnica, arte e política. Obras escolhidas, vol.1. São Paulo: editora brasiliense, 1995.

Bittencourt, Lígia (org). A vocação do êxtase: uma antologia sobre o homem e suas drogas. Rio de Janeiro: Imago; UERJ, 1994.

Boas, Franz. “As limitações do método comparativo”, in: Castro, Celso (org). Franz Boas. Antropologia Cultural. Rio de Janeiro: Jorge Zar ed, 2004 [1896].

Boltanski, Luc. “Os usos sociais do corpo”. As classes sociais e o corpo. Rio de Janeiro: Ed. Graal Ltda, 1979.

Bourdieu, Pierre. “Esboço de uma teoria da prática”; “Gosto de classe e estilos de vida” In: **Ortiz, Renato (org).** Pierre Bourdieu: sociologia. São Paulo: Editora Ática, 1983.
_____. “A ilusão biográfica”. Razões Práticas. Campinas-SP: Papirus editora, 1997.
_____. “Violência simbólica e lutas políticas”. Meditações pascalianas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

Carneiro, Henrique. “As necessidades humanas e o proibicionismo das drogas no Século XX”, Revista Outubro, IES, São Paulo, vol.6, 2002. Encontrado também em www.neip.info.

- Clastres, Pierre.** “Da tortura nas sociedades primitivas”. “O dever da palavra”. A Sociedade contra o Estado. São Paulo: Cosac&Naify, 2003 [1973].
- Côrrea, Mariza.** “Convenções culturais e fantasias corporais”. In: Peixoto, Fernanda. Pontes, Heloísa. Schwarcz, Lilia. (orgs). Antropologia, histórias, experiências. Belo Horizonte. Ed. UFMG/Fapesp, 2004.
- Coutinho, Tiago.** Festivais de música eletrônica: uma festa juvenil. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 2005.
- Csordas, Thomas.** “Introduction: the body as representation and being-in-the-world”, in: **Csordas, Thomas (org).** Embodiment and experience. London: Cambridge University Press, 1996.
- Deleuze, Gilles & Guatarri, Félix.** “Devir-intenso, devir-animal, devir-imperceptível”. Mil platôs. capitalismo e esquizofrenia, vol.4. São Paulo: Editora 34, 1997.
- Dias Duarte, Luis Fernando.** Da vida nervosa nas classes trabalhadoras urbanas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editora, 1986.
- Douglas, Mary.** “Los dos cuerpos”. In: Símbolos Naturales – exploraciones en cosmologia. Madrid: Alianza, 1978 [1970].
 _____ . Pureza e perigo. São Paulo: Editora Perspectiva, 1976.
- Durkheim, Émile.** “Representações Individuais e Representações Coletivas”. Sociologia e filosofia, Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 1970.
- Elias, Norbert.** O processo civilizador: uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editora, 1994a.
- Evans-Pritchard, Edward E.** “Algumas reminiscências e reflexões sobre o trabalho de campo”. Bruxaria, oráculos e magia entre os Azande. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed, 2005 [1976]
- Fiore, Maurício.** Controvérsias médicas e a questão do uso de “drogas”. São Paulo- SP. Dissertação de Mestrado – USP/FFLCH, 2004.
- Foucault, Michel.** Microfísica do Poder. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
 _____ . Vigiar e Punir: o nascimento da prisão. Petrópolis-RJ: Vozes, 1987.
 _____ . História da Sexualidade. Vol.1: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal ed, 1999.
 _____ . A Hermenêutica do Sujeito. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- Frangella, Simone Miziara.** Capitães do asfalto: a itinerância como construtora da sociabilidade de meninos e meninas “de rua” em Campinas. Campinas – SP. Dissertação de Mestrado. IFCH/Unicamp, 1996.

_____. “Corpos urbanos em trânsito: construções corporais na experiência urbana contemporânea”, 2004, no prelo.

Geertz, Clifford. “Os usos da diversidade”. Nova luz sobre a Antropologia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editora, 2001.

Giddens, Anthony. A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas”. São Paulo: editora da Unesp, 1993.

_____. Modernidade e identidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed, 2002.

Goffman, Erving. Manicômios, prisões e conventos. 6^a ed. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1999.

Gonçalves, Odair Dias e Bastos, Francisco Inácio. Só socialmente... Rio de Janeiro, Relume Dumará, 1998.

Goulart, Sandra Lúcia. Contrastes e continuidades em uma tradição amazônica. Campinas – SP. Tese de Doutorado em Ciências Sociais. IFCH- Unicamp, 2004.

Gregori, Maria Filomena. Viração: experiência de meninos nas ruas. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

Henman, Anthony e Pessoa Jr, Oswaldo. Diamba sarabamba. São Paulo: Editora Ground, 1986.

Inem, Clara Lúcia e Acselrad, Gilberta (org). Drogas: uma visão contemporânea. Rio de Janeiro: Imago ed, 1993

Kofes, Suely. Mulher, mulheres: identidade, diferença e desigualdade na relação entre patroas e empregadas domésticas. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001

Labate, Beatriz Caiuby. “Uma antropologia que floresce fora da academia: Anthony Henman e *el cactus San Pedrito*”. Revista de Estudos da Religião. N.1, 2004.

_____. **e Araújo, Wladimir Sena.** O uso ritual da ayahuasca. Campinas-SP: Mercado das Letras/Fapesp, 2004.

Latour, Bruno. “Comment finir une thèse de sociologie. Petit dialogue entre un étudiant et un professeur (quelque peu socratique)”.

In: <http://www.bruno-latour.fr/articles/articles/090.html>.

Le Breton, David. Anthropologie du corps et modernité. Paris: PUF, 1990.

_____. La sociologie du corps. Presse Universitaires de France. Paris, 2000 [1992]

Lenoir, Remi. “Objeto sociológico e problema social”. In: **Champagne, Patrick et al.** Iniciação à prática sociológica. Petrópolis. Ed. Vozes, 1996.

- Levi, Primo.** *É isto um homem?* Rio de Janeiro: Rocco, 1988.
_____. *Os afogados e os sobreviventes.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- Levi-Strauss, Claude.** *O pensamento selvagem.* Campinas-SP: Papyrus, 1989[1962].
_____. “Os cogumelos na cultura”. *Antropologia Estrutural dois.* Rj: Tempo Brasileiro, 1993 [1970].
_____. “Introdução à obra de Marcel Mauss”. In: Mauss, Marcel. *Sociologia e Antropologia.* São Paulo: Cosac & Naify, 2003b [1924].
- Levy-Bruhl, Lucien.** *Carnets (1938-1939).* Página eletrônica <http://biblioteque.uqac.quebec.ca/index.htm>
- Lima, Janirza C. R.** *Passageiros da fantasia.* Recife: Fundaj, ed. Massangana, 1990.
- Maciel, Luiz Carlos.** *Maconha em debate.* São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.
- MacRae, Edward. Simões, Júlio A.** *Rodas de fumo – o uso da maconha entre camadas médias urbanas.* Salvador, UDUFBA, 2000.
- Magnani, José Guilherme Cantor.** “De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol.17 n.49.
- Maia, Mariza S.** *Extremos da alma – dor e trauma na atualidade e na clínica psicanalítica.* Rio de Janeiro: Garamond, 2003.
- Mauss, Marcel.** “Relações reais e práticas entre a Psicologia e a Sociologia”. *Sociologia e Antropologia.* São Paulo: Cosac & Naify, 2003b [1924].
_____. “Ensaio sobre a dádiva: forma e razão das trocas nas sociedades arcaicas”. *Sociologia e Antropologia.* São Paulo: Cosac & Naify, 2003c [1925].
_____. “As técnicas corporais”. *Sociologia e Antropologia.* São Paulo: Cosac & Naify, 2003a [1934].
- Mello e Souza, Gilda.** *O espírito das roupas: a moda no século XIX.* São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- Miskolci, Richard.** Normalidade, desvio, diferença. Texto apresentado em Seminário, sob organização do PAGU – Núcleo de estudos de gênero da Unicamp em 13/04/05. Publicado em Dossiê Normalidade, Desvio, Diferenças. Teoria e pesquisa. São Carlos: Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais/ Departamento de Ciências Sociais – UFSCAR, n.47 jul/dez, 2005.
- Piccolo, Fernanda D.** *Se deixar a droga levar...: um estudo sobre as trajetórias sociais de usuários de drogas em uma vila de Porto Alegre.* Dissertação de Mestrado em antropologia Social. Porto Alegre: UFRGS, 2001.
- Pinto, Louis.** “Experiência vivida e exigência científica da objetividade”. In: **Champagne, Patrick et al.** *Iniciação à prática sociológica.* Petrópolis: Ed. Vozes, 1996.

- Pontes, Heloísa.** “A burla do gênero: Cacilda Becker, a Mary Stuart de Pirassununga”. *Tempo Social: Revista de Antropologia da USP*. Vol.16, n.1, junho de 2004.
_____. *Destinos mistos: os críticos do Grupo Clima em São Paulo (1940-1968)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- Rodrigues, Tiago.** “Política de drogas e a lógica de danos”. *Revista Verve*, São Paulo, NUSol/PUC-SP, n.03, 2003.
- Sahlins, Marshall.** *Ilhas de História*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed, 2003a [1985].
_____. *Cultura e Razão Prática*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed, 2003b [1976].
- Seligmann-Silva, Márcio (org).** *Catástrofe e representação*. São Paulo: Escuta, 2000
_____. *História, memória e literatura: o testemunho na era da catástrofe*. Campinas, Ed. Unicamp, 2003.
- Serra, Antônio F.** “Norma e criminalização”. In: Maciel, Luiz Carlos (org). *Maconha em debate*. São Paulo. Ed. Brasiliense, 1985.
- Silva, Daniela Araújo da.** *Do outro lado do espelho: bulimia e anorexia*. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. Campinas – SP: IFCH-Unicamp, 2004.
- Silva, Selma Lima.** *Mulheres da Luz: uma etnografia dos usos e preservação no uso do crack*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Saúde Pública, USP. São Paulo, 2000.
- Taussig, Michael.** *Xamanismo, colonialismo e o homem selvagem: um estudo sobre o terror e a cura*. RJ: Paz e Terra, 1993.
- Velho, Gilberto.** *Nobres e anjos – um estudo de tóxicos e hierarquias*. Rio de Janeiro. Ed. FGV, 1998.
_____. “O consumo da cannabis e suas representações culturais”. In: *Maconha em debate (obra coletiva)*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.
- Viana Vargas, Eduardo.** *Entre a extensão e a intensidade: corporalidade, subjetivação e uso de drogas*. Tese de doutorado-UFMG. Doutorado em Ciências Humanas: Sociologia e Política, 2001.
- Weber, Max.** “A ciência como vocação”. *Ciência e Política: duas vocações*. São Paulo: Edita Cultrix Ltda, 1996[1967]).
- Whyte, Willian Foote.** *Sociedade de Esquina: a estrutura social de uma área urbana pobre e degradada*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar ed., 2005.
- Zaluar, Alba.** *Integração Perversa: pobreza e tráfico de drogas*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 2004.